

SOCIOLOGIA *ON LINE*

Número 22

Revista da Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

SOCIOLOGIA ON LINE

Três números por ano

N.º 22, abril 2020

Diretora: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; afferreira@fcsch.unl.pt)

Diretoras Adjuntas: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsch.unl.pt) e Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Conselho de Redação: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) e Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL)

Conselho Editorial: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Espanha); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique da Université Lyon II, França); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (Universidade de Piraeus, Grécia); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, México); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto da Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, México); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luisa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Espanha); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Espanha); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences da Dortmund University, Alemanha); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Alemanha); Paola Borgna (Universidade de Turin, Itália); Renate Klein (College of Education and Human Development da University of Maine, EUA); Sofia Gaspar (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL, Portugal) e Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Assistente Editorial: Brenda Silva

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Sociologia

Apresentação da Revista: A *SOCIOLOGIA ON LINE* é a revista científica da Associação Portuguesa de Sociologia, apresentando uma política de acesso livre e encontrando-se todos os artigos publicados disponíveis gratuitamente online. Nesta revista publicam-se artigos originais incluindo trabalhos de investigação, pequenos ensaios ou resenhas de obras publicadas. Aceitam-se propostas para publicação de textos escritos em português, espanhol, italiano, francês e inglês

Edição: Associação Portuguesa de Sociologia

Normas para os Autores: Os textos apresentados para publicação deverão ser textos originais e respeitar as normas de publicação da revista disponíveis online e na última página de cada número da revista

Sistema de Arbitragem: Os artigos enviados para publicação são sujeitos a avaliação independente de pelo menos dois especialistas, sob condições de duplo anonimato

Indexação: Está indexada na Latindex, ERIH PLUS, DRJI e OAJI, e classificada na QUALIS-CAPES (Brasil). Aguarda indexação na SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal e The Publication Forum (Finlândia).

Contactos: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Telefone: 217804738 | Fax: 217940274 | *E-mail:* sociologiaonline@aps.pt

Conceção Gráfica e Composição: Lina Cardoso

Capa: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Revista de Acesso Livre: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Nº de Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

SOCIOLOGIA ON LINE

Three issues per year

N.º 22 April 2020

Editor: Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; afferreira@fcsch.unl.pt)

Associate Editors: Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH; dalilacerejo@fcsch.unl.pt) and Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL; joana.azevedo@iscte-iul.pt)

Board Members: João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Madalena Ramos (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL); Benedita Portugal e Melo (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, IE-ULisboa); Dalila Cerejo (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Lígia Ferro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, FLUP); Paulo Peixoto (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC); Ana Maria Brandão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, ICS-UMinho); Ana Ferreira (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, NOVA FCSH); Alexandra Aníbal (Câmara Municipal de Lisboa) and Joana Azevedo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL)

Advisory Editors: Ana Delicado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Nunes de Almeida (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Ana Romão (Academia Militar e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA, Portugal); Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal); António Firmino da Costa (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); António Teixeira Fernandes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal); Arturo Rodriguez Morató (Facultad de Economía da Universitat de Barcelona, Spain); Bernard Lahire (Centre national de la recherche scientifique of Université Lyon II, France); Carlos Fortuna (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); Eleni Nina-Pazarzi (University of Piraeus, Greece); Gilberta Rocha (Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, Portugal); Gonzalo Saravi (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social de la Ciudad de México, Mexico); Hustana Vargas (Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brazil); Jack Barbalet (Department of Sociology da Hong Kong Baptist University, Hong Kong); João Arriscado Nunes (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal); João Ferreira de Almeida (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Portugal); João Peixoto (Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, Portugal); João Sedas Nunes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Jorge Caleiras (Instituto de Segurança Social, Portugal); José A. Amozurrutia (Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades da Universidad Nacional Autónoma de México, Mexico); José Augusto Palhares (Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal); José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior, Portugal); José Machado Pais (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Juarez Dayrell (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Luís Baptista (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Luísa Veloso (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Carlos Silva (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA.UMinho, Portugal); Manuel Fernández-Esquinas (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Spain); Mar Venegas (Faculdade de Educação da Universidade de Granada, Spain); Maria Alice Nogueira (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil); Maria das Dores Guerreiro (Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Portugal); Maria de Lourdes Lima dos Santos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal); Marta Cocco da Costa (Universidade Federal de Santa Maria, Brazil); Monika Schroettle (Faculty of Rehabilitation Sciences of Dortmund University, Germany); Nicolle Pfaff (Universidade de Essen, Germany); Paola Borgna (Universidade de Turin, Italy); Renate Klein (College of Education and Human Development of University of Maine, USA); Sofia Gaspar (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL, Portugal) and Vania Baldi (Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal)

Editorial Assistant: Brenda Silva

Copyright: Associação Portuguesa de Sociologia

About the Journal: SOCIOLOGIA *ON LINE* is the scientific journal of the Portuguese Sociological Association. It has an open access policy, with all published articles freely available online. This journal publishes original research on social sciences; short essays and book reviews. Proposals for publication can be written in English, Portuguese, Spanish, French or Italian

Publisher: Associação Portuguesa de Sociologia

Submission Guidelines: Only original papers complying to the journal's guidelines, available online and at the last page of each number, are accepted for publication

Refereeing: SOCIOLOGIA *ON LINE* uses a double-blind peer review system with papers being independently evaluated by at least two experts

Abstracting and Indexing: Is indexed in Latindex, ERIH PLUS, DRJI and OAJI, and is classified in QUALIS-CAPES (Brazil). Is under review in SHERPA/RoMEO, SciELO Portugal and The Publication Forum (Finland).

Contact: Associação Portuguesa de Sociologia | Avenida Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa | Phone: 217804738 | Fax: 217940274 | E-mail: sociologiaonline@aps.pt

Design and Typeset: Lina Cardoso

Cover: Isabel Rebelo

Web Design: Factis

Open access journal available at: <http://revista.aps.pt>

ISSN: 1647-3337

Number in Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 125823

ÍNDICE

Artigos

“Só masculinos, bichas abstenham-se”: O <i>grindr</i> como espaço de (re)produção da homonormatividade	11
<i>Hugo Santos</i>	
“Acho que já não vou embora como entrei...”: Implicações epistemológicas, metodológicas e deontológicas da entrevista de história de vida	30
<i>Ana Maria Brandão</i>	
Registos (semi)ocultos e manifestos nos modos de vida e de habitar: O ‘bairro social’ das Andorinhas em Braga.....	44
<i>Manuel Carlos Silva, Sheila Khan e Rui Vieira Cruz</i>	
Novo desenvolvimentismo, lulismo, conflito social e Estado no Brasil	74
<i>Rodolfo Soares Moimaz</i>	
Capitalismo consciente: Uma configuração mais justa ou a arte de se reinventar para continuar a existir?	95
<i>Marcos da Silva Lima e Fernando Bessa Ribeiro</i>	
Mudanças recentes na estrutura de emprego em Portugal: Segmentação e polarização	112
<i>João Dias, Ilona Kovács e Maria da Conceição Cerdeira</i>	
Reserva e reforma no exército português: Os números e as reconfigurações	138
<i>Ana Romão, Maria da Saudade Baltazar, David Pascoal Rosado, Dinis Fonseca e Helga Santa Comba Lopes</i>	
Normas para autores	167

CONTENTS

Articles

“Only masc, queers, get off!”: Grindr as a space of homonormativity (re)production.....	11
<i>Hugo Santos</i>	
“I don’t think I’m going to leave as I came in...”:Epistemological, methodological and deontological implications of the life-story interview...	30
<i>Ana Maria Brandão</i>	
(Semi)hidden and manifest transcripts in ways of life and inhabiting conditions: ‘Social housing’ in Andorinhas neighbourhood, Braga	44
<i>Manuel Carlos Silva, Sheila Khan and Rui Vieira Cruz</i>	
New developmentalism, lulismo, social conflict and State in Brazil	74
<i>Rodolfo Soares Moimaz</i>	
Conscious capitalism: A fairer configuration or the art to reinvent itself to keep existing?	95
<i>Marcos da Silva Lima and Fernando Bessa Ribeiro</i>	
Recent changes in the employment structure in Portugal: Segmentation and polarization	112
<i>João Dias, Ilona Kovács and Maria da Conceição Cerdeira</i>	
Reserve and retirement in the Portuguese army: The numbers and the reconfigurations	138
<i>Ana Romão, Maria da Saudade Baltazar, David Pascoal Rosado, Dinis Fonseca and Helga Santa Comba Lopes</i>	
Submission guidelines	169

ARTIGOS
ARTICLES

“SÓ MASCULINOS, BICHAS ABSTENHAM-SE” O GRINDR COMO ESPAÇO DE (RE)PRODUÇÃO DA HOMONORMATIVIDADE

“ONLY MASC, QUEERS, GET OFF!” GRINDR AS A SPACE OF HOMONORMATIVITY (RE)PRODUCTION

Hugo Santos

Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,
Universidade do Porto. Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal. Email: hugosantos@fpce.up.pt

Resumo: Alicerçada numa pesquisa de cariz etnográfico multiespacial que envolveu entrevistas semi-diretivas de cariz biográfico com 32 jovens rapazes não-heterossexuais, conversas informais e uma componente de etnografia digital com análise de *screenshots*, foca-se aqui o *grindr* como um dispositivo de estabelecimento de conhecimentos entre jovens LGBTI, estruturalmente condicionados pela heteronormatividade homofóbica da esfera pública. Verifica-se que o *grindr* é bastante utilizado por grupos destes rapazes para estabelecer relações de sociabilidade, sendo-lhe atribuído conotações mistas de “liberdade” e de “opressão”. As críticas de jovens à aplicação, geralmente assentam i) na tensão moral com o exercício da sexualidade (e.g., a frequência de relações sexuais e o *slutshaming*); ii) no repúdio abjeto a identidades *gays* efeminadas (“só masculinos, bichas abstenham-se”); iii) na valorização excessiva de corpos idealizados e, por extensão, *bullying* direto ou indireto à audiências imaginadas de sujeitos não fisicamente atraentes (*bodyshaming*), e iv) nos conflitos criados pelo uso indevido da imagem através de perfis *fakes* (*stalking*).

Palavras-chave: género, *gay*, cultura, *grindr*, sociabilidade.

Abstract: Based on a multispatial ethnographic research that involved biographical semidirectional interviews with 32 young non-heterosexual boys, informal conversations and a digital ethnography with screenshot analysis, we focus on *grindr* as a device for establishing knowledge among LGBTI young, structurally conditioned by the homophobic heteronormativity of the public sphere. It appears that the *grindr* is widely used by these youth groups to establish sociability relations, with mixed connotations of “freedom” and “oppression”. Young people’s criticisms of the application are generally based on i) a moral tension with the exercise of sexuality (e.g., the frequency of sexual relations and *slutshaming*); ii) the abject rejection of effeminate gay identities (“male only, queers, get off!”); iii) the excessive valuation of idealized bodies and, by extension, direct or indirect *bullying* to imagined audiences of subjects that are not physically attractive (*bodyshaming*), and iv) conflicts created by an improper use of image through faking profiles (*stalking*).

Keywords: gender, *gay*, culture, *grindr*, sociability.

Introdução¹

Criado pelo americano Joel Simkhal, o *grindr* é uma aplicação utilizada sobretudo em *smartphones*, disponível para diferentes sistemas operativos, inicialmente

pensada para rapazes e homens cisgénero que gostam de homens — hoje integra outras possibilidades identitárias como pessoas transgénero —, permitindo assim diversas interações entre eles, nomeadamente íntimas e sexuais (Maia & Bianchi, 2008).

Com duas versões disponíveis — uma gratuita e outra paga (*Grindr Xtra*) —, uma das suas particularidades distintivas, por comparação a outras *apps*, é o uso da geolocalização o que permite detetar a distância aproximada entre perfis, de forma visível ou camuflada, e, desse modo, facilitar encontros reais. Embora outras *apps* tenham surgido nos últimos anos (e.g., *Scruff*), a popularidade mundial do *grindr* parece ser imbatível, não chegando as polémicas sobre a exposição da localização para a colocar em causa (Cover, 2012; Gonçalves, 2017; Maia & Bianchi, 2008)².

Na senda de um conjunto de pesquisas emergentes recentes sobre a relação de pessoas e grupos LGBT com as “suas” culturas e comunidades (cf. Ahlm, 2016; Formby, 2017; Gonçalves, 2017; Maia & Bianchi, 2008; Miskolci, 2013, 2015), discuto aqui a relação de rapazes não-heterossexuais com o universo *online* dos dispositivos de “engate”, procurando integrar nessa discussão aspetos mais gerais sobre as suas culturas. Esta discussão insere-se dentro de uma pesquisa etnográfica mais vasta sobre culturas juvenis de rapazes *gays* e bissexuais, levada a cabo entre 2012 e 2013, em diversos espaços da cidade do Porto, onde procurei perceber as relações de pertença e despertença, identificação e desidentificação à espaços tidos como LGBT, de jovens a diferentes tipos de espaços rotulados e amplamente reconhecidos como “*gays*” ou “LGBT”, a que os jovens, muitas vezes, atribuíam termos como “meios” ou “ambientes” (Menezes, 2000; Valentine & Skelton, 2003), inclusive os virtuais, que são os menos explorados.

Queria conhecer e aprofundar a microfísica das suas sociabilidades e lazeres, ajudando a decifrar o que é comum e distintivo face às culturas juvenis como um todo, ao mesmo tempo que mapeava os sentidos atribuídos a cada um desses espaços pelos jovens, a nível descritivo e lúdico, mas com implicações potencialmente políticas, no postulado que estas culturas e comunidades são como muitas culturas de jovens “formas de reivindicação de uma existência nem sempre objecto de reconhecimento social” (Pais, 2005, p. 63).

A etnografia adquiriu um *caráter multisituado* onde, mais do que a permanência num só espaço fechado, foi importante observar as relações entre diferentes tipos de espaços, e as formas, consensuais ou contraditórias, como diferentes grupos de jovens se iam apropriando ou desapropriando de cada um desses locais (Valentine & Skelton, 2003). Posteriormente, a ingressão etnográfica passou a assumir

contornos “*netnográficos*” (Maia & Bianchi, 2008), “*visuais*” (Pink, 2013), “*digitais*” (Ahlm, 2016), e passei a investigar territórios *online* simultaneamente.

Dito de um modo mais conciso, comecei a pesquisa ao contactar uma associação dirigida à população LGBT onde permaneci durante três meses, com visitas semanais (a “Associação Arco-Íris”). Lá acabei por me envolver nalgumas das suas atividades — servir cafés, escrita de relatórios —, o que me levou a aprofundar relações de confiança com um grupo de jovens ligados, diretamente, à Direção. Depois, verificado que a afluência de jovens era escassa, acompanhei outros grupos de jovens que frequentavam sobretudo outros espaços menos formais, como um café, que não sendo propriamente dirigido a este grupo, passa a sê-lo a partir da frequência das pessoas (“Café Dourado”), e um bar (“O Bar do Orgulho”), locais que passaram a constituir-se como alvo da minha atenção e observação e onde, aliás, outras formas de engajamento e participação eram notórias.

Por fim, dado a presença forte dos meios virtuais neste grupo de jovens, comecei a interessar-me pelo papel dos espaços *online*, passando a estudá-los com mais profundidade, o que significou i) indagar o grupo de jovens com quem andava sobre o seu significado, e ii) eu próprio frequentar esses espaços como investigador.

Nos últimos anos, as novas tecnologias têm desempenhado um papel relevante nos modos através dos quais se vivencia e experimenta novas e velhas possibilidades (e impossibilidades) de género e sexualidade. A massificação da internet e o aparecimento de novas *apps* de encontros *online* vieram a criar e recriar “novas” formas de viver cidadanias íntimas, afetivas e sexuais, não só de jovens como de pessoas adultas (e idosas), em que, se ao mesmo tempo, não vieram a inventar nada de verdadeiramente novo no domínio da intimidade e da sexualidade, vieram, pelo menos, a dotar de novas expressões as condições da sua manifestação.

Isto é particularmente relevante para identidades, grupos, comunidades e populações cujas expressões das sexualidades são, de diversos modos, impossibilitadas de uma maior expressão pública, como é o caso das pessoas LGBT que, dada a prevalecente heteronormatividade social em diferentes contextos, ainda tem que exercer as diferentes dinâmicas através de espaços protegidos pelo anonimato (Pullen & Cooper, 2010).

Não admira o sucesso que, dentro da população LGBT, a aplicação *grindr* tenha assumido nos últimos anos, o que é particularmente vantajoso para jovens que se encontram num processo de identificação e desidentificação sexual (Gonçalves, 2017; Miskolci, 2015). Mas se ao mesmo tempo estas tecnologias, pelo seu anonimato, se convertem em dispositivos de exploração e experimentação das identidades de cada sujeito (e.g., apresentando-se com um nome falso e simultaneamente estabelecendo conversas com outros sujeitos), ao mesmo tempo,

também trazem novos processos excludentes para dentro das comunidades, fazendo os usuários terem a noção da rejeição. Neste artigo, exploro os processos excludentes que tecnologias como a rede geossocial *grindr* oferecem às identidades e populações não-heterossexuais masculinas, reconhecendo que não são aliás apanágio das tecnologias em si, mas sim um reflexo mais vasto de algumas dinâmicas da(s) homossexualidade(s) masculinas *per si* que são importantes trazer a debate para o fortalecimento da democracia digital.

Enquadramento teórico

Esta pesquisa não obedece a nenhuma perspectiva ou modelo teórico pré-determinado, mas convoca e integra vários olhares científicos e multidisciplinares na construção do seu objeto que gravita em torno das culturas juvenis de rapazes não-heterossexuais. Esteve na sua base a necessidade de cobrir uma flagrante ausência da literatura académica, sobretudo em Portugal, sobre aquilo que vulgarmente se convencionou chamar “cultura *gay*”, particularmente nos estudos sobre as “culturas juvenis” (Menezes, 2000) que dada a sua heteronormatividade (Huq, 2006) esquece de abordar aspetos relativos à sexualidade.

O facto de ser a Psicologia a produzir mais sobre juventude (ou “adolescência”) LGBT, e dado a sua abordagem *mainstream* centrada em aspetos psicodesenvolvimentais, produziu-se um modo de estudar os/as jovens LGBT mais centrado nas suas identificações individuais e menos naquilo que são as suas práticas culturais. Trata-se de um olhar hegemónico pouco acolhedor da ideia da juventude LGBT como produtora e reprodutora de cultura (Driver, 2008; Filax, 2006; Halberstam, 2005; Miceli, 2002). Assomam-se ao enviesamento deste olhar as críticas relativas a um suposto essencialismo, estereotipia e caricatura sobre a noção de “cultura *gay*”, aos mais diferentes níveis (inclusive, de uma certa respeitabilidade homonormativa), trazidas pelas teorias pós-identitárias, o que obriga os/as investigadores/as a não a abordar como tal.

Ora, os próprios estudos sobre cultura *gay* têm-se confinado a um *olhar adultocêntrico*, o que se pode dever ao facto de serem os homossexuais adultos aqueles que estabelecem os padrões legítimos do ativismo e da investigação (Halberstam, 2005). Se por “cultura” entende-se um conjunto articulado de ideias, comportamentos e práticas não-naturais, materiais, simbólicas ou imaginadas, que membros tidos dessa cultura, operam num determinado espaço-tempo (Geertz, 1993; Pais, 2005), e se por “culturas juvenis” se quer referir “às experiências juvenis, às produções biográficas e identitárias que jovens realizam perante um mundo sobre o qual têm um domínio relativo” (Silva, 2011, p. 18), as culturas juvenis

não-heterossexuais são simplesmente aquelas que são produzidas por sujeitos jovens não-heterossexuais, e que se caracterizam pela “partilha de níveis de significado particulares e por um estilo de vida que corresponde, mais do que a uma experiência homossexual, a uma vivência identitária traduzida na expressão ‘ser gay’” (Menezes, 2000, p. 937), nunca se ignorando o facto de também se incluir nela aqueles que não se reconhecem como seus membros, dado que ela parece funcionar como o seu elemento fantasmático (“os fora do meio”) (Gonçalves, 2017; Miskolci, 2013, 2015).

A operacionalização do conceito de “cultura *gay*” não anula a sua complexidade, cruzando-se estes com outros como, por exemplo, “comunidade *gay*”, um conceito igualmente problematizável por implicar um conjunto diverso de definições. A esse propósito Eleanor Formby (2017) explica que existem cinco sentidos para “comunidade LGBT”: i) a comunidade como um território espacializado (a ideia de um “gueto *gay*”); ii) a comunidade como um lugar de práticas culturais e materiais que se produzem; iii) a comunidade como entidade “imaginada” (ou “imaginário *gay*”); iv) a comunidade como um lugar de interações e relações interpessoais, de sociabilidade e de amizade e, por último, v) as comunidades virtuais e cibernéticas, e todas estas noções de “comunidades” são importantes para se (re)pensar as “culturas juvenis”, e particularmente as culturas *gays*.

As culturas não são nada sem os sujeitos que as dotam de significado e uma das razões desta opção por uma abordagem etnográfica é restituir a importância da agência de jovens homo e bissexuais, subsumida numa boa parte da literatura, sobretudo psicológica, que os tem produzido mais pelo prisma narrativo das vítimas passivas do que pelo poder da agência em toda a sua complexidade (Cover, 2012). Como refere Miceli, “se nós virmos esta população como um grupo lutando com a sua identidade estigmatizada, então estamos a perder aspetos cruciais do conhecimento sociológico.” (Miceli, 2002, p. 204)³.

Metodologia

Iniciei esta etnografia sobre culturas juvenis numa associação especificamente dirigida à população LGBT do Porto, querendo saber a relação dos jovens com ela. Cedo descubro que a associação falha em captar os jovens, em parte, dado o seu formalismo homonormativo — como vão reconhecendo os jovens, por outras palavras —, e começo, com grupos de jovens distintos, a descobrir novos lugares da sua preferência — os cafés, e um café em particular a que dei o nome de “Café Dourado”, um bar, aberto somente aos fins-de-semana, e a rua, que acabou por ser um

contexto de interpelação —, o que me leva a indagar sobre o “caráter constelar” (Chisholm, 2005) da ou destas culturas juvenis.

Ao longo da pesquisa foram-se envolvendo vários jovens, mas existem três grupos principais com os quais passei mais tempo e interagi mais: i) os jovens da associação; ii) os jovens do café e dos bares; e iii) os jovens do *online*. Cheguei a este último grupo (e fase da pesquisa), a partir do contacto com os grupos anteriores, sendo introduzido ao mundo do *grindr* e aos significados e relações que, a partir dele, se estruturam e desestruturam⁴.

O *grindr* foi interpelado nesta pesquisa a dois níveis principais: na relação e sentidos atribuídos pelos jovens ao mesmo, patentes em observações, escrita de notas de terreno e entrevistas semiestruturadas, e, posteriormente, no universo interior do *online* propriamente dito, onde submergi como “etnógrafo digital” (Ahlm, 2016). Nesta incursão *online*, para uma imersão completa dos dados, e considerando a importância de uma total implicação do investigador (Rooke, 2010; Silva, 2011), criei eu próprio um perfil no *grindr*, com uma foto de rosto visível minha, e preenchi alguns detalhes, mais ou menos “neutros”, como altura, estado civil e sexo. À medida em que andava com os jovens através de espaços *offline*, estava com o *grindr* ligado e ia conversando com outros perfis. Uma vez lá fui analisando i) textos de perfis e ii) conversas que ia tendo com perfis, tirando *print* dos *screenshots* de ambos. Os dados desta pesquisa fundamentam-se pois na observação participante e entrevistas semiestruturadas aos 32 jovens com quem andava na minha pesquisa *offline*, nas muitas conversas informais que fui tendo com perfis no próprio *grindr*, onde me “loguei”, pelo menos, uma vez por dia, durante *quatro meses de interação*, alguns deles consubstancializando-se em encontros reais posteriormente. Todos estes modos de uso do *grindr* foram essenciais para produzir uma “descrição densa” (Geertz, 1993) sobre as interações.

Como recorda Baker (2013), a internet é um lugar contestado em que qualquer pesquisa necessita de ter em mente as potenciais diferenças ontológicas entre mundos *offe online*. Fazer pesquisa com recurso a conversas no *grindr* exige uma reconceptualização das dinâmicas ontológicas, metodológicas e éticas tradicionais de pesquisa. Uma das primeiras interrogações foi precisamente sobre o que constitui *terreno*. Numa pesquisa *online*, o terreno tende a apresentar limites fronteiriços mais esbatidos, indo ao encontro daquilo que alguns/mas denominam de “terreno expandido” (Hammersley & Atkinson, 2007). Se se considerar a influência dos sentidos dos diferentes grupos de jovens sobre o próprio *grindr*, isso torna-se particularmente evidente nesta pesquisa de cariz variado em que o terreno é também uma construção psicológica e emocional (Rooke, 2010).

Uma outra dimensão a conceptualizar no universo *online* foi a ética. Reparei que sempre que criava um texto a apresentar-me como investigador e a explicar

sucintamente a pesquisa na caixa de texto disponível da *app*, o *grindr* bloqueava o meu perfil, daí que o consentimento informado era negociado através de conversas “privadas” com outros perfis, e dessas conversas era feito um *printscreen/screenshot*. Por razões éticas, fazia *print*, com consentimento, a esse mesmo texto de apresentação e consentimento que, em certos casos, gerava novos bloqueios, pois, muitas pessoas tinham medo de ser expostas (ainda que não apresentassem dados nenhuns sobre si). É importante dizer que desses *screenshots* toda a informação relativa à fotografia do indivíduo, informações pessoais dos sujeitos ou localização, era apagada, mesmo que se considerasse a possibilidade de ser falsa. Os nomes utilizados são pseudónimos.

Quer os corpos de textos apresentados, quer as conversas privadas respetivas, eram sujeitas a *print* e analisadas tematicamente, constituindo-se como dados. Como se trata de uma amostragem da população não probabilística, assume-se que na escolha dos *screenshots* objeto de análise teve-se uma seleção cujo critério principal era a sua adequação ao objeto da pesquisa. Foram “printados” 200 *screenshots* e perfis, tendo ou não uma relação entre si. Constituem como “dados” também as conversas com os jovens (muitas delas envolvendo a sua relação com o dispositivo), o que representa um dado rico e esclarecedor na medida em que são os seus sentidos, e não os meus. As entrevistas foram também objeto de análise com recurso à análise temática (Braun & Clarke, 2006). Um dos temas das entrevistas foi precisamente “identidades e dinâmicas sexuais” que dizia respeito aos modos como os jovens viviam e expressavam a sua sexualidade. Um dos subtemas (“media digital”) dizia respeito à relação com os meios digitais entre os quais o *grindr*. É importante realçar que as entrevistas eram de cariz biográfico pois abarcavam um conjunto de dimensões da vida dos jovens e não estavam centradas na sexualidade apenas.

É importante salientar que os jovens do *grindr*, podem não ser propriamente jovens na medida em que cada perfil pode ser simulado, assim como é importante esclarecer que, embora os limites caracterizadores da juventude obedeçam a critérios de natureza contingente ou conveniência sociopolítica (Bourdieu, 1992), define-se, nesta pesquisa, como “jovens” os indivíduos cuja faixa etária se localiza entre os 16 e os 24. Existem linhas bastante ténues entre o investigador e a sua pesquisa. Camilo Braz (2012) reflete sobre como, enquanto homem *gay*, as tensões eróticas entre si e os participantes eram frequentes, algo que aconteceu nesta pesquisa, mas contribuiu, sem dúvida, para um melhor conhecimento sobre o funcionamento do dinamismo afetivo do *grindr* (Rooke, 2010).

Tabela 1 Temas e subtemas

Tema - Aspetos positivos do <i>grindr</i>	
Subtemas - Relações interpessoais	Subtemas - Comunidade
Conhecimentos	Apoio
Sociabilidade	Sentido de pertença
Amizade	Consciência política
Tema - Aspetos negativos do <i>grindr</i>	
Subtema - Fatores de exclusão	Subtema - Perigosidade <i>online</i>
Género	<i>Slutshaming</i>
Aparência física	<i>Porn revenge</i>
Idade	<i>Blind date</i>

Resultados

“É fixe porque podes conhecer outras pessoas, pessoas que gostam do mesmo que tu, com a mesma orientação sexual, mas, por outro lado, também te podes dar mal, podes ser excluído, por seres isto ou aquilo”. É desta forma que Leandro, um rapaz de 20 anos, estudante, descreve em entrevista a sua relação com os sites e *apps* de encontros afetivos e sexuais *online* voltada para um público masculino não-heterossexual, e, neste caso específico, com o *grindr*, uma *app* bastante popular entre homens que gostam de homens, *gays* ou bissexuais, de todo mundo, cuja característica distintiva face a outras *apps* (como o *Tinder*, por exemplo), é a possibilidade de usar a geolocalização dos usuários, com a sua permissão (Maia & Bianchi, 2008)⁵.

O que o Leandro destaca, de modo semelhante a outros participantes da pesquisa, é este paradoxo entre, por um lado, a gratificação obtida com o estabelecimento de afetos, sociabilidade, amizades e laços comunitários, que os espaços *online*, de modo geral, permitem através do encontro (anonimizado) entre pessoas com identidades não-heterossexuais (necessariamente separadas, na maior parte dos casos, pela estatística, geografia e heteronormatividade social) (Luzia de Abreu, 2012), mas, ao mesmo tempo, a sua constituição como espaços em que o sujeito se depara com novos processos internos de discriminação e de violência que tanto recordam a homofobia social (Valentine & Skelton, 2003).

“O que procuras?”

Decorrente da sua imagética e *design*, pode-se assumir que o *grindr* é uma *app* fortemente sexualizada. Os perfis consistem numa fotografia, num espaço de texto livre, personalizável e limitado a certos carateres, contém informações pré-definidas

como idade, altura, peso, tipo de corpo, estado de relacionamento ou etnicidade, e existe a possibilidade de várias combinações, ou de simplesmente não se responder a nada. Em todo o caso, o *grindr* parece não escapar de um certo apelo homoerótico patente na exibição de muitas fotografias de perfil com corpos desnudados ou em poses sensuais, focando, ora um corpo inteiro com o rosto da pessoa, ora certas partes do corpo como bíceps ou abdominais, contribuindo para a sua faceta fortemente sexualizada (Ahlm, 2016).

Contudo, os sujeitos vão utilizando o *grindr* de diferentes formas. Os jovens com quem fui conversando através do sistema de mensagens, fora e dentro do *grindr*, apresentam um conjunto diverso de razões para o seu uso, quer nos textos escritos nos seus perfis, quer nas razões apresentadas em conversas, podendo ou não convergir entre si. Há aqueles que procuram simplesmente “conhecer alguém e fazer amizade” – neste caso, o “tomar café” aparece como uma metáfora poderosa para o efeito –, aqueles que procuram um relacionamento tido como “sério” (monogâmico), e aqueles que procuram apenas “uma curte”. Essas intenções podem, inclusive, variar ao longo do tempo, a curto (no próprio dia) ou longo prazo (ao longo dos anos), como explica o Leandro: “Depende muito. Depende muito do momento! Às vezes estás numa de conhecer apenas, outras vezes, queres apenas pinar!” (Entrevista a Leandro).

Uns tendem a usar o dispositivo com o objetivo de manter conversas que só ali ocorrem, outros usam-no como um meio seletivo para manter interações privadas noutro dispositivo ou lugar (e.g., *WhatsApp*), e outros ainda o usam como meio direto para um encontro no real imediato, sendo a expressão “real” usada de modo frequente, sobretudo para se referir a “sexo”. Na verdade, das fotos desnudadas e erotizadas, aos textos e símbolos/*emojis* – como de uma beringela para pênis –, o *grindr* parece invocar um imaginário hipersexualizado, que é difícil ignorar. A clarificação daquilo que se procura é um momento-chave no *grindr* e é verificável a partir dos teores das conversas. Da análise dos *screenshots*, verifica-se uma estrutura-tipo de conversa que vêm sob a seguinte forma:

- “Olá, tudo bem?
- Tudo, e contigo?
- Tudo [*smile*]
- [*smile*]
- O que procuras?”

A resposta é variável, mas não deixa de ser curioso uma certa nebulosidade sobre o que se procura em concreto, com alguns a comentarem “Eu uso isto apenas para

passar o tempo, para ver quem está e quem não está” [screenshot160] e “o meu objetivo é conhecer simplesmente”. “Conhecer e ver o que surge...” [screenshot086]. Contudo, não deixa de ser interessante como a revelação do que *verdadeiramente* se procura fique sujeito a um determinado tipo de inflexões estratégicas e performativas. A resposta àquilo que se procura, é amparada por um conjunto de antecipações e proteções que se faz em relação aos “verdadeiros” desejos, sendo as diferentes manifestações expressas, segundo determinadas convenções sociais porque “há muita gente que diz que procura amizade e vai-se a ver só procura sexo, mas diz que procura amizade só para parecer bem...” (Entrevista a Luís).

O tipo de fotografia exibida, à partida, pode indicar o que se procura, mas também era possível verificar que certos indivíduos expressavam intenções totalmente opostas. Não era incomum indivíduos com textos de perfil fortemente erotizados, dizerem que procuram amizade, ou o contrário: dizerem que “procuram amizade, e a primeira coisa que mandam são nudes” [screenshots091]. Estas discrepâncias, estes jogos de espelhos (Menezes, 2000), revelam a tensão existente entre o ser-se abertamente sexual e as consequências que daí derivam para as impressões sociais circundantes, mesmo — e talvez porque — num meio particular.

O que parece ser claro é que muitas das expressões ou não-expressões de identificações ou desejos obedecem a jogos estratégicos de gestão da autoimagem, sendo isso patente na luta compulsiva de troca privada de fotos para ver o rosto de outrem e esconder o seu. É isso que torna as “discrções” e “os pedidos de sigilo” tão invocados, e tal não se deve apenas ao caráter heterossexista e homofóbico do meio uma vez que, à partida, o *grindr* é frequentado maioritariamente por não-heterossexuais, mas sim à gestão da autoimagem para outros semelhantes, como se diversas relações de poder operassem entre diferentes grupos e tipos de homens *gays* e *bis* (Miskolci, 2015).

Ao contrário de uma certa estereotipia sobre uma alegada “promiscuidade *gay*” (sem o peso cultural semelhante para a heterossexualidade masculina, dado o duplo *padrão sexual* penalizador para mulheres e homens não-heterossexuais), é verdade que não deixa de haver equacionamentos morais e éticos sobre a sexualidade. Uma análise mais aprofundada permite verificar algumas tensões entre *aqueles que procuram conhecer simplesmente*, e *aqueles que procuram simplesmente sexo*. Nesse campo, é importante destacar que o *slutshaming*, i.e., vigiar e regular a frequência das práticas afetivas-sexuais com recursos a expressões estigmatizantes (e.g., “puta”), e relacionadas com o vírus do HIV, parece ser bastante comum fora e dentro dos espaços *online*, embora, simultaneamente, esse *slutshaming* pareça ser mais performativo do que autêntico. Como explica um dos jovens na entrevista: “Benny: — Fazem isso a todos. Chamam puta até como um elogio. É como *bitch*. E

para eles todos são umas putas. Puta é quem teve mais sexo que tu. É puta!" (Nota de Terreno, Café Dourado, junho de 2012).

Se, por um lado, existe uma forte hipersexualização, por outro lado, também existe uma forte regulação moral da sexualidade que deve ser compreendida em termos estritamente culturais. Como explica o David em tom confessional:

Tu até podes procurar conhecer alguém, na desportiva, só para tomar um café, conhecer, mas tu sabes que ninguém procura aquilo e vai passando e tu tens desejos, né? Chega um ponto em tu que já não queres saber, é para foder, é para foder! Aquilo é tão [faz uma cara de nojo] que acabas por te entregar... (Entrevista cara a cara a David).

Existe uma maior complexidade na gestão daquilo que se procura entre diferentes indivíduos que não se pode reduzir às categorias dicotomizadas entre "santa" e "puta" que, como referiu o Leandro, "somos um pouquinho de cada" (Entrevista a Leandro). Dito de um modo sucinto, aquilo que se procura é mais complexo do que, à partida, o senso comum (heterossexual) pode julgar. Como refere Miskolci (2015), sujeitos *gays* e bis são regidos por padrões culturais de sexualidade semelhante.

Capital erótico, hierarquias de desejabilidade e exclusões

É a partir deste postulado do "desejo" e "poder" que o *grindr* se converte num espaço profundamente excludente. Essa exclusão atua a diferentes níveis, mas a linha central é a extrema homonormatividade, expressa por muitos sujeitos, que é notória nos textos e nas conversas. Uma das dimensões mais evidentes é ao nível da expressão (e identidade) de género. Nos textos de perfil, e conversas, onde declarações como "só masculinos, bichas abstenham-se", "pulsos partidos não" ou "bloqueio efeminados" aparecem, parece ser claro as exigências de hipermasculinidade que são solicitadas. Cover (2012) identifica como uma das 5 formas de homonormatividade na cultura *gay* a (in)conformidade de género.

É comum o uso discursivo da categoria de "bicha" como um divisor de aceitabilidade das homossexualidades. A "bicha" aparece aqui como uma identidade fantasmática e excluída a partir do qual os próprios corpos *gays* masculinos têm que se ser reequacionados. A este respeito, André Gonçalves (2017) constata que a discrição heteronormativa é bastante invocada e cumpre o propósito não só de não colapsar aquilo que ele chama de "audiências imaginadas" como também de provocar um imaginário homoerótico que se sustenta na valorização da masculinidade hegemónica. "Procuro gajos masculinos como eu. Nada de efeminados e aves raras. Se quiser estar com uma mulher, procurava uma. Só gente discreta". [screenshot23]

Existem muitas possibilidades de interpretação e leitura desta “bichafobia”. Por um lado, insere-se certamente dentro dos compreensíveis quadros de preferências eróticas, com uma clara valorização da masculinidade hegemónica, eixo gravitacional das formas dominantes de homoerotismo; por outro lado, deve-se fundamentalmente à preservação de uma certa “discrição” no qual certos grupos de homens não-heterossexuais são mestres-declarados. É por isso que, em certas ocasiões, assiste-se a anúncios de perfis que se intitulam como “heteros” ou “bis com namorada” exigindo “sigilo absoluto” e, em certos casos, sugerem “fazer [sexo] e esquecer”, como o observado em outras pesquisas (cf. Miskolci, 2013, 2015). É o caso do Alex que me confia numa conversa, antes de me bloquear: “Não estou cá para merdas. Queres, tudo bem, não queres, caga. Não mando foto de cara. Sou discreto, tenho uma relação, não quero chatices! Xau aí” [screenshot14].

Esta “discrição”, porém, tem que ser lida em termos profundamente performativos na medida em que os sujeitos não deixam de efetuar um certo *roleplay* sobre essa personagem do “discreto” e do “hetero”, com claras vantagens em termos de obtenção de um parceiro, num movimento centrífugo que mais parece recopiar uma competição erótica (Ahlm, 2016). Um dos sujeitos explica-me que a discrição tem um subtexto homoerótico: “Nelson: — Se quiseres conhecer um gajo tens que ser discreto porque assim afastas bué o pessoal...” [screenshot27].

Em todo o caso, esta valorização da hipermasculinidade, e conseqüente rebaixamento do homem *gay* ou *bi* não-masculino e, sobretudo, efeminado, manda uma mensagem simbólica a homens *gays* e bissexuais efeminados que aquele não é nem deve ser o seu espaço. Esta aversão a sujeitos efeminados, ao revelar uma clara preferência erótica pela masculinidade hegemónica, manda uma mensagem simbólica a sujeitos *queer* que não são bem-vindos, que o seu acesso ao sexo deve ser vedado assim como as suas cidadanias íntimas e sexuais.

Uma outra dimensão excludente e elitista tem a ver com as exigências com o formato corporal. Muito se escreveu sobre a cultura *fit* de homens *gays*, a idealização e reificação do corpo tonificado que atua como um cliché alternativo, quase paradoxal, ao estereótipo do homem efeminado, e como um guia orientador para muitos jovens que encontram estas imagens antes de conhecer uma pessoa LGBT (assumida). No *grindr*, esta obsessão pelo corpo tonificado era observável em muitos perfis, com solicitações várias em direção a corpos “musculados” e “gente que se cuide”, e este cuidado não se reduzia a um mero cuidado de saúde, mas sim, era levado ao extremo.

Mas também como no género, em que não basta ser masculino, é preciso não ser bicha (o excedente), aqui não só corpos tonificados eram apreciados (“*fit* apenas”; “musculados como eu”), como, na sua extensão inversamente proporcional,

também *corpos gordos* eram explicitamente indesejados, repudiados, tornados abjetos, com comentários como "gordos não" ou "tenham noção, não quero potes de banhas!". Esse *bodyshaming gordofóbico* tanto pode ser expresso nos textos dos perfis como diretamente enunciado pelos usuários. Numa das minhas aproximações, um dos jovens refere: "não falo com gordos", e bloqueia-me. Nas entrevistas, os jovens vão revelando como sofreram diversas situações constrangedoras no *grindr* como, por exemplo, *cyberbullying*, pelo facto de serem "gordinhos". Esta relação com o corpo exclui, desde logo, aqueles cujos corpos não se inserem dentro do registo de capacidade hegemónica como é o caso das pessoas com incapacidade ou deficiência (Cover, 2012).

Mais uma vez, se revela como para os/as jovens LGBT gordos/as a possibilidade de acederem a redes de apoio e suporte via *online*, pode ser mais difícil. Por fim, o *idadismo* também tende a ser bastante comum neste dispositivo. Em muitos textos, é comum solicitarem-se indivíduos mais jovens traçando-se limites particulares cujas fronteiras máximas, salvo raras exceções gravitam em torno de três franjas principais: os 20; os 24 e os 30. Este *idadismo* é, na verdade, um substrato das exigências do corpo *fit* e, não sendo um exclusivo da cultura *gay*, adquire aqui uma particularidade opressiva se se considerar a estrutura comum das relações homossexuais e a solidão na terceira idade (Halberstam, 2005). Este *idadismo* torna-se então mais pronunciado nestes contextos *online*, e torna-se cada vez um divisor moderno das homossexualidades. Como refere J. Halberstam:

Enquanto que no passado, namoros intergeracionais *queer* permitiram a homens e mulheres passar informação, práticas sexuais, e conhecimento histórico de uma geração para a outra, agora a juventude *gay* "está" protegida das "predações" das pessoas LGBT mais velhas. No passado, dinâmicas edípicas puderam ser evitadas nas comunidades *queer* porque a divisão entre juventude e pessoas mais velhas era subestimada; agora, a juventude *gay* pode querer muito suplementar os modelos de identidade das gerações mais velhas, comunidade e ativismo. A "vergonha *gay*", outra vez, com a sua ênfase em aclamar a materialidade abjeta que o "orgulho" descartou, aumentam essas divisões geracionais e permite a jovens *gays* dirigir a sua raiva a esses/as ativistas lésbicas e *gays* que tornaram grupos de jovens *gays* possíveis em primeiro lugar (Halberstam, 2005, p. 222-223)⁶

Dito de certo modo, o universo do *grindr* pode ser pensado à luz das teorizações de Adam Isaiah Green sobre o "capital erótico" e os "campos sexuais" (cf. Green, 2008). Segundo Green, o "capital erótico" refere-se à "qualidade e a quantidade de atributos que um indivíduo possui, que provocam uma resposta erótica em outro" (29), enquanto os "campos sexuais" são espaços dentro dos quais esse capital

erótico é (re)negociado, dentro de uma constelação de elementos físicos, emocionais, estéticos das identidades. Os campos sexuais são organizados hierarquicamente, a partir das hierarquias de desejabilidade: quanto mais alto na hierarquia se é, mais poder se tem sobre o status sexual e o contato. O ato de “bloquear” (ou “não responder”) funciona aqui como um desejo de segregação digital do outro.

Problemas virtuais são problemas reais?

Como se viu, embora facilitando o acesso a formas de comunidade, intimidade e sexualidade, o *grindr* apresenta problemas de exclusão que dinamitam possibilidades comunitárias e expõe a extrema vulnerabilidade a que certos grupos de jovens, em detrimento das suas características pessoais, ficam expostos (como, por exemplo, *cyberbullying* entre os seus semelhantes). Todavia, existem perigos associados à aplicação que decorrem da sua natureza iminentemente digital, e que aliás são extensíveis a outros dispositivos *online* nas mediações com a realidade *offline*. Uma das situações mencionadas pelos jovens (ainda que não por esse nome) é o *catfishing*, i.e., pessoas que se fazem “passar” por outras não apenas para se constituírem como “*voyeurs* digitais” (Luzia de Abreu, 2012, p. 31), mas para arrancar informações pessoais de outrem, com os diversos fins. Os *fakes* proliferam no *grindr* servindo muitos deles o propósito de ver quem é quem, como explica o Manuel e o Luís:

Manuel: — Eu tive um gajo que estava a 20 metros de mim! 20 metros!

Hugo: — E o que fizeste?

Manuel: — Andei imenso tempo a tentar perceber quem era, mas nunca consegui, o gajo não respondia.

Luís: — Fácil, fazes um *fake* e falas com ele como se fosse outra pessoa. O gajo se calhar não fala porque te conhece.

(Nota de Terreno, Café Dourado, dezembro de 2012)

Num contexto contemporâneo de pós-verdade e *fake news* (cf. Barclay, 2018), a falsificação são um dos perigos mais enunciados. Esta noção de que “nunca se sabe com quem está a falar” é uma das preocupações expressa de muitos jovens que não chega, porém, para travar os encontros que são parte constitutiva destas culturas juvenis. Num dos momentos etnográficos *off*, um dos rapazes marcou um encontro com outro que estava nas redondezas e decide ir ao seu encontro:

Estou no café com o David, o Pedro e o Luís. O Pedro, fica eufórico e mostra-nos a conversa com o rapaz que está a falar no *grindr*. Evidencia os abdominais e refere que ele tem “local”. O Zé é cauteloso e alerta Pedro.

Zé: — O problema é que depois tens monte de pessoal a fazer-se passar por quem não é. Usam a foto dos outros...

Hugo [fico intrigado]: — Mas isso é ilegal, certo?

Zé: — É, mas achas que eles se preocupam...?

Pedro: — Ainda fazem pior, se mostrares medo...

Hugo: — E porque fazem isso?

Zé: — Para prejudicar alguém, para exporem, ou...

Pedro: — Ou para sacarem informações sobre alguém...

Hugo: — Como assim?

Pedro: — Para testarem os outros; se calhar é um velho ou um feioso para seduzir outros para ser mais atraente...

Bruno: — É por isso que tenho cuidados com isso! Ninguém é o que parece!

Pedro: — Eu tenho um amigo meu que uma vez combinou um *date* e foi roubado. Apareceu um gajo com uma naifa e zau, foi roubado. Roubaram o Iphone!

Hugo: — E o teu amigo apresentou queixa?

Pedro: — Achas? ‘Olhe senhor guarda, marquei um encontro no *grindr* e fui gamado por outro gajo’. Uma bicha roubada. O bófia ainda se ria de mim LOL.

(Nota de Terreno, Café Dourado, janeiro de 2013)

Estes medos vão ao encontro de “audiências imaginadas” de que nos fala Gonçalves (2017), de que nunca sabemos quem nos está a ver, ou com quem estamos a falar, podendo ficar sujeitos a diferentes tipos de manipulações. É, por isso, que a troca de redes sociais (como o *Facebook* ou o *Instagram*) era solicitada por alguns usuários com o objetivo de, pelo menos, atenuar as desconfianças sobre a identidade verídica de com quem se fala (“insta? tens?” [screenshot, 31]). Nesse seguimento, um outro problema levantado pelo *grindr*, e discutido pelos jovens, foi o ato de *revenge porn*, i.e., a difusão de conteúdos pornográficos não consentidos ou autorizado, geralmente com o intuito de vingança, humilhação ou chantagem (*sextortion*) que não sendo uma novidade dentro dos fenómenos de *shaming*, adquire a sua massificação com o advento da tecnologia e a crescente facilidade de acesso a meios cada vez mais dissimuláveis para a recolha de imagens. É o caso dos cuidados com as nudes que vão sendo mencionadas pelos sujeitos:

David: — Eu nunca mando. Tenho medo. Há bué de pessoal que usa essas imagens para te expor depois.

Luís: — E? Quero lá saber! Que espalhem...

David: — Não é bem assim, tipo, podes ter problemas com isso, de fotos tuas nuas irem parar na net

Pedro: — Ya, é preciso cuidado. Eu quando mando, mando sempre sem cara.

(Nota de Terreno, Café Dourado, fevereiro de 2013)

O que é relevante salientar é como é através destas conversas que os jovens vão construindo as suas identificações e subjetificações sexuais, criando temas de conversa, discutindo os aspetos positivos e negativos das questões, aprendendo estratégias de lidar com as redes sociais e dispositivos virtuais, sendo o espaço do Café ideal para o efeito.

Conclusão

A minha análise do *grindr* não pretende ser exaustiva nem tampouco pretendi generalizar sobre as experiências de muitos jovens *gays* ou *bis*, e usuários da *app*. Pelo contrário, procurei as que fossem importantes para compreender certos aspetos destas culturas. O que se pode concluir é que o *grindr*, assim como outros contextos *online*, é um espaço de exploração e experimentação da afetividade e do homoerotismo que atravessa a cultura *gay* contemporânea. É um espaço que permite novas e agradáveis conexões, mas, ao mesmo tempo, é um espaço profundamente excludente, com prejuízo para os jovens que estão em processos geralmente difíceis de construção das suas identificações. Essa exclusão é multifacetada, mas três delas são muito evidentes: a expressão de género, os padrões físicos normativos e a idade.

Quanto à expressão de género, a exclusão dirige-se para aqueles que, aparentemente, não seguem nem querem seguir o formato reconhecível de uma masculinidade normativa (“as bichas”). Aqueles que são identificados desse modo são afastados de qualquer possibilidade de contacto ou amizade, sendo o *grindr* claramente insuficiente como dispositivo de criação de capital social e solidariedade para sujeitos *queer*. Em muitos casos, não se trata nem de uma masculinidade normativa, mas sim das suas versões mais radicais e ortodoxas: a hegemónica. No que toca aos padrões normativos, possuir um corpo com excesso de peso torna o sujeito predisposto a diferentes formas de *bullying* como foi dito e acontecendo com os sujeitos da pesquisa. Há uma valorização constante de um corpo musculado e a rejeição de todos aqueles que não cumprem esse pré-requisito, com repercussões na forma como muitos sujeitos são percebidos. A idade também funciona nesta *app* como um fator de exclusão, valorizando-se os sujeitos com uma idade reconhecida como “mais nova” e rejeitando-se aqueles que ultrapassam essa fronteira.

Género, corpo e idade, como argumentam Stoer e Magalhães (2005), são três dos grandes fatores de exclusão das sociedades contemporâneas pós-capitalistas pois representam os grandes nichos através dos quais as lógicas do mercado se articulam. Como refere Rob Cover, “o que a cultura *queer* homonormativa faz, é produzir um conjunto de exclusões que são utilizadas para policiar as fronteiras da

comunidade *queer* de forma que pareça plausíveis, desejáveis e rentáveis para uma sociabilidade neoliberal mais vasta” (Cover, 2012, p. 124).

Um outro problema colocado pelo *grindr* é precisamente o facto de transformar as velhas redes de sociabilidade obsoletas. Num estudo de Ghaziani (2014), o autor reflete de que forma e se, o *grindr* está a causar, de modo indireto e involuntário, o fechamento de bares e comunidade *gays*. Contudo, é preciso transpor a ideia fatalista e demonizadora sobre as potencialidades afetivas do *online*. Significa isto que, em última instância, elas não são excludentes *per se*, mas são sim um reflexo daquilo que as culturas juvenis *gays* o são, permitindo, de forma anónima, o expressar sem culpas. Num dos mais belos artigos sobre “cena *gay*”, Gill Valentine e Tracey Skelton (2003) constataram como esta é profundamente paradoxal e antagónica, um lugar que revela novas possibilidades de comunidade, e, simultaneamente, de perigos e marginalizações. É neste limbo que se deve considerar o estatuto do *online*. A internet pode ter um efeito complementar que passa por flexibilizar a agência e dinamismo político da identidade e comunidade *gay*. Nesse sentido, como conclui Ghaziani, “adiciona e constrói outras formas de comunicação e comunidade” (Ghaziani, 2014, p. 126), mas também pode ser profundamente perversa, expondo, quase de modo psicanalítico, o nosso pior lado, com prejuízo para os entendimentos democráticos das nossas relações.

Notas

- 1 Por decisão pessoal, o autor do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico, não por razões políticas, mas por razões formais de uniformidade linguística.
- 2 Em termos do seu funcionamento, para criar um perfil, o usuário pode fazer *download* da *app* e só precisa de uma conta (que pode ser falsa). Depois existe ao dispor um conjunto de opções como colocar uma fotografia pessoal ou preencher detalhes de perfil, pré-definidos e abertos (i.e., texto), ou não colocar absolutamente nada, sendo que muitas destas informações podem ser manipuladas (e.g., a foto pode ser de outra pessoa e pode-se mentir/omitir nos detalhes como, por exemplo, dizer que se tem um peso que não se tem). Ainda que a própria *app* imponha um conjunto de restrições, como proibir fotos de nudez explícita e possibilite a denúncia de situações inusitadas (e.g., para quem promove discursos de ódio ou usa fotos de outra pessoa), não controla esses possíveis microsimulações de cada um/a.
- 3 Optou-se, sempre que possível, por traduzir livremente.
- 4 A opção por uma população *gay* e bissexual masculina deve-se a vários fatores, entre os quais o fato de estas culturas serem predominantemente masculinas, e ao facto do próprio investigador se assumir como “homem *gay*”, interessando-se expressamente por cultura *gay*.

- 5 É importante referir não só outras *apps* dirigidas à comunidade LGBT (mais *gay* do GBT, francamente) como, por exemplo, o *Scruff*, o *Hornet*, entre outras, como também *apps* que, embora não sejam exclusivamente direcionadas para pessoas LGBT, por eles são usadas, assim como por pessoas heterossexuais, como, por exemplo, o *Tinder*.
- 6 Tradução livre feita pelo autor, como aliás são todas as traduções presentes no artigo.

Referências

- Ahlm, J. (2016). Respectable promiscuity: Digital cruising in an era of queer liberalism. *Sexualities*, 20(3) 364-379.
- Baker, S. (2013). Conceptualising the use of Facebook in ethnographic research: As tool, as data and as context. *Ethnography and Education*, 8(2), 131-145.
- Barclay, D. A. (2018). *Fake news, propaganda, and plain old lies. How to find trustworthy information in the digital age*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield.
- Bourdieu, P. (Ed.) (1992 [1984]). La 'jeunesse' n'est qu'un mot. *Questions de sociologie* (pp. 143-154). Paris: Éditions de Minuit, 1984. Disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/questions/jeuness.html>, 30/05/2013
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-10. Braz, C. (2012). *A' meia-luz...: Uma etnografia em clubes de sexo masculinos*. Goiânia: Editora UFG.
- Chisholm, D. (2005). *Queer constellations. Subcultural space in the wake of the city*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Cover, R. (2012). *Queer youth suicide, culture and identity unliveable lives?*. Londres: Ashgate.
- Driver, S. (2008). *Queer youth cultures*. Albany: State University of New York Press.
- Filax, G. (2006). *Queer youth in the province of the "severely normal"*. Vancouver: UBC Press.
- Formby, E. (2017). *Exploring LGBT spaces and communities. Contrasting identities, belongings and wellbeing*. Nova Iorque: Routledge.
- Geertz, C. (1993). *Studies in ethnomethodology*. Nova Jersey: Prentice-Hall.
- Ghaziani, A. (2014). *There goes the gayborhood?*. Princeton: Princeton University Press.
- Gonçalves, A. (2017). *A identidade social nas redes sociais "online": A construção de autoapresentações anónimas mediadas pelo "Grindr"* (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Green, A. I. (2008). The social organization of desire: The sexual fields approach. *Sociological Theory*, 26(1), 25-50. doi: 10.1111/j.1467-9558.2008.00317.x
- Halberstam, J. (2005). Shame and white gay masculinity. *Social Text*, 23(3-4), 219-233.
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (2007). *Ethnography: Principles in practice*. Londres: Routledge.
- Huq, R. (2006). *Beyond subculture. Pop, youth and identity in a postcolonial world*. Nova Iorque: Routledge.
- Luzia de Abreu, C. (2012). Non-heteronormative genders in Web 2.0. Em S. M. da Silva,

- & P. Landri (Eds.), *Rethinking education ethnography. Researching on-line communities and interactions* (pp. 27-32). Porto: Centro de Investigação e Intervenção Educativas.
- Maia, J., & Bianchi, E. (2008). Tecnologia de geolocalização: Grindr e Scruff redes geosociais gays. *Logos: Comunicação e Universidade*, 15(2), 19-29.
- Menezes, I. (2000). Intimidade, norma e diferença: A modernidade gay em Lisboa. *Análise Social*, XXXIV(153), 933-955.
- Miceli, M. S. (2002). “Gay, lesbian and bisexual youth”. Em D. Richardson, & S. Seidman (Eds.), *Handbook of lesbian & gay studies* (pp. 199-214). Londres: Sage Publications.
- Miskolci, R. (2013). Machos e brothers: Uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. *Estudos Feministas*, 21(1), 301-324.
- Miskolci, R. (2015). “Discreto e fora do meio” — Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, (44), 61-90. doi: 10.1590/1809-4449201500440061
- Pais, J. M. (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (49), 53-70.
- Pink, S. (2013). *Doing visual ethnography*. Londres: Sage.
- Pullen, C., & Cooper, M. (2010). *LGBT identity and online new media*. Nova Iorque: Routledge.
- Rooke, A. (2010). Queer in the field. On emotions, temporality and performativity in ethnography. Em K. Browne, & C. Nash (Eds.), *Queer methods and methodologies. Intersecting queer theories and social science research* (pp. 25-39). Farnham: Ashgate.
- Silva, S. M. da (2011). *Da casa da juventude aos confins do mundo. Etnografia das fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento.
- Stoer, S., & Magalhães, A. (2005). ‘A diferença somos nós’. *A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Valentine, G., & Skelton, T. (2003). Finding oneself, losing oneself: The lesbian and gay ‘scene’ as a paradoxical space. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(4), 849-866.

Data de submissão: 23/06/2019 | **Data de aceitação:** 25/10/2019



“ACHO QUE JÁ NÃO VOU EMBORA COMO ENTREI...” IMPLICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, METODOLÓGICAS E DEONTOLÓGICAS DA ENTREVISTA DE HISTÓRIA DE VIDA

“I DON’T THINK I’M GOING TO LEAVE AS I CAME IN...” EPISTEMOLOGICAL, METHODOLOGICAL AND DEONTOLOGICAL IMPLICATIONS OF THE LIFE-STORY INTERVIEW

Ana Maria Brandão

Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. Email: anabrandao@ics.uminho.pt

Resumo: A vida narrada nunca corresponde à vida vivida. Ela implica uma reinterpretação das ocorrências passadas, da sua sequência e da sua relevância a partir do presente. Especialmente quando essa narrativa é solicitada, somos levados a encontrar ou criar ligações, a recordar algo esquecido, a lê-lo noutros moldes. Neste artigo, refletimos sobre algumas implicações epistemológicas, metodológicas e deontológicas da entrevista de história de vida no que respeita aos efeitos pessoais e emocionais da rememoração, de interrupção da *durée*, de reorganização de eventos e/ou significados e ao risco de imposição de problemática. Para tal, mobilizamos dados de entrevistas cujo guião incluiu questões que tiveram como objeto a própria entrevista. Se, do ponto de vista teórico e epistemológico, a opção pela história de vida requer o reconhecimento da sua natureza própria, do ponto de vista da técnica, a autovigilância e as regras da deontologia profissional constituem balizas importantes para o/a investigador/a.

Palavras-chave: história de vida, epistemologia e metodologia, deontologia, sociologia.

Abstract: A life-story never corresponds to the life a person actually lived. Recollecting a life is always a current reinterpretation of past events, their sequence and relevance. Especially when such narrative is requested, we are led to find or create associations, to remember the forgotten, to read it in alternative ways. In this article, we reflect on some epistemological, methodological and deontological implications of the life-story interview with regard to personal and emotional effects of recollection, interruption of *durée*, reorganization of events and / or meanings and the risk of imposing problems to the storyteller. To this end, we mobilized data from interviews whose script included questions that took the interview as the object of analysis. If, from a theoretical and epistemological point of view, the life-story interview requires acknowledging its particular nature, from a technical point of view, self-surveillance and the rules of professional ethics are important guidelines for the researcher.

Keywords: life-story interview, epistemology and methodology, deontology, sociology.

Introdução

As histórias são um elemento definidor da cultura. Elas servem a ambição de ordenação da experiência, de atribuição de sentido e de preservação da existência.

Obedecem a estruturas e estilos narrativos próprios, ligados aos momentos e contextos particulares em que são geradas. Qualquer história é, assim, um registo da sua época — de como ela foi/ é vivida, pensada e sonhada — e um guião, que pode servir diferentes desígnios — interpretar, orientar, reafirmar, incluir ou excluir, confortar ou confrontar, questionar, curar.

De todas as histórias que povoam o mundo, há histórias que nos ligam a ele de forma especial: são as histórias que contamos acerca de nós próprios, as histórias das nossas vidas. Ao mesmo tempo, a experiência subjetiva nunca é puramente individual: ela traduz também uma experiência comum, social ou coletiva (Hoerning & Alheit, 1995). Assim, as histórias de vida, além de traduzirem a experiência e a verdade dos/as seus/suas narradores/as, permite perceber como é que elas são construídas na ligação ao Outro, a um contexto, às suas convenções e às meta-narrativas que o caracterizam (Plummer, 2001). O recurso às histórias de vida atende, neste quadro, não tanto à sua conformidade a experiências de vida particulares, mas mais à produção e ao uso de certas narrativas não só pelos sujeitos cujas vidas se toma em consideração, mas também por outros, com vários fins descritivos e/ ou explicativos (Atkinson, 2002, p. 124).

Atkinson (2002, p. 125) definiu a história de vida como a história que uma pessoa decidiu contar acerca da vida que viveu, aquilo que ela recorda desta e o que ela quer que os outros saibam acerca dela, em suma, a essência narrativa do que lhe aconteceu. Entendida neste sentido, a história de vida levanta diversas questões de ordem epistemológica e metodológica, mas também deontológica. Neste artigo, reflete-se sobre as implicações da entrevista de história de vida para a investigação sociológica, particularmente no que se refere aos fenómenos da interrupção da *durée*, da reorganização de eventos e/ou significados, ao risco de imposição de problemática e aos efeitos emocionais e pessoais da rememoração.

O material empírico mobilizado refere-se a um total de dezoito entrevistas de história de vida, realizadas entre 2003 e 2005, no quadro de uma dissertação de doutoramento que teve como objeto o processo de construção social de identidades de um conjunto de mulheres envolvidas em relações de carácter homoerótico (Brandão, 2010). As entrevistas, de carácter semidiretivo, foram realizadas a mulheres que, à data da entrevista, tivessem mantido pelo menos uma relação amorosa com outra mulher, independentemente das suas identidades reclamadas. O guião de entrevista, adaptado das propostas de Charmaz (2002), incluía, no final, duas questões de encerramento que incidiam especificamente sobre a própria entrevista e os seus efeitos, a saber: “Há alguma coisa que lhe tenha ocorrido durante esta entrevista acerca da qual nunca tivesse pensado antes?”, “Há alguma questão que me queira colocar ou algum comentário que queira fazer?”. Os excertos

apresentados¹ referem-se, na sua maioria, às respostas a estas questões, mas também a comentários que as entrevistadas fizeram ao longo da entrevista suscetíveis de ser enquadrados no tema deste artigo. A técnica de tratamento usada foi a análise de conteúdo temática, tendo os temas sido identificados a partir da análise do texto transcrito da entrevista e não em obediência a uma grelha categorial predefinida. As entrevistadas são identificadas pelo pseudónimo, idade à data da entrevista e grau de escolaridade.

O interesse pela história de vida como material empírico: Breve nota de enquadramento

As histórias de vida que servem de base a este artigo foram recolhidas com dois propósitos específicos: compreender em que medida o reconhecimento consciente de uma atração homoerótica desencadeia, ou não, alterações na identidade pessoal reclamada e quais as condicionantes sociais desse processo. São histórias que se inscrevem, ao nível macrossociológico, nas duas tendências de longa duração para a individualização e psicologização da vida social (Elias, 1989; Giddens, 1997) e para a transformação do self num projeto reflexivo (Giddens, 1997). Ao mesmo tempo, elas refletem o processo de autonomização da sexualidade como domínio de saber pericial e de atribuição de sentido e a centralidade que veio a assumir na identidade pessoal, social e coletiva (Foucault, 1994; Giddens, 1997).

O interesse pela história de vida centrou-se, primeiramente, na história das individualidades, das grandes personagens históricas, frequentemente sob a forma da biografia ou autobiografia, passando, gradualmente, para um enfoque nas vidas dos anónimos (cf. Bertaux, 1997; Plummer, 2001). Esta viragem tem sido explicada pela necessidade e/ou pela vontade de dar voz aos que a não têm, aqui incluídas as minorias sexuais, e torna-se visível nas Ciências Sociais a partir das décadas de 1960/70 (Chamberlayne, Bornat & Wengraf, 2000; Plummer, 2001; Polletta, Chen, Gardner & Motes, 2011). Embora o interesse da Sociologia pela história de vida remonte ao estudo inaugural de Thomas e Znaniecki (1918-1920), *The Polish Peasant*, é também sensivelmente na mesma altura que o interesse pelas histórias das pessoas comuns se acentua².

No caso particular das minorias sexuais — e mais especificamente da população *gay* e *lésbica* —, como material empírico principal ou complementar, recolhidas através de entrevista e/ou da análise documental, as histórias de indivíduos particulares têm permitido traçar a história da(s) sua(s) subcultura(s) e da(s) sua(s) comunidade(s), seja por via da elaboração de modelos de desenvolvimento da identidade pessoal e/ou social, seja pela reconstituição dos seus processos de formação,

consolidação e mobilização política³. Funcionando frequentemente como instrumento de denúncia do preconceito, da desigualdade, enfim, da discriminação, tem sido salientado que essas histórias permitem também a identificação, promovem a coesão de grupo e consolidam a ideia de uma história comum (cf. Demory & Pullen, 2012; Norton, 2016; Plummer, 2002; Polletta, Chen, Gardner & Motes, 2011). Ao mesmo tempo, assumem a forma de guiões e, neste sentido, ao efeito libertador que lhes é atribuído, soma-se o de conformação. Assim, as histórias de “saída do armário” de *gays* e lésbicas, a que Ponse (1978) chamou a “trajetória *gay*”, são ilustrativas dessa tensão: criando regras de enunciação do discurso da própria comunidade *gay* e lésbica, a linearidade e o sentido relativamente unívoco que apresenta nunca corresponde com exatidão às biografias reais. Mais do que isso, como sublinha Chauncey (1998), o significado da expressão tem designado coisas muito diferentes desde a primeira metade do século XX.

Em todo o caso, esse duplo efeito mostra bem que as histórias narradas obedecem a convenções e estilos narrativos particulares que revelam as características de uma época, de uma sociedade, de uma cultura. É assim que a investigação tipicamente baseada em entrevistas de história de vida de *gays* e lésbicas no ocidente economicamente desenvolvido parece estar a perder importância, centrando-se agora mais na análise da sua presença noutros suportes e formas de representação, como sejam os meios de comunicação de massas (e.g., Demory & Pullen, 2012), ou no estudo de subcategorias particulares, como sejam os/as *gays* e lésbicas idosos/as (e.g., King, 2016). Ao mesmo tempo, assistimos à publicação de investigação assente nas histórias de vida de *gays* e lésbicas em países do Leste europeu, islâmicos ou mesmo africanos, como atesta uma rápida consulta em linha⁴.

A relevância da história de vida é, pois, dupla: social e política, por um lado, e sociológica, por outro.

O interesse pelas histórias de vida tem estado, enfim, na origem de um conjunto relativamente vasto de publicações, incluindo diversas obras de carácter metodológico. Porém, com a possível exceção do trabalho continuado de Plummer (1993, 2001, 2002), que privilegia as mudanças nos/as protagonistas, conteúdos, convenções narrativas e condições de produção das histórias, a generalidade das obras publicadas concede maior atenção à natureza particular da história de vida, às condições de aplicação das técnicas de recolha e tratamento, aos efeitos da interação entre investigador/a e investigado/a e aos princípios éticos que devem orientar a sua recolha e utilização (e.g., Atkinson, 2002; Bertaux, 1997; Caetano, 2015; Denzin, 1989; Gubrium & Holstein, 2002; Lieblich, Zilber & Tuval-Mashiach, 2008; Roulston, 2014; van der Maren, 2010). Em geral, a reflexão desenvolve-se num plano relativamente abstrato e formal, não recorrendo diretamente à exposição das

apreciações dos/as entrevistados/as acerca do próprio procedimento de recolha. Nas secções que se seguem, procuramos ilustrar alguns desses efeitos, colocando, precisamente, em primeiro plano, essas apreciações.

Interrupção da *durée*, reorganização de eventos e risco de “imposição de problemática” ou a natureza processual da história de vida

A situação formal de entrevista é uma situação atípica. Ela traduz-se, invariavelmente, numa interrupção da *durée*, aqui entendida no sentido Bergsoniano como “a forma que a sucessão dos nossos estados de consciência adquire quando o nosso eu se deixa viver, quando não estabelece uma separação entre o estado presente e os anteriores” (Bergson, 1988, p. 72). Pelo contrário, a entrevista implica uma quebra nas rotinas quotidianas do/a entrevistado/a, constituindo-se como um momento de “retrospeção interpretativa” que torna visíveis “as alternativas genuínas”, mas que apenas tem lugar, como sublinha Schütz (2001, p. 347), “quando os atos já foram conseguidos e (...) o tornar-se foi traduzido em existência”. Isto é especialmente visível na verbalização consciente de um “corte” no tempo vivido, decorrente diretamente da questão colocada pelo/a entrevistador/a ou indiretamente da reflexão e do autoquestionamento que suscita da parte do/a entrevistado/a, como ilustra o excerto seguinte:

Parei. Parei para pensar como é que é ser homossexual e por que é que sou e por que é... Uma coisa que eu não faço. Tê-lo-ei feito há alguns anos atrás. Hoje, não o faço... É tão natural, (...) que só mesmo para uma coisa destas... Parar para pensar como é... No meu dia-a-dia, não o faço. Não me questiono. Nem me interrogo como é que é, como seria se não fosse...

(Margarida, 33 anos, frequência de licenciatura)

Os efeitos do corte na *durée* evocam, ainda que de forma mais implícita do que explícita, o clássico problema de “imposição de problemática” ao confrontar os indivíduos com “questões que a sua experiência não lhes coloca” (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 1983, p. 57 e ss.) e/ ou com “uma estruturação de problemas que não é a sua”, arrastando o risco de “estimular a produção respostas meramente reactivas às hipóteses previstas” (Ferreira, 1987, p. 170). Mas mesmo quando as respostas não decorrem da questão colocada ou dos moldes em que é enunciada, elas não deixam de ser afetadas pelo próprio exercício reflexivo que o/a entrevistado/a é chamado a fazer, especialmente no caso da entrevista de história de vida (cf. Caetano, 2015, p. 6).

Ao contar a sua história, a pessoa recorda-a, mas também a (re)descobre e (re)faz. A vida narrada nunca corresponde, por isso, exatamente à história vivida quer em termos da sua conformidade a eventos reais, quer da sua sequência efetiva, quer dos seus significados. Ela envolve sempre uma reinterpretação das ocorrências passadas, da sua sequência e da sua relevância a partir do ponto de vista atual e das visões de futuro do/a seu/sua narrador/a (Atkinson, 2002; Bertaux, 1997; Dwivedi & Gardner, 2000; van der Maren, 2010). Por essa razão, este/a é levado/a a encontrar ou a estabelecer novas ligações entre eventos vividos e o próprio sentido que lhes é atribuído sofre uma modificação. Isto mesmo é ilustrado pelas palavras de Leonor quando reflete sobre os efeitos dos seus envolvimento amorosos com outras mulheres:

Pensei agora mesmo! Pensei agora mesmo se eu considero isto uma cruz. Embora eu tenha dito: ‘Não é nenhuma cruz que eu carrego’, ao mesmo tempo, pensei: ‘Será que não é?’ Porque, durante muito tempo, eu vivi uma vida dupla que era em casa e na rua. (...) Pensei que, se calhar, é uma cruz que eu carrego!
(Leonor, 35 anos, 12.º ano)

O carácter processual da história de vida remete, ainda, para a questão da proximidade deste tipo de entrevista com a entrevista psicoterapêutica (cf. Dwivedi, 2000; de Gaulejac & Legrand, 2012). Com efeito, a própria entrevista de história de vida pode constituir-se como um momento de “síntese do Ego” (Erikson, 1980), um “processo de totalização” (Tap, 1981, 1996) através do qual readquirimos o sentimento de continuidade e permanência através da reelaboração da história que sustenta a nossa identidade. Ela pode, assim, contribuir para que o/a entrevistado/a (re)tome o fio condutor da sua existência, atribuindo-lhe um sentido mais ou menos coerente, porém, sem que isso elimine o seu potencial simultaneamente desorganizador. É interessante, aliás, notar que algumas entrevistadas que tinham já recorrido à terapia, evocaram, elas próprias, esse paralelismo: “É engraçada, essa pergunta! Até é um bocadinho terapêutica. Esta entrevista até está a ser um bocadinho terapêutica, dá para organizar algumas ideias e para organizar as coisas... Acho que já não vou embora como entrei...” (Marisa, 37 anos, licenciatura)

Mas o paralelismo está também presente, ainda que não verbalizado do mesmo modo, nas que não passaram por tal experiência:

(...) a questão dos meus amigos e a questão de termos, de certa forma, dois mundos separados. Se calhar, nem pensava nisso de uma forma tão clara para mim. (...) O próprio facto de pensar sobre as coisas acaba por dar algum significado, nem que seja no sentido de reestruturar algumas ideias e ver como é que as coisas se encadearam. É interessante, mas eu precisava de mais uma entrevista para me organizar.
(Luísa, 24 anos, frequência de licenciatura)

Isto está a fazer-me pensar nalgumas coisas em que já não pensava há muito tempo, em que nunca tinha pensado... Uma coisa é certa: estas duas conversas ajudaram-me a verbalizar algumas coisas que eu achava que não estavam bem em mim, mas ajudaram-me a confirmar. O passar para a palavra obrigou-me a ver se eu tinha a certeza ou não, se já a sinto, e isso ajudou-me a avançar mais um pouco.

(Alexandra, 37 anos, licenciatura)

Sendo a história de vida uma reconstrução do passado, mais do que o relato fiel do que aconteceu, como e quando (Ponse, 1978, p. 159), quando é solicitada, a interferência do/a investigador/a e do quadro de análise que transporta consigo é incontornável, estando presente nas perguntas que faz e no rumo que dá à conversação, mas também nos efeitos mais ou menos imprevistos que produz. Ora, como sublinha Ferreira (1987, p. 170), “A única solução para atenuar os efeitos da diretividade tem que passar forçosamente pela autorreflexão do investigador sobre as determinações da sua própria problemática e, sobretudo, considerar esses efeitos nas respostas obtidas no momento da sua interpretação”. A presença de um guião, por muito reduzido que seja o seu grau de diretividade, tem efeitos naquilo que é contado, no modo como é contado e no sentido que lhe é atribuído, aspetos que reforçam a necessidade de autovigilância.

Para além da necessária reflexão crítica acerca dos procedimentos metodológicos, incluindo o processo de construção dos guiões e as condições da sua aplicação, quando a questão é a da correspondência entre a vida narrada e a vida vivida, têm sido sugeridas estratégias várias de verificação, que incluem, por exemplo, reformulações do tema no decurso da conversação, voltar a interrogar o/a narrador/a passado algum tempo ou o recurso a outras fontes, em qualquer caso tendo em vista a aferição da consistência interna e externa da narrativa recolhida (cf. Atkinson, 2002, pp. 132-136; Bertaux, 1997, pp. 65-105).

Nem sempre, todavia, o propósito da investigação reside na verificação desse estatuto de veracidade factual. É possível usar os dados recolhidos para chegar às verdades e às interpretações que os atores fazem das suas próprias experiências e das lógicas que presidem a esse processo. A questão não é, então, a de saber se a coerência biográfica é uma ilusão, como pretende Bourdieu (1986), ou uma realidade, mas a de saber como é que os atores atribuem coerência às suas vidas quando as narram e que ideologias mais vastas subjazem às e estruturam as suas narrativas.

Não está, portanto, necessariamente, em causa a dimensão real das narrativas, mas a realidade de que elas se revestem para o/a entrevistado/a. Além disso, uma história de vida traduz não apenas a verdade subjetiva do/a seu/sua narrador/a, mas também o modo como essa verdade é produzida num momento e num contexto histórico e social particular. Por outras palavras, através do individual é

possível chegar à compreensão do modo como o universal se manifesta na singularidade: a história de vida permite ao ator organizar e atribuir sentido à sua experiência, estabelecendo e desvendando, ao mesmo tempo, a sua pertença a uma comunidade, a uma cultura, a grupos e/ ou a classes particulares (cf. Brandão, 2007).

Efeitos emocionais e pessoais da rememoração e deontologia profissional

Precisamente pela sua íntima ligação à identidade, a história de vida envolve aspectos emocionais ligados ao processo de rememoração. Isto é particularmente verdadeiro quando estão em causa “momentos críticos” (Giddens, 1997), “momentos de viragem” (Strauss, 2002), que tendem a constituir acontecimentos estruturantes de um percurso de vida (Bertaux, 1997, p. 71). Para várias entrevistadas, o reconhecimento de uma atração homoerótica constituiu um desses momentos e recordá-lo, assim como os eventos que se lhe seguiram, equivale a revivê-los, a reatualizar sentimentos esquecidos ou a adquirir consciência deles. É isto mesmo que relata Beatriz:

Olhe, nunca pensei que me tivesse sentido tão sozinha durante tanto tempo ou, pelo menos, medo de ficar só... Não é de ficar só, de estar só, de não ter outras pessoas com quem me identificar... Pensei que não fosse durante tanto tempo. Falei em épocas, em fases tão diferentes da minha vida e, por motivos diferentes, fui sentindo esse medo... Nunca tinha pensado nisso!...
(Beatriz, 33 anos, licenciatura)

Por essa razão, a entrevista de história de vida pode ser emocionalmente desorganizadora para o/a entrevistado/a, o que tem, na maioria das vezes, tradução na sua expressão fisionómica, na sua *hexis* corporal ou em efeitos fisiológicos iniludíveis, como o choro, e cujos impactos a curto, médio e longo prazo o/a investigador/a não controla. Assim, se a atividade profissional dos sociólogos é uma prática social e produz efeitos sociais (APS, 2008, “Preâmbulo”), ela produz também efeitos pessoais variáveis que importa reconhecer e que não se cingem ao momento da recolha de dados. No caso específico desta investigação, foi possível detetar a sua presença não só durante a entrevista, como mostram os exemplos já apresentados, mas também antes e após a sua realização. Assim, Bárbara recorda que, antes de a entrevista ter lugar,

(...) há uma coisa que eu pensei (...) pelo facto de me ser proposto fazer uma história de vida. (...) eu achar que, se tivesse que fazer uma história de vida, (...) ia começar

com uma breve história, um breve enquadramento dos meus avós, dos meus pais e, depois, eu. (...) Porque uma história de vida começa onde eu nasci, não é? Por isso é que eu me pus a pensar: 'Então, até começava antes!' Os meus avós vêm dali daquela zona e tal, e depois, e depois os outros...

(Bárbara, 31 anos, licenciatura)

A identificação de potenciais entrevistadas seguiu, neste caso, um processo de seleção em bola de neve, o que significa que foram incluídas no estudo algumas mulheres que mantinham entre si relações de proximidade ou mesmo de intimidade. Por isso, a despeito da reserva que lhes foi pedida relativamente ao guião e ao próprio decurso da entrevista, em certos casos, os efeitos desta parecem ter sido claramente identificados por outras entrevistadas. É o caso de Alexandra que, além de afirmar que "Isto é uma revolução! Faz perguntas que nos fazem pensar", sublinha que

A [companheira] bem me dizia! Depois da conversa, eu estava a falar com ela e ela dizia que só pensava na entrevista, só pensava... (...) Eu falava de uma coisa, de vez em quando, e ela estava não sei onde! Estava na entrevista (...)!

(Alexandra, 37 anos, licenciatura)

De facto, como sublinha Bertaux (1997, p. 61), "Este tipo de entrevista é emocionalmente desgastante". Porém, isto não acontece apenas no caso do/a entrevistado/a. Também o/a entrevistador/a, pela necessidade quer de manter uma postura atenta e empática, quer de se posicionar não apenas do ponto de vista do desempenho metodológico, mas também do ponto de vista ético face ao manifesto estado de sofrimento ou desorganização emocional de um/a entrevistado/a, está sujeito a idêntico desgaste. A condução de uma entrevista de investigação pressupõe a capacidade de o/a entrevistador/a manter o seu papel (Ghiglione & Matalon, 1997), o que implica não ceder à tentação de agir como terapeuta ou conselheiro/a. Porém, o cumprimento das regras metodológicas que garantem o controlo da entrevista não invalida a obrigação moral de contribuir para a estabilização do/a entrevistado/a. Esse equilíbrio delicado pode ser conseguido, como sugere Bertaux (1997, p. 63) de diversas formas: regressando "à evocação de momentos positivos na vida do sujeito", perguntando "qual foi o momento mais feliz ou regressar ao que ele/a considera ser o seu maior sucesso" e aguardando "que o sorriso regressasse aos seus olhos".

Outro dos efeitos frequentemente não antecipados — e igualmente problemáticos — da entrevista de história de vida é a possibilidade de esta poder contribuir para levar o/a entrevistado/a a ponderar tomar decisões com base no balanço que acaba por fazer da sua vida. Isto significa que o/a entrevistador/a pode vir a ser

confrontado/a com o conhecimento antecipado de situações que poderão vir a ter efeitos sobre terceiros, mas que estes/as (ainda) desconhecem. Esta questão pode ser especialmente problemática quando está em causa outro/a — potencial ou efetivo/a — entrevistado/a na medida em que não pode deixar de interferir na interpretação que o/a entrevistador/a faz dos próprios dados. Coloca-se, então, a questão de saber o que fazer com informação não solicitada que é frequentemente cedida num estado de fragilidade ou baixa autorregulação. Como lidar com “confissões” ou “revelações” do/a entrevistado/a das quais este/a pode, eventualmente, arrepender-se — ou, não se arrependendo, se e que uso fazer dessa informação?

Se o Código Deontológico dos Sociólogos fornece as diretrizes necessárias à ponderação do que fazer também nesses casos, elas devem ser lidas tendo presente, em primeiro lugar, que a história de vida que obtemos pertence ao/à próprio/a narrador/a. Por isso, subscrevemos as palavras de Denzin (1989, p. 83) quando recorda que “a nossa primeira obrigação é sempre para com a pessoa que estudamos, não para com o nosso projeto ou uma disciplina” e que essa dádiva tem como contrapartida a promessa “de que protegeremos aqueles que as partilham connosco”. Neste sentido, como sublinha Atkinson (2002, p. 131), deve ser o/a narrador/a a decidir que informação nos autoriza, ou não, a usar antes de esta ser objeto de qualquer tipo de divulgação.

Conclusões

As histórias são um dos fundamentos de uma cultura. Elas oferecem leituras particulares do mundo, da nossa sociedade e de nós próprios e obedecem a estruturas narrativas próprias. Entre as muitas histórias que pululam o mundo, a história da nossa vida é fundamental porque é o sustentáculo da nossa identidade. Ser alguém — e ser-se reconhecido/a como alguém diferente dos/as demais — é possuir uma história própria que permite, ao mesmo tempo, dar conta do que fomos e do que queremos ser. Uma história de vida é, assim, um registo da nossa vida e da nossa identidade, mas também da nossa pertença a uma época, a uma sociedade e a uma cultura particulares.

Neste artigo, refletimos sobre algumas implicações epistemológicas, metodológicas e deontológicas da entrevista de história de vida para a investigação sociológica, decorrentes, especificamente, de efeitos como a interrupção da *durée*, a reorganização de eventos e/ou significados e o risco de imposição de problemática, mas também os efeitos pessoais e emocionais ligados ao processo de rememoração. Para tal, mobilizámos dados de entrevistas cujo guião incluiu questões que tiveram como objeto a própria entrevista.

O recurso à entrevista de história de vida requer uma compreensão clara da sua natureza. Destacamos, em concreto, o facto de a vida narrada nunca corresponder à vida efetivamente vivida pelo ator, na medida em que envolve, inevitavelmente, uma reinterpretação das ocorrências passadas, da sua sequência e da sua relevância a partir do presente. Neste sentido, a história que recolhemos estará sempre mais ou menos distante da factualidade objetiva da vida a que se refere. Embora tenham sido sugeridas várias estratégias para minorar esse hiato, a relevância dessa ambição depende sempre dos propósitos da nossa investigação. Por outras palavras, a história de vida pode ser usada mais no sentido de captar a verdade do ator do que a sua absoluta conformidade à vida por ele vivida.

Especialmente quando uma história de vida é solicitada, o/a seu/sua narrador/a é levado a encontrar ou a criar ligações, a recordar algo esquecido, a lê-lo noutros moldes. Este aspeto é salientado pelo próprio facto de a situação de entrevista constituir uma situação anómala, marcando um corte no tempo, i.e., no curso “normal” da vida. Se, por um lado, isto abre a possibilidade de revelar a reflexividade do ator, por outro, pode estimulá-la em termos que não são os seus, mas os do/a investigador/a. Neste sentido, impõem-se à sua mobilização os princípios de autovigilância sobre o processo de investigação, nomeadamente, sobre os efeitos possíveis do quadro teórico que mobilizamos e da forma como operacionalizamos os instrumentos de recolha e análise de dados.

O reconhecimento dos efeitos sociais da prática sociológica, salientado no Código Deontológico do Sociólogo, deve, ainda, atender às suas consequências pessoais e individuais. O potencial desorganizador da entrevista de história de vida sobre o/a entrevistado/a ao nível emocional, mas também ao nível das suas relações interpessoais e da sua trajetória de vida sublinha o carácter, de certa forma, partilhado da produção dessa história. O princípio da neutralidade axiológica não pode, por isso, iludir a responsabilidade ética do/a investigador/a daí decorrente. Sobretudo, não deve fazê-lo/a esquecer-se que a história de vida que recolhe pertence, em primeira instância, ao/à seu/sua próprio/a narrador/a, cuja integridade é prioritário preservar.

Notas

Por decisão pessoal, a autora escreve segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Na transcrição dos excertos, a indicação (...) refere-se à omissão de uma parcela do texto original.
- 2 O artigo de Polletta, Chen, Gardner e Motes (2011) oferece uma síntese crítica da teorização acerca das histórias de vida a partir dessa altura.

- 3 Como exemplos de obras de referência que incluíram o recurso a histórias de vida como material empírico primário ou complementar, podem apontar-se Weeks (1990), Faderman (1992), Ponse (1978) ou, mais recentemente, Hammack e Cohler (eds.) (2009). Para o caso português, veja-se Gameiro (1998) e, mais recentemente, Almeida (2010).
- 4 Veja-se, e.g., Manion e Morgan (2006).

Referências

- Almeida, S. J. (2010). *Homossexuais no Estado Novo*. Porto: Sextante Editora.
- APS. (2008). *Código deontológico*. Disponível em <https://aps.pt/pt/codigo-deontologico/>.
- Atkinson, R. (2002). The life story interview. Em J. F. Gubrium, & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of interview research* (pp. 121-140). Thousand Oaks: Sage.
- Bergson, H. (1988). *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Edições 70.
- Bertaux, D. (1997). *Les récits de vie: Perspective ethnosociologique*. Paris: Editions Nathan.
- Bourdieu, P. (1986). L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62(1), 72.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C., & Passeron, J.-C. (1983). *Le métier de sociologue: Préalables épistémologiques*. Paris: Mouton Editeur.
- Brandão, A. M. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações*, 3, 106.
- Brandão, A. M. (2010). “E se tu fosses um rapaz?” *Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Caetano, A. (2015). Personal reflexivity and biography: Methodological challenges and strategies. *International Journal of Social Research Methodology*, 18 (2), 227-242.
- Chamberlayne, P., Bornat, J., & Wengraf, T. (Eds.) (2000). *The turn to biographical methods in social science: Comparative issues and examples*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Charmaz, K. (2002). Qualitative interviewing and grounded theory analysis. Em J. F. Gubrium, & J. A. Holstein (Eds.), *Handbook of interview research* (pp. 675-694). Thousand Oaks: Sage.
- Chauncey, G. (1998). Gay New York. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 125, 9-14.
- De Gaulejac, V., & Legrand, M. (Dir.) (2012). *Intervenir par le récit de vie: Entre histoire collective et histoire individuelle*. Toulouse: ERES.
- Demory, P., & Pullen, C. (2012). *Gay identity, new storytelling and the media*. Hampshire & Nova Iorque: Palgrave MacMillan.
- Denzin, N. K. (1989). *Interpretive biography*. Newbury Park: Sage.
- Dwivedi, K. N. (Ed.) (2000). *The therapeutic use of stories*. Londres: Routledge.
- Dwivedi, K. N.; & Gardner, D. (2000). Theoretical perspectives and clinical approaches. Em K. N. Dwivedi (Ed.). *The therapeutic use of stories* (pp. 19-41). Londres: Routledge.

- Elias, N. (1989). *O processo civilizacional* (Vol. I e Vol. II). Lisboa: Dom Quixote.
- Erikson, E. H. (1980). *Identity and the life cycle*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Faderman, L. (1992). *Odd girls and twilight lovers: A history of lesbian life in twentieth-century America*. s.l.: Penguin Books.
- Ferreira, V. (1987). O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos. Em A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 165-196). Porto: Afrontamento.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade* (Vol. I, Vol. II e Vol. III). Lisboa: Relógio d'Água.
- Gameiro, O. J. C. (1998). *Do acto à identidade: Orientação sexual e estruturação social*. (Dissertação de mestrado não publicada). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Gubrium, F., & Holstein, J. A. (Eds.) (2002). *Handbook of interview research*. Thousand Oaks: Sage.
- Hammack, P. L., & Cohler, B. J. (Eds.) (2009). *The story of sexual identity: Narrative perspectives on the gay and lesbian life course*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Hoerning, E. M., & Alheit, P. (1995). Biographical socialization. *Current Sociology*, 43(2/3), 114.
- King, A. (2016). Older lesbian, gay and bisexual adults: Identities, intersections and institutions. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- Lieblich, A., Zilber, T. B., & Tuval-Mashiach, R. (2008). Narrating human actions: The subjective experience of agency, structure, communion, and serendipity. *Qualitative Inquiry*, 14(4), 613-631.
- Manion, A., & Morgan, R. (2006). The gay and lesbian archives: Documenting same-sexuality in an African context. *Agenda*, 20(67), 29-35.
- Norton, R. (2016). *Myth of the modern homosexual: Queer history and the search for cultural unity*. Londres & Nova Iorque: Bloomsbury Publishing.
- Plummer, K. (Ed.) (1993). *Modern homosexualities: Fragments of lesbian and gay experience*. Londres: Routledge.
- Plummer, K. (2001). *Documents of life 2: An invitation to a critical humanism*. Londres: Sage.
- Plummer, K. (2002). *Telling sexual stories: Power, change and social worlds*. Londres: Routledge.
- Polletta, F., Chen, P. C. B., Gardner, B. G., & Motes, A. (2011). The sociology of storytelling. *Annual Review of Sociology*, 37, 109-130.
- Ponse, B. (1978). *Identities in the lesbian world: The social construction of self*. Westport: Greenwood Press.
- Roulston, K. (2014). Interactional problems in research interviews. *Qualitative Research*, 14(3), 277-293.
- Schütz, A. (2001). Choosing among projects of action. Em J. Alexander (Ed.), *Mainstream and critical social theory: Classical, modern and contemporary* (Vol. II) (pp. 332-355). Londres: Sage.

- Strauss, A. L. (2002). *Mirrors and masks: The search for identity*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Tap, P. (1981). *Identité, identification et représentations de sexe: Approches pour une étude de la personnalisation de l'acteur social* (Thèse de Doctorat d'Etat). Université de Paris-Nanterre, Paris.
- Tap, P. (1996). *A sociedade Pigmalão: Integração social e realização da pessoa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Thomas, W.I., & Znaniecki, F. (1958). *The Polish peasant in Europe and America I*. Nova Iorque: Dover Publications.
- Van der Maren, J.-M. (2010). Le souvenir et le bouleversement du temps dans la reconstruction du passé: Réflexions méthodologiques, *Recherches Qualitatives*, 8, 37-50.
- Weeks, J. (1990). *Coming out: Homosexual politics in Britain from the nineteenth century to the present*. Londres: Quartet Books.

Data de submissão: 11/06/2019 | **Data de aceitação:** 04/10/2019



REGISTOS (SEMI)OCULTOS E MANIFESTOS NOS MODOS DE VIDA E DE HABITAR O 'BAIRRO SOCIAL' DAS ANDORINHAS EM BRAGA

(SEMI)HIDDEN AND MANIFEST TRANSCRIPTS IN WAYS OF LIFE AND INHABITING CONDITIONS 'SOCIAL HOUSING' IN ANDORINHAS NEIGHBOURHOOD, BRAGA

Manuel Carlos Silva

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) & PDSCI/CEAM/UnBrasília. Campus de Edifício 15, 4710-057, Gualtar, Portugal. *Email:* mcsilva2008@gmail.com

Sheila Khan

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho & Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS/UMinho). Campus de Edifício 15, 4710-057, Gualtar, Portugal. *Email:* sheilakhan31@gmail.com

Rui Vieira Cruz

Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) & Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS/UMinho). Campus de Edifício 15, 4710-057, Gualtar, Portugal. *Email:* rmvcruz@gmail.com

Resumo: Neste artigo os autores dão conta dos resultados de uma pesquisa localizada no Bairro das Andorinhas, um bairro criado nos anos 1980 em Braga, com base na recolha de dados quantitativos e qualitativos obtidos através da aplicação de inquérito e do uso metodológico de narrativas de vida, os autores analisam as condições de vida objetiva, os hábitos e modos de vida, as relações e representações não só entre os diversos grupos da comunidade, assim como as relações destes com a sociedade circundante e as instituições e poderes públicos (polícia, tribunal, segurança social, e, especialmente, a Câmara e empresa municipal BragaHabit). Os dados recolhidos apontam para registos (semi)ocultos a nível familiar e comunitário, dos quais resultam ações e reivindicações de melhoramentos no bairro.

Palavras-chave: habitação e bairro social, modos de vida, registos (semi)ocultos, Braga.

Abstract: This paper discusses the results of a research project developed at Andorinhas neighborhood, created in the early 1980's in Braga. It is based on quantitative and qualitative data resulting from the application of a survey and life narratives. This methodology allowed for the analyses of the objective living conditions, habits and ways of life, relationships and representations not only between various groups of the community, as well as the relations between the neighborhood inhabitants and the surrounding society, including the institutions and public powers (police, court, social security, and especially the Municipality and municipal housing company BragaHabit). The results suggest the presence of (semi)hidden records, both at family and community levels, that result in actions and claims for neighborhood improvements.

Keywords: living conditions and social housing, ways of life, (semi)hidden transcripts, Braga.

Introdução: O problema

Este texto surge como um dos resultados parcelares no quadro de um projeto mais amplo de investigação coordenado pelo primeiro autor do texto, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) dedicado ao estudo dos modos de vida e formas de habitar em ‘ilhas’ e bairros sociais no Porto e em Braga (PTDC/IVC-SOC/4243/2014). Entre estes, um dos bairros selecionados em Braga foi o Bairro das Andorinhas, localizado na freguesia de S. Vicente, nascido em 1983 e finalizado em 1986, somando atualmente 224 fogos, compostos maioritariamente por famílias portuguesas. Sendo inicialmente conhecido como um bairro social é composto por 32 entradas/prédios de apartamentos num conjunto total de 6 blocos, tendo conhecido, passadas duas décadas, uma considerável degradação nalguns edifícios, mas a sua configuração posterior, sem deixar de abranger inquilinos de casas geridas pela BragaHabit¹, enquanto empresa pública municipal, veio a conhecer outras modalidades, nomeadamente pela via da compra de casa própria ou arrendamento a senhorios privados, perdendo alguma da sua inicial caracterização e classificação. O bairro, para além de espaços verdes envolventes não potencializados, possui diversas lojas e outros estabelecimentos não habitacionais, alguns dos quais espaços associativos, designadamente para jovens na sequência de protocolo com o Fundo de Apoio a Organismos Juvenis (FAOJ) em 1988, e centros de atividades como o Parque *Street Workout*, inaugurado em 2017.

Quer neste bairro já reconfigurado e com condições relativamente melhores que nos demais bairros sociais, designadamente em Braga, perpassados de maiores carências económico-sociais designadamente habitacionais não se verificam movimentos manifestos de contestação aos poderes públicos, observando-se contudo pela via associativa formas de reclamação junto da Câmara, embora na esfera familiar e informal, se detetem registos semi-ocultos de crítica aos protagonistas institucionais. A questão que se coloca de imediato será: como se compreende e explica os baixos níveis de conflitos manifestos, ou seja, quais os mecanismos e razões de maior frequência e persistência de formas informais de queixa e registos semi-ocultos de crítica?

Este artigo tem como objetivo perceber a relação dos moradores não só com o espaço habitacional e com os demais moradores no prédio/ou bloco de prédios, mas também com a área envolvente da cidade e, em particular, com as instâncias do poder local e as diversas instituições públicas.

Na sequência do enquadramento teórico, sintetizaremos a estratégia de pesquisa e os respetivos métodos e técnicas utilizadas no projeto de pesquisa, as quais foram de ordem quantitativa e qualitativa, nomeadamente o inquérito e a entrevista

semiestruturada. Por fim, procuraremos responder à questão considerando alguns resultados da pesquisa em duas vertentes nucleares: em primeiro lugar, proceder a uma caracterização sociodemográfica e económica, tendo em conta as condições objetivas de vida tais como tipos de atividade profissional menos valorizados e mal remunerados, baixos salários e baixas escolaridades; em segundo lugar, analisar as relações entre os moradores, assim como as representações socialmente partilhadas pelos moradores sobre as instituições sociais e políticas envolventes, designadamente os *media*, a polícia, o tribunal, a segurança social, a Câmara e, em particular, a empresa municipal BragaHabit. Dito de um modo mais expressivo, procuraremos descrever, analisar e cruzar as dimensões objetivas e subjetivas das vidas dos moradores e evidenciar quer os tipos de relações de colaboração (de partilha e de complacências) e/ou atrito a nível da comunidade, quer, perante relações de dependência perante o poder camarário, algumas conivências com as figuras do poder camarário. Com efeito, são raros os confrontos abertos com mundo social e político envolvente e mais frequentes as maledicências e queixas em registo informal e (semi)oculto e menos visíveis na esfera pública como estratégia de sobrevivência, tal como o têm analisado diversos economistas morais e sociólogos em diversos contextos, já operários (Estanque 1999; Silva 2012a; Thompson 1982/1963), já camponeses na América Latina (Wolf, 1974), Scott (1990) no Sudeste Asiático ou Silva (1998) no Noroeste de Portugal.

Habitação, instâncias de poder e moradores: Breve enquadramento teórico

A habitação dita social, sendo do domínio público pela via do Estado Central ou das instâncias municipais, pressupõe a prestação de um serviço de habitação providenciado, organizado e/ou gerido por organizações governamentais e/ou empresas municipais, a fim de suprir carências habitacionais de determinados grupos sociais vulneráveis e/ou com poucos recursos, cujos custos ora de arrendamento ora de compra de habitação não podem ser suportados por esses grupos sociais no quadro das políticas e leis do mercado habitacional dominantes. A provisão de habitação é mais do que a simples construção de um espaço de residência mensurável em metros quadrados, pelo que deve ser acompanhado de comércio, serviços e instalações vitais para tornar o espaço residencial habitável e confortável no quadro do direito à cidade (Bonetti, 1994, p. 18ss; Ibern, 2013; Lefebvre, 1968; Scott, McCarthy, Ford, Stephenson & Gorrie, 2016), exigindo-se que outros serviços como água e saneamento, eletricidade e outros ligados à educação, saúde e abastecimento estejam disponíveis, o que nem sempre é o caso em muitos bairros sociais. É tendo em conta uma perspetiva multidimensional que é possível aferir em que

medida as referidas vantagens/desvantagens nos respetivos ‘bairros sociais’ estão presentes: por um lado, as sociabilidades, vivências socioculturais e redes de vizinhança e/ou, por outro, eventuais processos de exclusão e/ou segregação socio-espacial em ambiente urbano e nas imediações dos referidos bairros (Apparicio, Séguin & Naud, 2008, p. 356; Baptista, 1999; Costa, 1999; Cordeiro, 1997; Guerra, 1996; Hannerz, 1983). A importância das sociabilidades e das redes de vizinhança culmina em efeitos de vizinhança, uma hipótese que assume que viver privado de vizinhos tem um efeito negativo na vida dos residentes, ao nível ora das suas interações, ora das suas características individuais (Sharp & Lashua, 2016). Os ambientes e redes de vizinhança influenciam o comportamento, a saúde (física e mental) e a qualidade de vida dos residentes e, conseqüentemente, a sua satisfação com o ambiente residencial. Portanto, o papel que os ambientes de vizinhança desempenham nas interações sociais, nas relações interpessoais, na perspetiva de trabalho, nas condições financeiras, no *status* social e até nas relações conjugais é vital para o desenvolvimento local e regional. Os autores recém-mencionados evidenciam nos seus respetivos estudos que as vizinhanças influenciam a forma como os indivíduos vivem, interagem, trabalham e descansam.

O modelo de habitação social/pública, particularmente no passado, tem produzido uma forma de poder hegemónico que ativamente produz e reproduz assimetrias e exclusões socio-espaciais (Almeida, Capucha, Costa, Machado, Nicolau & Reis, 1992; Bourdieu, 1970; Costa, 1998), as quais se configuram como vantajosas para a manutenção do *status quo* e das divisões socio-espaciais vigentes, reforçando o controlo, a autoridade e o reforço de poder. Se conceitos geográficos de teor descritivo são relevantes (vg. habitat concentrado ou disperso), uma análise sociológica que vise a interpretação e explicação de espaço não só como suporte físico de atração/polarização e fluxos, mas também como código cultural e de representação de si e dos outros e como campo de efeitos de poder terá que socorrer-se, como apontam Remy (1975), Harvey (1977) e Sharp e Lashua (2016), das teorias do espaço urbano como formas de poder e controlo, uma ideia aliás já seminalmente avançada por Weber (1978), Foucault (1979) e neweberianos como Ledrut (1968) e Freund (1975).

Embora sem alcançar os objetivos desejados, desde a década de 1980 têm surgido nalguns países políticas no sentido de que a ideia de segregação socio-espacial dos habitantes seja progressivamente abandonada, dando origem a novas práticas. Inicialmente, confinados a espaços sem acessos a transportes ou sem condições de saneamento, a formação de novos bairros com espaços de habitação melhorados e mobilidade de diferentes comunidades com maiores níveis de rendimento gerou novas práticas e exigências, espaços com acessos e estruturas (Forest-Bank, Nicotera, Anthony, Gonzales & Jenson, 2014). Ainda

que excepcionalmente, nalgumas situações a habitação pública tem servido como forma de mitigar ou contrariar os processos de gentrificação e a especulação imobiliária sentida após a crise deste mercado em 2007. Assim, não mais centrado no isolamento de populações com baixos rendimentos a um espaço definido, o objetivo proclamado passaria por dar visibilidade social e integrar estas populações em habitações acessíveis, com qualidade, em locais previamente existentes, fazendo uso de estruturas de comércio e serviços já existentes no espaço envolvente (*New York City Public Design Commission*, 2018).

Os estudos sociológicos têm-se centrado nas condições sociais dos aglomerados familiares que compõem os espaços das habitações sociais/públicas, ignorando regularmente a (de)composição das habitações e as reformulações que estas sofrem ao longo do tempo e os esforços que as comunidades conjugam para evitar tal fenómeno (Grey, Jiang, Nascimento, Rodgers, Johnson, Lyons & Poortinga, 2017). Os espaços de habitação pública formam, por isso, um *standard* que aferem e avaliam: (i) a qualidade da habitação/construção e seus indicadores económicos, culturais e sociais; (ii) o seu ambiente residencial, no qual se inclui o *design* e a funcionalidade da estrutura, a qualidade dos materiais de construção e a quantidade do espaço interno e externo à habitação, os serviços proporcionados; e (iii) a relação entre os indivíduos nesses espaços. Estes *standards*, para além de fornecerem indicadores sobre a qualidade de vida, servem também como material legal para a proteção de senhorios e inquilinos relativamente à modificação destes espaços (Rajaei, 2016). Se, por um lado, as más condições de habitação, assim como humidades e fugas de água atuam como forma de estigma social de pobreza, por outro lado, têm também efeitos negativos sobre a saúde dos seus habitantes, gerando problemas respiratórios, asma, algumas doenças mentais, problemas regularmente associados com o ato de habitar em casas frias e húmidas (Grey, Jiang, Nascimento, Rodgers, Johnson, Lyons & Poortinga, 2017). Diferentes estratégias tais como pintar as fachadas de vários blocos de forma igual, ou a existência de blocos com *graffiti* geram um conjunto de representações sociais e subjetivas sobre a composição desses blocos e, conseqüentemente, do bairro (Flores-Colen, 2010). Há estudos que registam uma correlação entre melhores condições de habitação e melhoramentos nas condições de saúde no longo prazo (Grey, Jiang, Nascimento, Rodgers, Johnson, Lyons & Poortinga, 2017).

Mais que a construção de edifícios e das questões técnicas, o ambiente residencial incorpora a noção de bairro e envolve um sentimento de pertença e a satisfação dos residentes resultando numa demonstração de uma ligação entre o sentido de lugar (SOP)² e a satisfação residencial (RS). Alguns dos problemas da urbanização contemporânea assentam na crise de lugar, não no sentido dito

pós-moderno que lhe deu Marc Augé (1994) ao ponto de assumir de determinados espaços como “não lugares”, mas no sentido de ausência, degradação ou baixíssima intensidade de relações sociais em antigos bairros sociais, nos quais se desmantelam redes sociais ou que obrigam à deslocação forçada de um lugar para outro, perdendo-se a memória e o sentido de pertença e partilha comunitária. De uma forma geral, os processos de urbanização sob a égide do capitalismo desregulado designadamente no século XX produziram quantidades enormes de conexões e de relações sociais, em que foram negligenciados os laços emocionais emergentes da ação do bairro e do sentimento de pertença ao lugar. Os ‘bairros sociais’ criados ou decorrentes desse processo tornaram-se repositórios de indivíduos de baixos rendimentos e reduzidos recursos. Se, em princípio, tais contextos espaciais seriam suscetíveis de gerar laços fortes de vizinhança à micro-escala, os constrangimentos económicos e decisões políticas a nível municipal e central são de tal ordem que dificultam o reforço desses laços, sendo até caracterizados por relações de indiferença, quando não de emulação e conflito.

A formação de diferenciados espaços em contexto urbano prende-se, na esteira da abordagem weberiana (Weber, 1978), também partilhada por Bader e Benschop (1988) e Silva (2012), com o diferente grau de disposição de recursos por parte dos diferentes grupos sociais, que se vão localizando no quadro do mercado de habitação ora própria ora arrendada, o qual é definido conforme o valor do solo e da respetiva renda fundiária (Santos, 1982) e respetivo poder de compra e/ou aluquer. Tal quer dizer que, numa economia de mercado, acederão aos espaços centrais, mais nobres e valiosos os grupos com mais recursos, sendo os demais afastados para os subúrbios ou periferias. Como o capital não se ocupa de oferecer habitação a custos controlados e preços acessíveis por não ser rentável, terá que ser o Estado Central ou as entidades camarárias a ocorrerem às necessidades dos grupos mais desprovidos (Silva, 2012), justamente pela criação de bairros sociais, amiúde precários e degradados. Com efeito, existem diversas situações e fatores de risco dentro das vizinhanças em que se destacam fenómenos como a pobreza, a falta de oportunidades económicas, a desorganização das vizinhanças, a debilidade ou mesmo a ausência de laços de solidariedade da vizinhança, a ativação ou a padronização de normas sociais reprovadoras de comportamentos ditos ‘desviantes’, como referem alguns teóricos da sociologia (Becker, 1963; Goffman, 1988; e, no caso português, cf. Capucha, Costa, Machado, Nicolau & Reis, 1992; Gonçalves, 1994; Guerra, 1996, p. 173).³ Tais comportamentos ‘desviantes’ ou ‘criminais’, dados como anti-sociais numa certa versão psicologista⁴, em argumento sociológico crítico são também eminentemente sociais na medida em que são resultantes da interação entre a sociedade (e os padrões dos indivíduos ‘normais’ e sobretudo os ‘empreiteiros da moral’) e os indivíduos de

comportamento dito desviante (Silva, 2012). As condições que propiciam estas práticas sociais não podem ser analisadas sem ter em conta as condições objetivas de existência e ausência de poder de disposição sobre recursos dos seus habitantes, como referido, como tão pouco podem ser desconexas do respetivo espaço físico degradado, da inexistência de infraestruturas, equipamentos e serviços adequados, e do confronto com más habitações e área envolvente negativa (Schwarz, 2010). Donde, os principais fatores de proteção incluem oportunidade de educação, de emprego, e atividades que liguem a comunidade à sociedade de 'acolhimento' com apoios das instâncias do Estado Social e mediação de membros da rede não-familiar (Forest-Bank, Nicotera, Anthony, Gonzales & Jenson, 2014).

Uma outra abordagem nuclear às condições de vida objetiva dos moradores e suas representações prende-se com a sua relação com o poder não só ao nível nacional, como, e sobretudo, ao nível municipal e local. Existe amiúde um choque relativamente aos planos e políticas urbanas que os poderes municipais desejam implementar e as necessidades, as culturas, representações e expectativas por parte dos moradores, comerciantes locais e outros. Os moradores, se, por um lado, não denotam uma mundividência homogénea sobre o bairro, sobre a sociedade e a política por pertença de classe, étnica e geracional, por modos e trajetórias de vida ou ainda por diversas narrativas e influências político-ideológicas, por outro lado, têm amiúde a perceção de serem objeto de desclassificação social e estigma por parte de *outsiders*.

Estratégia de pesquisa: Métodos e técnicas

Nesta pesquisa foram utilizados métodos e técnicas quantitativas e qualitativas de modo complementar, tendo em conta as vantagens e desvantagens de cada uma das técnicas de recolha de dados. Entre os instrumentos de ordem quantitativa há a referir a aplicação de um inquérito presencial junto dos moradores/as e respetivas famílias, elaborado pelo responsável do projeto e colaboradores. Foram aplicados 96 inquéritos, dos quais foram validados 92, constituindo estes 95,8% de uma amostra, a qual, embora não representativa, procurou ilustrar a diversidade de grupos sociais aí presentes. Os resultados aqui apresentados são inseridos num quadro de estatística exploratória e descritiva.

Para além dos inquéritos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto dos inquiridos/as, o que representou uma componente importante na medida em que nos dá conta de determinadas motivações e significados não só das suas respostas no questionário, como permite aceder através de histórias ou narrativas de vida a dimensões qualitativas que doutro modo se perderiam. Os objetivos destas técnicas passaram pela constituição de um '*benchmarking*'⁵ técnico para aferir

que variáveis os moradores consideram relevantes para a composição do seu bairro/comunidade e que características merecem ser mantidas ou alteradas.

Se consideramos importante mapear o bairro como uma comunidade (*community mapping*), não pretendemos de modo algum idealizar a comunidade como uma realidade totalmente harmónica ou integrada. Assim, mapear o bairro é uma técnica de recolha de dados visual e relacional, a qual foi complementada com outras formas de recolha de dados (questionário, entrevistas), mas também com outras formas de dados por via da observação etnográfica, de modo a ilustrar as relações socio-espaciais e, assim, retratar a construção de identidades em torno de dimensões como classe social, género ou raça/etnia, tal como o apontam van Ingren, Sharpe e Lashua (2016, p. 5): “*to ask for a map, is to say ‘tell me a story.’*”

Para levarmos a cabo a tarefa de mapear a comunidade, como refere van Ingren Sharpe e Lashua (2016, p. 5) ou, talvez mais diretamente, aproximarmo-nos da comunidade, foi fulcral a autorização por parte da Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA) para aceder às instalações sobretudo do Bar da Associação, a que acresceram as ‘passeatas’ etnográficas nos espaços quotidianos proporcionadas por alguns moradores, particularmente por parte de alguns informantes privilegiados, criando um clima de confiança entre grande parte dos moradores.

Por fim, importa referir que a presença constante e demorada consubstancia da na observação — e não raro observação participante — nalgumas situações tais como celebrações comunitárias revelou-se extremamente fecunda e útil no aprofundamento da relação e na confissão de testemunhos muito eloquentes, particularmente em relação aos portadores de poder institucional, nomeadamente da BragaHabit. Se, por um lado, a equipa de investigação teve facilidade de acesso a um conjunto de indivíduos graças ao sinal de abertura e palavra de confiança dada pela Associação de Moradores como entidade de cuidados (v.g. crianças, deficientes e idosos), de mediação de conflitos internos e de relação com entidades externas, teve, por outro, dificuldades em conseguir convencer alguns indivíduos para participar na pesquisa: uns por uma questão de insegurança de vida e outros por sentirem e manifestarem algum ressabiamento e cepticismo no que diz respeito à atuação da Direção da AMBA, que por estes era vista como entidade de vigilância e controlo local de comportamentos.⁶ Dado, porém, os relevantes serviços prestados pela Direção da AMBA⁷, esta foi muito relevante para levar a bom termo esta pesquisa através de apresentação dos investigadores à população nos diversos locais de convívio (bar da associação, cibercafé e outros cafés locais, recintos desportivos, espaços de ginástica).

Tendo em conta notas de observação e do mapeamento do Bairro das Andorinhas, obtidas através dos testemunhos e anotações do diário de campo, foi possível

por esta via conhecer os registos semi-ocultos da comunidade que, segundo Scott (1990), são reveladores das perceções e representações dos moradores sobre os demais moradores e sobretudo dos forâneos e, muito em particular, com os poderes instituídos da Câmara.

Mapeando o Bairro das Andorinhas

Atendendo às diversas estratégias de mapeamento (físico/geográfico, económico, social e político), um primeiro objetivo, como referido, consiste em descrever e analisar as condições de vida objetiva, os hábitos, modos de vida e mundividências, e, seguidamente, as relações e representações não só entre os diversos grupos na comunidade como sobretudo com os *outsiders* da sociedade circundante e/ou sobretudo sediados nas instituições e poderes públicos (polícia, tribunal, segurança social, partidos políticos e, em especial, a Câmara e, no seio desta, a empresa municipal BragaHabit).

Caracterização sociodemográfica do Bairro

O Bairro das Andorinhas é um espaço territorial relativamente acessível, física e geograficamente integrado na própria cidade, embora, do ponto de vista económico e social, não o seja, dado o débil poder aquisitivo dos seus moradores. Originariamente construído pelo IGAPHE e presentemente sob gestão da BragaHabit, o bairro combina, além dos espaços comerciais, a habitação pública, arrendada pela BragaHabit, e habitação privada, com fogos arrendados ou comprados por agentes privados. Sendo a amostra validada composta por 92 inquiridos/as, estes dividiam-se entre 48,8% de elementos do sexo masculino e 52,2% do sexo feminino. Os inquiridos/as, na sua maioria, possuem a nacionalidade portuguesa (98,6%), têm Portugal como país de origem (97,8%) e classificam-se enquanto brancos/caucasianos (96,7%).

Relativamente à idade, os inquiridos/as apresentam uma amplitude entre os 20 e os 87 anos, estando o valor médio definido em torno dos 49 anos (valor médio de 48,95). Quanto à escolaridade dos seus habitantes, apesar de conhecer algum avanço e diversidade em relação ao padrão existente nos anos 80 e 90 graças também ao aumento da escolaridade obrigatória para os nascidos após o 25 de Abril de 1974, persiste uma baixa escolaridade. Assim, embora se evidencie o valor médio e o da mediana no 3º ciclo/ antigo 5º ano (33,7%), os três grupos maioritários de indivíduos integram-se nesta última divisão, no 1º ciclo/ 4ª classe (28,1%) e no 2º ciclo/6º ano (18,0%). Note-se que a amostra possuía também indivíduos com ensino

secundário ou em formação profissional (13,4%) e analfabetos (6,7%). Estes dados contrastam com similar pesquisa realizada em 1999 (Barreira, 2000), com base numa amostra de 80 famílias, na qual 11,0% da população era analfabeta, 49,0% possuía apenas o ensino básico, 25,0% o ensino preparatório ou unificado, 13,0% o nível complementar (7º ano liceal, escola comercial e industrial), ainda que frequentemente incompleto, e apenas 2,0% da mesma teria frequentado um curso superior.

Quanto ao estado civil, os dados revelam uma maioria de pessoas casadas (54,3%) ou em união de facto (7,6%), amiúde com filhos, totalizando 61,9% da amostra. Das várias categorias restantes apuraram-se 19,6% de solteiros/as e 12,0% de viúvos/as (12,0%). Os indivíduos separados (1,1%) e divorciados (4,3%) contabilizam 5,4% da amostra. No que diz respeito ao tipo de organização familiar, embora a lei sustente a igualdade dos cônjuges na gestão da casa, predomina a conceção ser o homem o 'chefe de família' no sentido de ser o provedor da casa em termos parsonianos (cf. Parsons, 1956) mas inclusive expressa no senso comum em ditados machistas popularizados como "em casa manda ela, mas nela mando eu", embora não já tão acentuada como no final dos anos 90, em que, segundo Barreira (2000), 74,0% dos inquiridos/as concordava com o referido ditado.⁸ Com efeito, ao tempo desta pesquisa apenas 23,0% das esposas exerciam uma profissão fora da esfera familiar, situação que, segundo Pais (1985) e Wall (1999), se agrava com o nascimento do primeiro filho, em que a mulher ou se retira do mercado de trabalho ou acumula o trabalho extradoméstico com trabalho doméstico. Mesmo quando os homens declaravam concordar em dividir as tarefas domésticas, as desigualdades nesta área eram bem evidentes, cabendo, em regra, à mulher cozinhar, passar a ferro, arrumar a casa, ir às compras, acompanhar os filhos na escola e em questões de saúde, contribuindo o homem com reparações em casa, passeios com os filhos, tratamento de assuntos bancários, compra de bens mais caros, dados estes que convergem com outros estudos levados a cabo por Torres e F. Silva (1998), Wall (2005), Wall e Amâncio (2007) e Silva (2016).

Quanto às atividades profissionais, não contabilizando cerca de um quarto da população ainda em fase de escolaridade ou formação, salvo 15,0% que trabalhavam em atividades de comércio ou serviços (contabilistas, vendedores/as) e 12,0% que estavam desempregados, a grande maioria estava ocupada em profissões predominantemente manuais, designadamente operários (metalúrgicos, construção) e costureiras, serviços de limpeza, domésticas e venda ambulante, bastantes dos quais exercidos sem contrato e no setor informal, evidenciando algumas continuidades com a configuração das atividades ocupacionais dos anos 90 (cf. Barreira 2000).⁹

Quanto aos rendimentos das famílias podemos atestar a seguinte distribuição na figura 1.

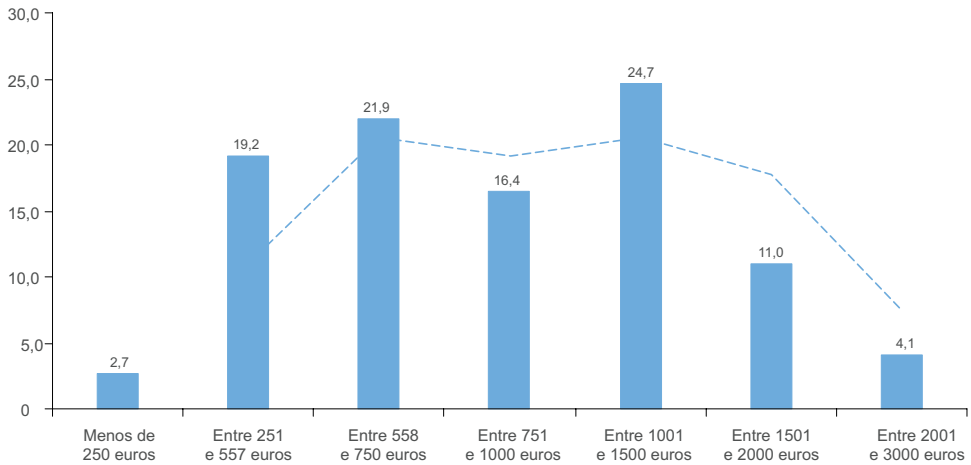


Figura 1 Rendimentos dos agregados familiares das Andorinhas (%)

Fonte: Inquérito aos Moradores do Bairro das Andorinhas (IMBdA).

Relativamente às condições económicas dos agregados familiares do Bairro das Andorinhas (BdA) regista-se que a maioria das famílias (60,9%) situa-se entre a não obtenção de rendimentos e/ou rendimentos muito baixos, por um lado, e rendimentos baixos entre 751 euros e 1000 euros, atendendo que se verifica a junção de rendimentos de dois ou mais membros da família. Há ainda a registar o valor com a importante percentagem de 24,7% no escalão entre 1001 e os 1500 euros, embora não tão elevados tratando-se de dois ou mais rendimentos por família. Salvo 4,1% que detém rendimentos mais confortáveis entre 2001 euros e 3000 euros, os restantes 35,7% situam-se num escalão com rendimento intermédio razoável entre 1001 e 2000 euros, mas a maioria vive com rendimentos baixos ou muito baixos.

No que concerne a habitação, os dados revelaram que os moradores/as habitam há cerca de 32 anos no bairro (moda¹⁰) e que cerca de três quartos dos residentes vivem em habitações arrendadas (72,5%) e um pouco mais de um quarto reside numa habitação própria (27,5%). Entre o grupo composto por habitações arrendadas, a maior destes moradores são arrendatários da empresa municipal BragaHabit (64,1%) e os restantes 35,9% arrendaram a casa a senhorios privados ou a familiares. As rendas mensais variam entre valores inferiores a 100 euros (37,7%) e, entre 101 e 200 euros, há 49,2%, perfazendo no total 86,9% da amostra, estando os restantes 13,1% com valores de renda superiores a 200 euros.

Dada a amplitude das idades e a construção do Bairro das Andorinhas, a vasta maioria não habitou sempre no bairro. Assim, 89,0% viveram noutros locais,

designadamente noutros bairros nas proximidades como as Palhotas, as Parretas e noutros locais das freguesias de Real e de S. Vicente. Assim, vivenciaram a nova casa nas Andorinhas com melhores condições como uma melhoria substancial, uma conclusão já detetada em 1999 por Barreira (2000), na qual este autor destaca uma perceção negativa do bairro por parte de cerca de 3/4 dos inquiridos,¹¹ perceção essa que entretanto se foi contudo diluindo ao longo do tempo e inclusive convertendo em perceção positiva pela valorização do bairro, a sua centralidade e integração em relação à cidade (cf. figuras 3 e 4).

Aliado a este facto da centralidade física do bairro em relação à cidade, importa, por fim, sublinhar um elemento de identidade captado pelo registo etnográfico: a ligação informal de grande parte de moradores sobretudo jovens ao Sporting Clube de Braga, sendo de destacar a indumentária que estes últimos usam com o símbolo do clube e o facto de, nas imediações do bairro, existir um estabelecimento comercial frequentado pelos elementos de uma das claques do referido clube designado “Red Boys Andorinhas” (Martins, 2017), denotativo das credenciais do bairro.¹²

O espaço de habitação: Tipologia de apartamentos

A tipologia predominante foi o T3 (60,4%), seguida do T4 (30,8%) e do T2 (8,8%), não tendo sido encontradas outras tipologias. Nos espaços internos todos os residentes apontaram que possuem sala, cozinha, eletricidade, saneamento, água corrente e soalho de madeira, flutuante ou mosaico (salvo 11,0% que têm divisões com chão em cimento). Relativamente a outras condições, a grande maioria refere ter quarto de banho completo (95,6%), havendo famílias que possuem apenas retrete e duche e ainda outras que só possuem retrete. É de destacar que os fogos T3 ou superior possuem mais que um quarto de banho, fomentando esta pluralidade de opções.

No que concerne a climatização da habitação, somente uma minoria possui ar condicionado (5,5%) ou aquecimento (13,2%), lareira (12,1%) e caldeira (2,2%). A vasta maioria possui gás canalizado/natural (96,7%) com base numa reformulação estrutural que o Bairro das Andorinhas sofreu há uns anos, designadamente entre 2003 e 2005.

Quanto a equipamentos, todos os inquiridos revelaram possuir frigorífico e fogão, seguindo-se outros produtos como máquina de lavar roupa (96,7%), forno (98,9%), televisão (98,9%), esquentador (97,8%), Tvcabo/satélite (97,8%), micro-ondas (95,6%), aspirador (92,3%), internet (84,6%), arca/congelador (74,7%), hifi ou rádio (74,7%), máquina de secar roupa (35,2%), máquina de lavar louça (30,8%), máquina de filmar (14,3%). Comparados estes dados com outros recolhidos em 1999 por Barreira (2000), considera-se ter havido um ganho considerável na aquisição de determinados

equipamentos que nessa altura eram possuídos por percentagens menores: máquinas de lavar roupa (85,0%), aspiradores (70,0%), mas bem menores em micro-ondas (5,0%), máquinas de lavar loiça (10,0%).

No que às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) diz respeito, a maioria possui telemóvel (90,1%), dos quais 41,8% são *smartphones*, seguindo-se computador (65,9%) e *tablet* (45,1%). A maioria dos inquiridos/as revelou estarem satisfeitos (66,7%) ou muito satisfeitos (5,6%) com as condições da sua habitação, contrastando com os que expressaram desagrado, revelando-se insatisfeitos (14,4%) ou muito insatisfeitos (13,3%). Se é constatável que as condições de habitação são razoáveis e a posse de equipamentos e instrumentos eletrónicos apresentam percentagens consideráveis, elas não bastam para atestar uma elevada qualidade de vida, mudar de modo de vida e, muito menos, conhecer uma ascensão social ascendente, a qual implica uma alteração do lugar de classe.

O espaço do bairro: Serviços disponíveis, transportes e acessos

Relativamente a serviços disponíveis no Bairro, a principal ênfase incidiu nos transportes públicos, sobre os quais a figura 2 nos mostra o grau de satisfação:

Conforme a figura 2, regista-se um grupo de questões de elevada consistência interna ($\alpha = 0,73$), no qual os indivíduos revelaram-se de forma geral satisfeitos ou mesmo muito satisfeitos sobretudo com a qualidade dos transportes públicos (média = 3,9), apontando, todavia, críticas à sua baixa frequência e regularidade (média = 3,7) e ao preço (média = 3,5). A não existência de transportes públicos a circular regularmente no bairro foi contraposto com a existência de paragens relativamente próximas e a qualidade global dos serviços de transporte.

Os moradores revelaram-se bastante satisfeitos com as condições gerais do bairro, destacando como valor mais elevado o espaço para as crianças brincarem, incidindo o valor mais baixo na avaliação do bairro relativamente ao nível do espaço para pequenas reparações domésticas ($\alpha = 0,74$).

Um outro grupo de questões incidiu sobre as características internas do bairro. Em termos de consistência interna, o valor do $\alpha = 0,34$ — revela baixa consistência entre o grupo de questões. Quando analisados os resultados, regista-se que as questões sobre assaltos no bairro, a circulação de droga e se seria melhor que algumas pessoas se fossem embora, apresentam valores de desvio padrão extremamente elevados em relação aos valores das médias. Tal justifica a baixa consistência interna do grupo, o que significa que diferentes indivíduos responderam de forma diferente a estas questões, tal como se pode registar na figura 4.

Quando analisada a matriz de correlação entre as variáveis, registou-se que os indivíduos que responderam positivamente a cada uma destas três variáveis

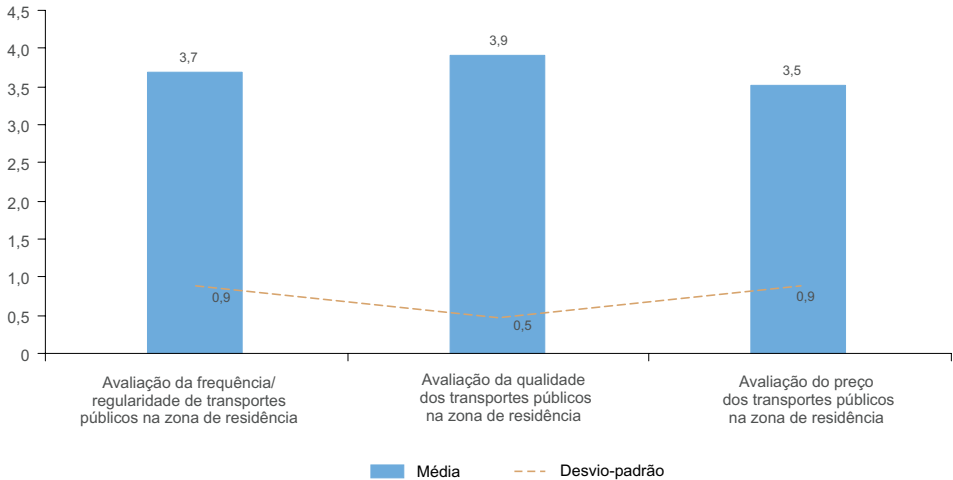


Figura 2 Avaliação dos transportes públicos (5 itens)

Fonte: IMBdA.

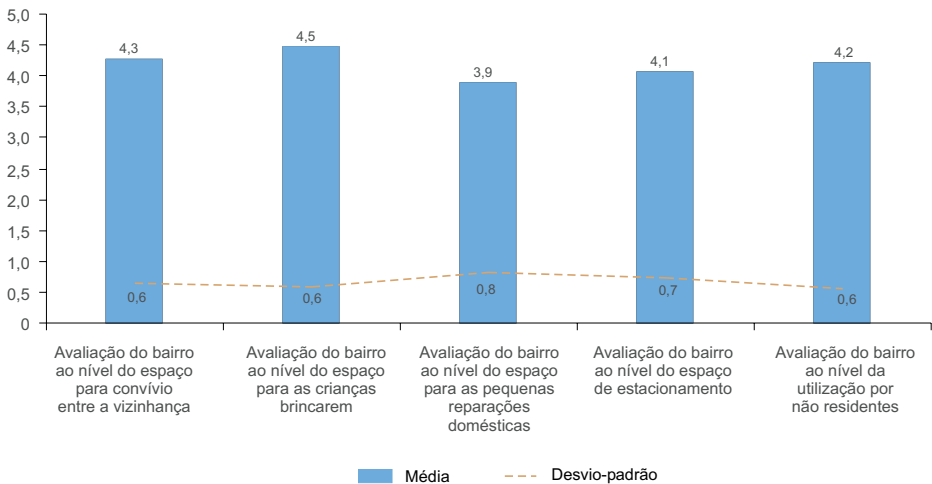


Figura 3 Avaliação das condições gerais do bairro (5 itens)

Fonte: IMBdA.

responderam também favoravelmente às duas restantes, o mesmo sendo válido para os que responderam negativamente. Esta questão revela que diferentes indivíduos interagem de forma diferenciada com o bairro e, principalmente, em diferentes espaços dentro do bairro.¹³ Como se pode observar na figura 4, é de notar

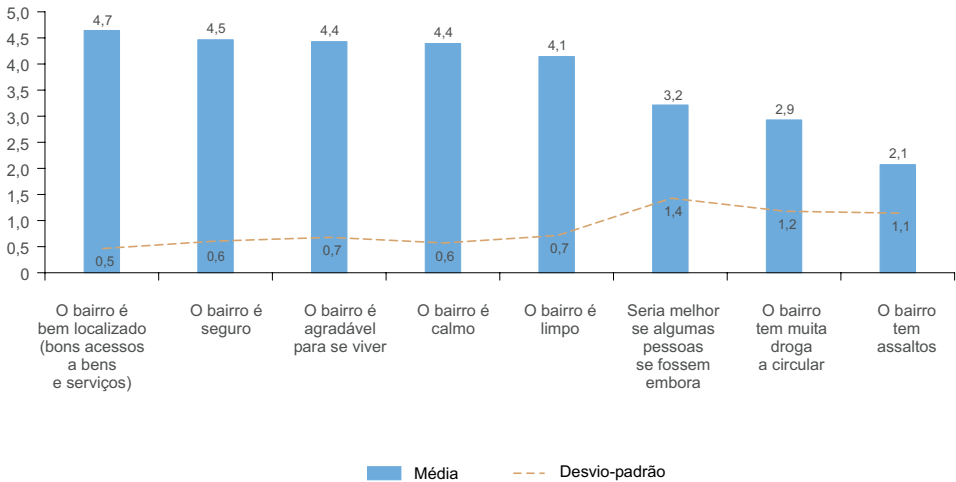


Figura 4 Representações sobre o Bairro das Andorinhas

Fonte: IMBdA.

igualmente que, entre os valores mais elevados, a definição do BdA como um bairro limpo é o que apresenta um valor médio mais baixo (4,1) e um desvio padrão mais elevado (0,7).

As representações dos inquiridos/as sobre drogas evidenciam um enorme desfasamento. No diário de campo identificamos que os mais novos mencionam a existência de muita circulação de droga, contrariamente à posição das pessoas mais velhas. Se, à primeira vista, esta diferença poderia ser identificada como geracional, as entrevistas mencionam que os moradores/as mais velhos estão conscientes da existência de droga. O seu nível de comparação é, no entanto, a da realidade atual com os primórdios da formação do bairro, no qual o tráfico de drogas era mais notório: “Dantes era mau. Drogas. Não se podia andar na rua. Não tinha possibilidade de as crianças brincarem. (...) (Agora) não se vê como se via antes a droga. Hoje as crianças têm condições, têm aqui a pracinha.” (homem, 60 anos).

Relativamente a outras questões, nomeadamente representações e valores na esfera legal e ética, numa escala de três níveis de resposta entre 0 e 3, a figura 5 evidencia os seguintes dados:

Como se constata na figura 5, a maioria dos indivíduos é a favor de relações sexuais antes do casamento (3,0), da legalização da procriação medicamente assistida (3,0) e da eutanásia/morte assistida (2,8). De diversas conversas informais foi possível inferir que não só a virgindade prematrimonial como a fidelidade conjugal por parte da mulher parece ser um valor partilhado por

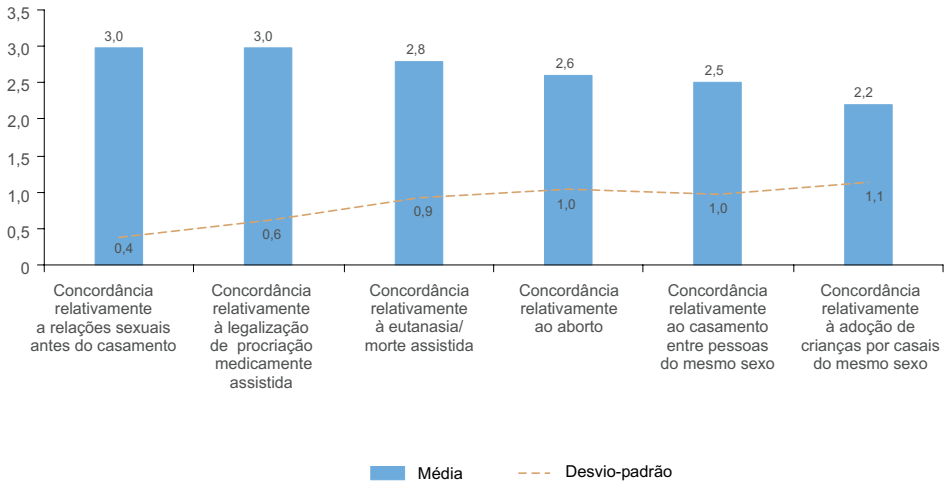


Figura 5 Concepções morais sobre temas sensíveis (3 itens)

Fonte: IMbDA.

homens e mulheres, embora haja a registar que o requisito de fidelidade e submissão da mulher era bem mais presente, segundo Barreira (2000), no final dos anos 90, partilhada por 75% dos homens e 90% das mulheres, diferentemente dos dados mais recentes que apontam para um menor constrangimento moral a este respeito (cf. figura 5).¹⁴

Os valores médios mais baixos (ainda assim a tender para a concordância) incidem na adoção de crianças por casais do mesmo sexo (2,2), o casamento entre pessoas do mesmo sexo (2,5) e o aborto (2,6). O grupo de questões apresentou uma consistência interna aceitável de 0,7. Os principais receios que afligem os moradores/as (alfa = 0,5) são ‘ficar doente’, ‘não poder proporcionar um futuro aos filhos’ e ‘ficar desempregado’.

Avaliação e posicionamento dos moradores face às instituições/organizações

Quanto à perceção e avaliação dos moradores do bairro relativamente às diversas instituições, nomeadamente camarárias, procuramos apontar os principais problemas e quais as perceções e posicionamentos dos próprios moradores. A transformação do bairro desde os anos 80 até ao presente destaca-se por ser inicialmente um ‘bairro social’, mas ter perdido essa designação há cerca de uma década. A aquisição/compra dos apartamentos por parte de moradores levou à existência de

um bairro, no qual existem, por um lado, habitações, na sua maioria, sob a regulação municipal (através da BragaHabit) e, por outro, habitações arrendadas a particulares por senhorios ou familiares. A superação da situação inicial, marcada por conflitos internos, devido ao tráfico de drogas, fez com que o bairro tivesse ganho uma abertura e, simultaneamente, um fechamento ao exterior: (i) uma abertura na medida em que, tendo eliminado algumas barreiras, tal fez com que indivíduos externos ao bairro, se quisessem, poderiam circular por lá; (ii) um fechamento, uma vez que os indivíduos mais cientes da sua situação económica e social demonstraram o desejo de se fecharem ao exterior a representantes de entidades ou indivíduos exteriores ao bairro.

O sentido de lugar e o sentido de pertença é interpretado de dois modos distintos. Enquanto internamente os laços sociais justificam o sentido de bairro, o estigma social por parte de *outsiders* torna a relação com estes, ambivalente: “*vantagens (de viver no Bairro?) Os amigos! As desvantagens, é... sermos discriminados.*” (mulher, 42 anos). Outros acrescentam que não é um problema exclusivo deste bairro — que aliás para bastantes já não é um ‘bairro social’ — mas partilhado por outros bairros ditos sociais:

Quem vive no bairro das Andorinhas, Santa Tecla, Enguardas, “as pessoas moram ali, as pessoas são todas umas anormais, pronto.” Na ideia deles é assim. Quando vêm conhecer as pessoas, ver o bairro em si veem que não tem nada a ver. Isso é que uma pessoa do bairro sente muito mais. Tenho orgulho. Tenho muito orgulho: “Morei no bairro das Andorinhas.” Tenho orgulho de dizer que morei aqui. E ainda agora faço parte disso (homem, 43 anos).

Este orgulho do bairro não é só partilhado pelas suas origens e modos de vida comuns como pelo modo de socialização na rua por parte não só de adultos, mas sobretudo de crianças e jovens, cujas brincadeiras, experiências, competências físicas e psicológicas no enfrentamento de adversidades são valorizadas, para o que terão contribuído as socializações no bairro para as crianças, adolescentes e jovens. Particularmente no passado, conscientes da reputação ‘negativa’ sobretudo até última década, seus eventuais atos de indisciplina ou mesmo pequenas transgressões (pequenos furtos), aventuras ou excessos ‘criativos’ (por exemplo, venda de balões ou castanhas) eram vistos por comerciantes e outros, segundo Barreira (2000) como obra de ‘canalha’, ‘mal educados’, ‘rebeldes’ ou ‘índios’ (por exemplo, nos torneios de futebol, em visitas em grupo à Bracalândia).

Uma questão nesta pesquisa consistiu em saber qual a avaliação que os moradores fazem dos *media* e das diversas instituições e organizações envolventes, sejam as que estão enquadradas em instituições do poder central tais como as

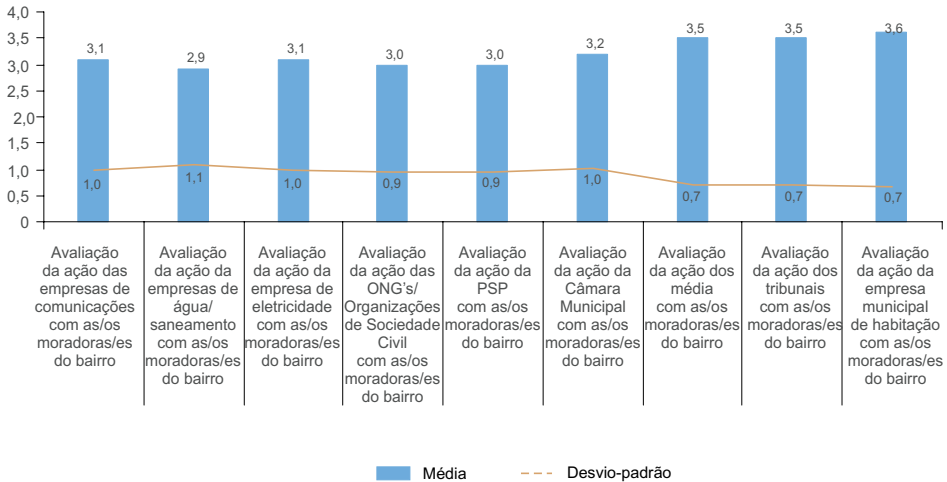


Figura 6 Avaliação das instituições/organizações pelos moradores do BdA (4 itens)

Fonte: IMBdA.

equipas do Rendimento Social de Inserção (RSI) e da Segurança Social do Ministério da Segurança Social, a Polícia de Segurança Pública (PSP) do Ministério da Administração Interna, sejam instituições camarárias, em especial a empresa municipal encarregada das questões de habitação nos bairros sociais. A figura 6 dá conta das diferenciadas avaliações dadas pelos moradores às referidas instituições numa escala de 0 a 4. (Ver figura 6)

Pelas respostas dos moradores expressas na figura 6 constata-se que as suas avaliações relativamente às equipas do RSI e da Segurança Social apresentam valores médios baixos, representando as respostas a este *item* pouco mais de 15% do total de respostas, o que é pouco representativo. O recurso à Segurança Social pela via das assistentes sociais num contexto e ‘cultura da pobreza’ a que se referia Lewis (1979) nem sempre assumia um carácter coletivo de partilha, entreajuda e reivindicação, sendo, em regra, empreendidas estratégias de sobrevivência e/ou de vitimização, sob forma familiar ou individual, as quais, segundo a anotação dalguns ‘empreiteiros da moral’ como o pároco de S. Vicente, segundo Barreira (2000), teriam sido interpretadas por este de modo reprovatório:

Aquela gente só sabe é pedir. Eles só vão à Segurança Social para pedir. E aldrabam os dados. Tenho conhecimento. Agora trabalhar não estão para isso. Já lá temos ido perguntar se há pessoas que queiram vir trabalhar aqui na igreja a limpar e assim, mas não. Eles preferem pedir. Dá-lhes menos trabalho. Sei de pessoas “se estavam a aproveitar” da distribuição de géneros pelos mais pobres, por parte da Igreja; quando

sabiam que nós lá fomos escondiam os televisores, escondiam os telefones para a gente vir com uma ideia de que realmente eles eram pobrezinhos.

Se há queixas relativamente a falta de equipamentos sociais, falhas no sistema de saúde e/ou na assistência social no âmbito da Segurança Social — maiores no passado do que em tempos mais recentes — a avaliação mais negativa é, todavia, apontada à BragaHabit (média = 2,9), seguindo-se os *media* (média = 3,0), a Câmara Municipal e a PSP (média = 3,1). Embora a BragaHabit seja em termos numéricos a mais criticada das organizações, existem indivíduos que defendem a sua pertinência, esfera e modo de ação: “Eu não tenho nada a queixar. Não tenho queixa. (...) a BragaHabit tem uma razão de ser, e acho muito bem!” (homem, 60 anos). Porém, abundam as críticas apontadas à empresa municipal responsável pela habitação. Os moradores indicam que os melhoramentos realizados em alguns espaços do bairro exigiram a sua própria força de trabalho e resultam de problemas de investimento: “quanto às obras, a caixa de escada fui eu que pinteï. Pinteï as caixas de escada todas(...). Uns desabafam: ‘como pinteï a caixa de escada, vamos pagar todos o material’. E pronto. Quem pagou o material tem caixa de escada toda pintadinha.” (homem, 60 anos). Outros sustentam que a BragaHabit não tem em conta as melhorias que os residentes fazem dos seus espaços: “Olha, há muita gente que fizeram obras, mas há muita gente também que não pode fazer obras e a BragaHabit havia de ver isso também” (mulher, 60 anos). Este esforço de cooperação e que reforça o laço de comunidade resulta de uma inação financeira da BragaHabit: “Tem muitas, muitas melhorias a fazer e nós nos juntamos para isso. A BragaHabit diz que não tem verba, que não tem verba” (homem, 43 anos). Mais, os continuados problemas de investimento reportados por parte da BragaHabit serviram de incentivo a diversos moradores para um esforço de aquisição de casa: “Hoje nós compramos a casa, senão a BragaHabit não faz nada” (homem, 46 anos). Quando quisemos perceber os maiores problemas que afetavam as habitações, registamos queixas incidentes sobre as fachadas (e telhados) e também de canalizações:

As frentes pelo menos que tem que para tirar aquela humidade, cada casa tem... Eu sempre pinteï (homem, 67 anos); Precisa de canos novos, já estão os canos arreventados, da banheira também para o meu quarto, as paredes todas descascadas...

Já fiz requerimentos (à BragaHabit) e nunca... Já vieram tirar fotografias, mas nunca mais vieram a casa fazer nada, só tiram fotografias, mas por acaso eu não vejo nada, arranjar nada. Só se arranjar aos outros, a mim nunca me arranjaram. Eu fartei-me de ir lá e não posso contar com nada (mulher, 60 anos)

É neste cenário de inação por parte das autoridades camarárias que as famílias do bairro se encontram: reportam os problemas, nomeadamente as fracas condições sanitárias e canalizações, as fachadas e as infiltrações de humidades, a BragaHabit regista-os, mas sem realizar uma atuação que efetivamente resolva os problemas. Confirma-se também neste bairro o que Tadeu, Tadeu, Simões, Gonçalves e Prado (2018) já detetaram como principais causas de problemas nas fachadas e de humidades: a má escolha e aplicação de materiais e a falta de manutenção. Pelas notas de campo registamos uma constante menção aos problemas de infiltrações e humidade, os quais, segundo os moradores, viriam a ser resolvidos em parte por iniciativa dos moradores na pintura das fachadas e janelas para embelezamento dos edifícios e, para reaproveitamento energético, pela colocação de reboco térmico pelo exterior, conhecido como ETICS (*External Thermal Insulation Composite Systems*), o que chamavam regularmente *capotto*.

As queixas incidentes sobre os *media* refletem, por um lado, representações como sendo o bairro das Andorinhas responsável por práticas alegadamente ‘criminais’ e, por outro lado, por não ser dado destaque aos seus eventos e celebrações comunitárias locais e, menos ainda, aos protagonistas do bairro, fenómeno também evidenciado por Martins (2017, pp. 89-109) que destacou que as noções de um bairro problemático, perigoso e a sua associação à criminalidade e ao tráfico de droga se deve com grande propriedade aos processos de estigmatização muito estimulados pela intervenção dos meios de comunicação. Neste sentido, será possível avançar com o seguinte argumento: a estigmatização social representa um intermediário negativo entre os moradores e os do resto da cidade.

Ao município as maiores queixas assentaram no desinteresse pela comunidade e pelas suas práticas, acusando inclusive os membros do executivo camarário de não conhecer o Bairro das Andorinhas. Mais complexas são as observações retiradas sobre a avaliação da PSP. Com base nas notas extraídas do diário de campo foi possível analisar que as queixas sobre a PSP incidem não sobre eventuais falhas, mas mais da sua circulação constante nas imediações do bairro, pressupondo tratar-se de um bairro potencialmente criminoso, rótulo este convergente aliás com a ação dos *media* locais.

Embora fossem mencionados acima os problemas com a limpeza no Bairro, a avaliação dos moradores sobre a AGERE, empresa municipal responsável pelo abastecimento da água e pela limpeza, saneamento, tratamento de jardins e lixo obteve uma média acima da avaliação das demais empresas municipais, mas denotando uma consciência crítica abaixo do expectável, projetando apenas em vizinhos a razão da ‘falta de limpeza’ ou ‘a falta de educação’, queixas estas que, apesar de menos frequentes que nos primeiros tempos, ainda persistem de algum modo.

No mapeamento da comunidade e conseqüente observação no campo registamos alguns problemas apontados como estendais para a roupa no espaço público, a não-limpeza exterior das entradas dos edifícios e a interior nos blocos habitacionais, a colocação do lixo em qualquer local, problemas esses que a Associação e os próprios moradores assumiram como práticas e falhas individuais a corrigir (de resto gradual e parcialmente resolvidos), aliás na sequência de práticas já instaladas desde o início do bairro pelos próprios moradores. Há moradores e, em particular, os membros da Associação de moradores, para além de vigiarem comportamentos dissonantes ou desprestigiantes como o de consumo de droga, empreendem estratégias de revalorização do bairro através das festas comunitárias e dos atos vigilantes que repetidamente enfatizam a reivindicação por melhores condições infraestruturais e estéticas e equipamentos no bairro. Mais, os moradores do Bairro das Andorinhas fazem uso, de modo amiúde subterrâneo, de uma “língua bem afiada” de crítica aos *outsiders* sobretudo políticos e manifestam também amiúde suas expetativas e reivindicações, seus sentimentos de pertença honrosa ao bairro perante os detratores e sobretudo os políticos surdos às suas reivindicações. Os dados recolhidos apontam para a verificação de registos (semi)ocultos a nível familiar e comunitário, em termos de economistas morais como Thompson (1982/1963), Wolf (1974), Scott (1990), os quais, por vezes nomeadamente em processos de competição eleitoral, são explicitados e tornados públicos pela Associação de Moradores, de modo a potenciar e obter algumas das reivindicações e melhoramentos no bairro. Contrariamente a perceções e imagens mais negativas nos anos 90 sobre o bairro, como o constatou Barreira (2000),¹⁵ nesta pesquisa comprovamos algumas melhorias infraestruturais, de reparação de casas e de equipamentos sociais que têm tornado o bairro mais agradável.

Conclusão

Este estudo revelou-se inovador em dois aspetos: por um lado, destacaram-se, através da análise dos dados qualitativos e quantitativos, as condições socioeconómicas objetivas de vida: desemprego ou ocupações em trabalhos predominantemente manuais e/ou precários no setor de comércio e serviços, baixos rendimentos, baixas escolaridades incluindo algum analfabetismo, condições razoáveis de habitação como resultado de lutas coordenadas pela AMBA; por outro lado, constatamos cenários subjetivos e humanos que influenciam e interferem com uma leitura sobre os modos de vida e de habitar o Bairro das Andorinhas. Por outro lado, esta investigação revelou dados importantes no que diz respeito à relação de poder e de interação entre o bairro e as instituições que pautam de forma substantiva a sustentabilidade habitacional, emocional e física do bairro.

O Bairro das Andorinhas apresenta-se como um espaço habitacional com quase 40 anos, com blocos de prédios construídos inicialmente com uma seleção de materiais de construção mais fracos de forma a reduzir os custos de produção e sem estandardização, pelo que nem todos os blocos possuem a mesma qualidade de construção. Contudo, os seus habitantes reportam ser um bairro bem localizado, calmo, seguro, agradável para se viver, com comércio e serviços locais nas imediações, mas com acesso limitado a transportes públicos. O Bairro das Andorinhas, para além de deixar ser rotulado como um 'bairro de droga', como o era no início até ao final dos anos 90 (JN 9-9-1998), reverteu também um inicial processo de desenraizamento e/ou de ligação a um velho espaço físico e contribuiu para gerar um sentimento de lugar junto das gerações mais novas, que investiram não só nas habitações, mas no espaço envolvente através da participação no bairro não de moradores como de ex-moradores, para o qual contribuiu, em larga medida, a Associação dos Moradores.

Em termos de localização, o Bairro das Andorinhas expandiu o seu raio de ação. Por um lado, há pessoas que preferem mudar e sair do bairro, mas há outras que querem manter-se no bairro. Por outro lado, há indivíduos que já não moram no bairro, mas continuam a aceder aos estabelecimentos presentes, desde cafés à sede da Associação de Moradores. E outros ainda que revelam morar nas imediações do bairro. Os que escolhem sair retornam, todavia à vida sociocultural do bairro, acima de tudo por afinidades e relações familiares e, sem dúvida, por uma memória de vida que os acompanha na medida em que, embora já não sendo moradores, se identificam com este espaço como lugar de pertença e razão da sua identidade social.

Relativamente ao problema da circulação e eventual consumo de drogas no seio do bairro persiste divergência de opiniões, sobretudo manifesta por diferenças geracionais e suscitada pelos imensos problemas que o bairro registou nas décadas de 1980 e 1990, de que os mais idosos têm memória, relativizando a situação atual. Por outro lado, se ainda existe alguma degradação urbanística pela má qualidade de materiais usados, esta situação era há décadas atrás bem mais complicada e problemática, designadamente pela inexistência de infraestruturas e equipamentos sociais, pela generalização de grafitis e desmazelo nos cuidados das partes exteriores (e nalgumas, interiores) das casas.

Foi enfatizado o foco nas obras exteriores à habitação, designadamente pintura e reparação de telhado, complementado pela colocação de ETICS que sustentam assim ganhos de eficiência energética, complementados com embelezamento do espaço. Salvo em relação com a empresa de água e resíduos AGERE sobre a qual os moradores têm uma avaliação algo acima da média e com o funcionamento da

Segurança Social, sobre a qual emitem uma avaliação média razoável, verifica-se por parte dos moradores/as uma relação tensa com os *media*, acusados de serem promotores de estereótipos e elementos estigmatizantes sobre o bairro, articuláveis com inações, omissões e posicionamentos negativos por parte da Câmara e sobretudo da BragaHabit. Sobre esta há diferentes perceções, embora predominantemente negativas, das quais algumas bem contundentes aliadas a uma conflitualidade ora manifesta ora, em regra, latente. Enquanto alguns moradores/as dizem entender a utilidade de uma organização como a BragaHabit, outros criticam a negligência, assim como os critérios adotados para fazer face aos seus problemas de habitação. Estas práticas de ação/inação por parte da organização responsável pela habitação transmitem uma ideia de aleatoriedade e desinteresse no futuro do bairro. O facto de tratar-se de moradores vulneráveis e com poucos recursos, contrariamente ao expectável, não detêm poder de disposição e negociação, são mais dependentes e, por isso, são mais contidos nas críticas abertas às figuras de poder local ou municipal. Contrariamente à teoria da privação relativa e a uma interpretação dogmática da posição leninista (cf. Silva, 1998, 2012a), segundo as quais quanto mais pobres forem os atores sociais mais predispostos à crítica, à contestação ou à rebelião, tal não se verifica na relação entre moradores pobres e instâncias do poder local ou municipal, tal como o constaram e analisaram sociólogos e economistas morais acima referidos em diversas situações histórico-empíricas. Os pobres e privados de recursos, quando não organizados e posicionados em situação vulnerável em termos atomistas, preferem resguardar-se na esfera pública e, quando muito, soltam os seus 'desabafos' ou 'queixas' num registo familiar ou informal e, amiúde, (semi)oculto, de modo a terem o beneplácito dos detentores de poder e, sobretudo, não sofrer retaliações pela emissão de críticas abertas, frontais ou públicas.

Agradecimentos

Este projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/IVC-SOC/4243/2014).

Notas

Os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 A BragaHabit é a empresa municipal de habitação de Braga, responsável pela promoção e gestão dos imóveis de habitação social, realizando também a gestão dos apoios à habitação do município, assim como a gestão de serviços ligados à reabilitação urbana.

- 2 O sentido de espaço (SOP) e a percepção desse mesmo espaço traduz-se na forma como o elemento humano age com o seu ambiente envolvente, tornando a experiência de um local espacial específico memorável e agradável para o indivíduo. Tal como refere Silva (2012, p. 188), o lugar “ não é um simples contentor ou ‘ ponto no espaço ’, mas representa o local de encontro que providencia aos atores sociais diversos contextos de transação e modos de (com)vivência (solidariedade-oposição, inclusão-exclusão, distância-proximidade, integração-segregação), ao mesmo tempo que lhes vai fixando e estruturando a atividade quotidiana de trabalho e de lazer”. Assim, o sentido de lugar é uma amalgama de emoções, afetos e percepções conscientes e inconscientes, assentes não só no presente do quotidiano, mas em trabalhos de memória (Bourdieu, 2006). Ele envolve interações de pessoa-para-pessoa mas também de pessoa-para-lugar (Ghafourian & Hesari, 2017), o que lhe confere uma capacidade multifacetada de explicar os laços entre os indivíduos e a configuração do local no qual residem, assim como a sua cultura, seus valores e símbolos sociais.
- 3 A “ má vizinhança ” representa, segundo Guerra (1996, p. 173), uma expressão resultante da ruptura com as formas de apropriação do espaço, com as redes de sociabilidade e com os modos de vida habituais, pelo que o fenómeno de realojamento constitui “ um processo de ‘ urbanização à força ’ ”.
- 4 O manual Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) da Organização Mundial da Saúde refere-se a comportamentos classificados de modo enviesado como antissociais como pertencendo ao índice F60.2 – Dissocial Personality Disorder, enquanto o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais da Associação Americana de Psiquiatria refere a característica antissocial como sendo um distúrbio de personalidade – Antisocial Personality Disorder DSM-5 301.7 (F60.2).
- 5 *Benchmarking* é uma técnica que permite medir o desempenho em relação a outras possibilidades e usar essas informações para melhorar o seu próprio desempenho. (...) *Benchmarking* ajuda a identificar áreas, sistemas ou processos para melhorias – melhorias incrementais (contínuas) ou melhorias drásticas e comparar com outras práticas de organizações similares noutros bairros (HouseMark Star, 2012; Morris, Allinson, Harrison & Lomas, 2016; ReVelle, 2004). Por sua vez, um *benchmark* técnico permite aferir como os indivíduos hierarquizam um conjunto de propriedades/indicadores e como as integram ou interagem com elas.
- 6 Esta situação reproduz outras em trajetos de pesquisa em que o investigador, vivendo ou contactando numa aldeia ou bairro com um conjunto de moradores (por exemplo, padre ou representantes do poder local), vê-se obrigado a fazer uma inflexão, tomando alguma distância em relação ao primeiro grupo para conquistar a confiança do segundo grupo, tal como ocorreu, por exemplo, no estudo de Lindoso por Silva (1998).
- 7 Salvo 15% desempregados (dos quais 52% analfabetos ou com ensino básico), 8% reformados e 17% com empregos no sector comercial e dos serviços, em 1999 a maior parte era dos ativos era composta por mão de obra assalariada menos qualificada

- (operários metalúrgicos e da construção civil), 22% domésticas e reformadas domésticas (cf. Barreira 2000).
- 8 Já, porém, no que concerne as formas verbais e sobretudo físicas de violência doméstica, não foi possível detetar o alcance destas situações, tendo sido detetadas por Barreira (2000) alguns casos em que violência doméstica era naturalizada por um entrevistado: “violências do género em que o marido deu uma coça na mulher e partiu-a toda (...), isso não há. Mas até faz bem uma chapada na mulher de vez em quando se ela merecer” (Barreira, 2000, p. 3).
- 9 A este respeito, a par de interpretações culturalistas deste fenómeno (Peristiany, 1988; Pitt-Rivers, 1988), cf. estudos de vários autores tais como Schneider (1971), Cole (1991), Silva (2012) que atestam a relevância do valor da virgindade prematrimonial como condição para um casamento homogâmico ou hipergâmico, denunciando como, designadamente nas sociedades tradicionais, tal valor está estreitamente ligado ao binómio cultural honra-vergonha e este, por sua vez, para além dos aspetos ideológicos e de controlo patriarcal das mulheres, se relacionava com o valor económico ou patrimonial da mulher que para casar homogâmica ou hipergamicamente teria, para além de outros atributos, manter-se virgem para não perder posição no mercado matrimonial. Para entender este fenómeno e os diversos posicionamentos dos autores a este respeito, cf. Silva (2012).
- 10 Valor de modo aproximado.
- 11 Em 1999 Barreira (2000) constatava três formas de convivência social dentro do bairro: (i) a de inserção, ou seja, relacionamento não só com familiares, mas também com vizinhos em 43% dos casos, (ii) a de demarcação, mantendo relação exclusiva com familiares ou com pessoas com quem dividia o apartamento (“a minha vida é mais em casa, não me dou com ninguém”) em 47% dos casos e (iii) a de isolamento (caracterizada pela inexistência de qualquer convívio social duradouro) em 10% dos casos. Sobre estes processos de identificação e desidentificação e/ou demarcação, cf. também o estudo de H. S. Gonçalves (1994) sobre bairro social a sul de Vila Franca de Xira.
- 12 Barreira (2000), não obstante constatar que a maioria gostava da casa, registou as razões dos inquiridos/as sobre o desgosto com o bairro: 68% pela toxicodependência, 57% pela “má vizinhança”, 20% pela “falta de limpeza”, 15% pela “má qualidade das construções” (15%) e 18% pela “degradação do bairro”. Apesar de haver 22% de moradores que têm imagem positiva do bairro, 69%, ou seja, a grande maioria tem uma imagem negativa do bairro resultante de situações de pobreza e sobretudo de processos de estigmatização, o que já acontece atualmente em bem menor medida nomeadamente graças ao trabalho da Associação. Sobre a perceção negativa da maioria dos moradores sobre o bairro das Andorinhas em recente estudo, cf. Martins (2017). Similar imagem negativa pôde ser encontrada noutros estudos como o de Gonçalves (1994).
- 13 Independentemente dos posicionamentos diferenciados face à AMBA, foi possível constatar que a AMBA teve origem na necessidade de criação de uma comissão de moradores para lutar contra o aumento das rendas estabelecida pelo IGAPHE nos finais dos anos 80, o que, acrescido à acumulação de dívidas por famílias insolventes,

refletia, segundo Barreira (2000), um sentimento generalizado de desamparo quer pelo IGAPHE (em 90%), quer pela própria Câmara Municipal (75%), sobre a qual desabafavam: “os próprios filhos da terra, fomos abandonados aqui caramba!”. Hoje num contexto diferente, a AMBA, embora negocie com a BragaHabit rendas e outros assuntos, continua a prestar determinados serviços relevantes para a comunidade (preenchimento de formulários designadamente para Bragahabit), organiza atividades recreativas (passeios, jantares, convívios, festas de natal e procissões na páscoa) e outras de consumo e lazer, e constitui um espaço recreativo informal (vg. jogos de cartas, dominó), de visualização da prática desportiva (v.g. jogos de futebol) e de acesso a computadores sobretudo a crianças e jovens com funções tão distintas como acesso a videojogos ou a redes sociais online. Sobre a relevância do associativismo em bairros sociais, cf. Capucha (1990).

- 14 Apesar de o realojamento inicial ter suscitado uma certa expectativa positiva de melhoria das condições de habitação, segundo Barreira (2000), o realojamento não parece ter induzido nos moradores/as maiores perspetivas de promoção e de integração social. Embora 38% dos inquiridos/as tenham respondido que, se não houvesse realojamento a sua situação seria pior, 35% dos inquiridos/as afirmaram não saber e 17% consideraram que o futuro não trará grandes alterações, restando apenas 13% que emitiram um posicionamento e expectativa mais otimista em relação ao futuro.
- 15 Estas situações eram mais frequentes nas primeiras décadas da formação do bairro, cujas manifestações tais como “Nós somos das Andorinhas. Somos uma malta do caralho”, sobretudo por parte de jovens, constituíam formas de autodefesa e demarcação, afirmação e identidade grupal perante as desconsiderações e estigmas provindos do exterior (cf. a este respeito, Barth, 1966; Pinto, 1991; Sebastião 1996). Barreira (2000) refere vários episódios a este respeito designadamente com insultos por parte de jovens para com os outsiders adultos ou jovens. Por exemplo, aquando a receção feita pelos jovens das Andorinhas aos seus congéneres de Lousado, o Jornal de Notícias de 9-9-1998 retratou a situação da seguinte forma: “Mal chegou o autocarro de Lousado, gritaram, alto e bom som, a uma só voz: ‘Vamos f... o focinho!’ A razão deram-na depois: ‘É que não são do nosso bairro!’”.

Siglas

IGAPHE = Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
JN= Jornal de Notícias

Referências

- Apparicio, P., Séguin, A.-M., & Naud, D. (2008). The quality of the urban environment around public housing buildings in Montréal: An objective approach based on GIS and multivariate statistical analysis. *Social Indicators Research*, 86(3), 355-380. doi: 10.1007/s11205-007-9185-4

- Almeida, J. F., Capucha, L., Costa, A. F. da, Machado, F. L., Nicolau, I., & Reis, E. (1992). *Exclusão social – Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Augé, M. (1994). *Não lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Bader, V.-M., & Benschop, A. (1988). *Ongelijkheid*. Groningen: Wolters-Noordhoff.
- Baptista, L. V. (1999). *Cidade e habitação social*. Oeiras: Edições Celta.
- Barreira, J. P. F. (2000). Representações e estilos de vida num bairro de habitação social. Em *Atas do IV Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS.
- Barth, F. (1966). *Models of social organisation*. Londres: Royal Anthropological Institute
- Becker, H. [1968 (1963)]. *Outsiders. Studies in the sociology of deviance*. Nova Iorque: The Free Press.
- Bonetti, M. (1994). Revalorisation des quartiers en crise: De la rehabilitation à la gestion urbaine intégrée. *Sociedade e Território*, 20, 17-25.
- Bourdieu, P. (1970). *La reproduction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (2006). *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras.
- Capucha, L. (1990). Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (8), 29-41.
- Cole, S. (1991). *Women of the praia*. Princeton: Princeton University Press.
- Cordeiro, G. Í. (1997). *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Costa, A. B. da (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras: Celta Editora.
- Estanque, E. (1999). *Entre a fábrica e a comunidade*. Porto: Afrontamento.
- Flores-Colen, I., & Brito, J. de. (2010). Discussion of proactive maintenance strategies in façades' coatings of social housing. *Journal of Building Appraisal*, 5(3), 223-240. doi: 10.1057/jba.2009.21
- Forrest-Bank, S., Nicotera, N., Anthony, E. K., Gonzales, B., & Jenson, J. M. (2014). Risk, protection, and resilience among youth residing in public housing neighborhoods. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 31(4), 295-314. doi: 10.1007/s10560-013-0325-1
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Madri: Ediciones de la Piqueta.
- Freund, J. (1975). La ville selon Max Weber. *Espaces et Sociétés*, 16, 47-61.
- Ghafourian, M., & Hesari, E. (2017). Evaluating the model of causal relations between sense of place and residential satisfaction in iranian public housing (The case of mehr housing in Pardis, Tehran). *Social Indicators Research*, (8), 1-27. doi: 10.1007/s11205-017-1717-
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Gonçalves, H. S. (1994). Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (16), 135-149.
- Grey, C. N. B., Jiang, S., Nascimento, C., Rodgers, S. E., Johnson, R., Lyons, R. A., & Poortinga, W. (2017). The short-term health and psychosocial impacts of domestic

- energy efficiency investments in low-income areas: A controlled before and after study. *BMC Public Health*, 17(1), 1-10. doi: 10.1186/s12889-017-4075-4
- Guerra, I. (1996). Reflexões em torno do realojamento: Como produzir o espaço é produzir uma sociedade. *Cadernos do Noroeste*, 9(1), 169-178.
- Hannerz, U. (1983). *Explorer la ville*. Paris: Minuit.
- Harvey, D. (1977). *Urbanismo y desigualdad social*. Madri: Siglo XXI
- HouseMark Star (2012). How HouseMark data links to global accounts and the sector *Scorecard Report*, 1-4.
- Ibem, E. O. (2013). Accessibility of services and facilities for residents in public housing in urban areas of Ogun State, Nigeria. *Urban Forum*, 24(3), 407-423. doi: 10.1007/s12132-012-9185-6
- Ledrut, R. (1968). *Sociologie urbaine*. Paris: PUF.
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Lewis, O. (1979). *Os filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes Editores.
- Martins, S. F. (2017). *Segregação socio-espacial em Braga: O caso de estudo do Bairro das Andorinhas* (Tese de mestrado). Instituto de Ciência Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Matar, W. (2016). Beyond the end-consumer: How would improvements in residential energy efficiency affect the power sector in Saudi Arabia?. *Energy Efficiency*, 9(3), 771-790. doi: 10.1007/s12053-015-9392-9
- Morris, J., Allinson, D., Harrison, J., & Lomas, K. J. (2016). Benchmarking and tracking domestic gas and electricity consumption at the local authority level. *Energy Efficiency*, 9(3), 723-743. doi: 10.1007/s12053-015-9393-8
- New York City Public Design Commission. (2018). *Designing New York: Quality affordable housing*. Nova Iorque. Disponível em https://www1.nyc.gov/assets/designcommission/downloads/pdf/5-8-2018_PD_C_Designing_NY_Quality_Affordable_Housing_lowres.pdf
- Organização Mundial de Saúde (2016). *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde (CID-10)*. Disponível em <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en>
- Pais, J. M. (1985). Família, sexualidade, religião. *Análise Social*, XXI(86), 345-389.
- Parsons, T. (1956). Family structure and the socialization of the child. Em T. Parsons, & R. Bales (Orgs.), *Family, socialization and interaction process* (pp. 35-131). Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- Peristiany, J. G. (1988 [1965]). Honra e vergonha numa aldeia cipriota. Em J. G. Peristiany (Org.), *Honra e vergonha, valores das sociedades mediterrâneas* (pp. 139-155). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, J. M. (1991). Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (32), 217-231.
- Pitt-Rivers, J. (1988). Honra e posição social. Em J. G. Peristiany (Org.), *Honra e vergonha, valores das sociedades mediterrâneas* (pp. 11-61). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Rajaei, S. A., & Mansourian, H. (2017). Urban growth and housing quality in Iran. *Social Indicators Research*, 131(2), 587-605. doi: 10.1007/s11205-016-1260-2
- Remy, J. (1975). Espace et théorie sociologique. Problematique de recherche. *Recherches Sociologiques*, 3, 279-293.
- ReVelle, J. B. (2004) *Quality essentials: A reference guide from A to Z*. Milwaukee: ASQ Quality Press.
- Santos, B. S. (1982). O Estado, o direito e a questão urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9, 9-86.
- Schneider, J. (1971). Of vigilance and virgins: Honor, shame and access to resources in Mediterranean societies. *Ethnology*, 10(1), 1-24.
- Schwartz, A. E., McCabe, B. J., Ellen, I. G., & Chellman, C. C. (2010). Public schools, public housing: The education of children living in public housing. *Urban Affairs Review*, 46(1), 68-89. doi: 10.1177/1078087410367780
- Scott, J. (1990). *Domination and the arts of resistance: Hidden Transcripts*. New Haven/Londres: Yale University Press.
- Scott, M. G., McCarthy, A., Ford, R., Stephenson, J., & Gorrie, S. (2016). Evaluating the impact of energy interventions: Home audits vs. community events. *Energy Efficiency*, 9(6), 1221-1240. doi: 10.1007/s12053-015-9420-9
- Sebastião, J. (1996). Crianças da rua: Marginalidade e sobrevivência. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (19), 83-107.
- Silva, M. C. (1998). *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Silva, M. C. (2012). *Socio-antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Afrontamento.
- Silva, M. C. (2012a). Classes, crise e acção colectiva: Pressupostos, desfasamentos e precondições. Em M. C. Silva, & J. V. Aguiar (Orgs.), *Classes, políticas e culturas de classe. Capital, trabalho e classes intermédias* (pp. 15-52). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Silva, M. C. (2016). *Desigualdades de género. Família, educação e trabalho*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Tadeu, S., Tadeu, A., Simões, N., Gonçalves, M., & Prado, R. (2018). A sensitivity analysis of a cost optimality study on the energy retrofit of a single-family reference building in Portugal. *Energy Efficiency*, 1-22. doi: 10.1007/s12053-018-9645-5
- Thompson, E. (1982 [1963]). *The making of the English working class*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- Torres, A., & Silva, F. (1998). Guarda das crianças e divisão entre homens e mulheres. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (28), 9-65.
- Van Ingren, C., Sharpe, E., & Lashua, B. (2018). Neighborhood stigma and the sporting lives of young people in public housing. *International Review for the Sociology of Sport*, 53(2), 197-212. doi: 10.1177/1012690216641146
- Wall, K. (Org.) (2005). *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

- Wall, K., & Amâncio, L. (2007). *Família e género em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Weber, M. (1978 [1920]). *Economy and society* (Vol. I). California: University of California Press.
- Wolf, E. (1974). *Les guerres paysannes du vingtième siècle*. Paris: Maspero.

Data de submissão: 02/05/2019 | **Data de aceitação:** 07/12/2019



NOVO DESENVOLVIMENTISMO, LULISMO, CONFLITO SOCIAL E ESTADO NO BRASIL

NEW DEVELOPMENTALISM, LULISMO, SOCIAL CONFLICT AND STATE IN BRAZIL

Rodolfo Soares Moimaz

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Rua Cora Coralina, 100 – Cidade Universitária, 13083-896 Campinas, São Paulo, Brasil. *Email:* moimaz@gmail.com¹

Resumo: O texto que se segue realiza uma reflexão crítica acerca das abordagens sobre o novo desenvolvimentismo (Aloizio Mercadante Oliva) e o lulismo (André Singer), a partir das caracterizações sobre a autonomia do Estado durante os governos Lula/PT (Partido dos Trabalhadores) frente às classes sociais. Os contrapontos aqui elencados são trazidos por Armando Boito Jr., em sua discussão sobre bonapartismo e as disputas entre frações de classe; por Bernardo Mançano Fernandes, que questiona a existência de interesses comuns entre classes sociais antagônicas no campo; com Plínio Arruda Sampaio Jr., que argumenta sobre as relações entre a manutenção da segregação social e a dependência externa; e fundamentados na interpretação de Florestan Fernandes acerca da composição social histórica da burguesia brasileira.

Palavras-chave: novo desenvolvimentismo, lulismo, Estado, classes sociais.

Abstract: This text critically reflects on new developmentalism (Aloizio Mercadante Oliva) and Lulism (André Singer). It is based on the analyses that both authors develop on State's autonomy in relation to social classes, during the Lula/PT (Workers Party) governments. The discussion is based on the work by Armando Boito Jr., in his reflection of Bonapartism and the disputes between class fractions; Bernardo Mançano Fernandes, who questions the existence of common interests among antagonistic social classes in the countryside; Plínio Arruda Sampaio Jr., an author that argues about the relationship between the maintenance of social segregation and external dependence; and Florestan Fernandes, with his interpretation of the historical social composition of the Brazilian bourgeoisie.

Keywords: new developmentalism, lulismo, State, social classes.

Introdução

Entre 2003 e abril de 2016, o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores — e suas coalizões. Diferentes estudos sobre este período visam compreender as características deste momento histórico, abordando questões diversas, desde as diretrizes políticas, econômicas e sociais destes governos, até as possíveis transformações ocorridas — ou não — na estrutura social brasileira a partir dos projetos então implementados.

Neste trabalho, será realizada uma reflexão acerca de alguns destes estudos, com destaque a dois importantes intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores: Aloizio Mercadante Oliva, com a tese do *novo desenvolvimentismo*; e André Singer,

com a discussão do *lulismo*. Assim, serão debatidas as abordagens realizadas por estes autores acerca das características do Estado, em especial sob presidência de Lula [Luís Inácio Lula da Silva] (2003-2010), no que diz respeito às possibilidades de implementação de medidas de transformação social — estruturais ou não, a depender do autor —, com relativa autonomia frente as classes sociais no Brasil. Em outras palavras, como se, a partir das políticas de governo, fosse possível a efetivação de um reequilíbrio de forças entre as classes sociais, através do qual todas seriam, de certa forma, beneficiadas².

Após a breve apresentação destas teses, serão elencadas outras contribuições, como as de Armando Boito Jr., Bernardo Mançano Fernandes, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Florestan Fernandes. Suas reflexões permitem a elaboração de indagações acerca das chances de efetivação deste equilíbrio entre classes sociais. Boito Jr. apresenta questões importantes acerca das classes sociais nos governos PT e dos privilégios à grande burguesia interna, buscando demonstrar as impossibilidades destes governos terem encabeçado um “programa” do subproletariado, uma enorme parcela da população não organizada como classe. Em seguida, a partir de Bernardo M. Fernandes, Plínio A. Sampaio Jr. e Florestan Fernandes, pode-se discutir as limitações de um projeto de desenvolvimento dito autônomo, mas feito em conciliação com a burguesia, atrelado a setores como o agronegócio, em uma economia periférica dependente.

Assim, com a retomada de importantes e divergentes caracterizações sobre a realidade brasileira, o objetivo deste texto é realizar um debate teórico crítico acerca das leituras sobre a autonomia do Estado apresentado nos governos do PT, especialmente entre 2003-2010, resgatando elaborações e questões acerca das relações de classe historicamente constituídas no país.

As hipóteses aqui apresentadas são as de que, ainda que haja contribuições que defendam que estes governos, por distintos motivos, conseguiram aplicar políticas sociais com maior ou menor grau de independência em relação às classes sociais, há características históricas decorrentes da formação social brasileira que se traduzem em limitações estruturais à efetivação de um projeto político que se pretenda autônomo (ainda que apenas relativamente), sem tensionamentos com a ordem social, de conciliação entre classes sociais antagônicas.

O novo desenvolvimentismo e a autonomia relativa do Estado brasileiro

Nesta seção serão discutidas algumas contribuições de Aloizio Mercadante Oliva e André Singer. A escolha desses autores não é ao acaso: ambos são importantes

referências ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Oliva, além de Senador durante os governos Lula, assumiu cargos de Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministro da Educação e Ministro-Chefe da Casa Civil (entre 2011-2015), e formulou a tese *As bases do novo desenvolvimentismo: Análise do governo Lula* (2010), que sistematiza uma significativa interpretação do chamado novo desenvolvimentismo. Singer foi Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto (2005-2007), além de porta-voz da Presidência da República entre 2003-2007, no primeiro mandato do governo Lula. O autor elaborou trabalhos essenciais que são referência para a construção de análises críticas dos governos PT, bem como das conformações das classes sociais que embasam discussões contemporâneas no Brasil.

Oliva e o novo desenvolvimentismo

O *novo desenvolvimentismo* é um conceito reivindicado por diferentes autores, que vão explicá-lo a partir de distintos pontos de partida. O foco aqui se dá sobre a tese de Oliva, que, a partir de sua localização nos governos do PT, buscou sistematizar uma interpretação sobre políticas planejadas e aplicadas no período.

Para o autor, a partir do primeiro governo Lula, em 2003, o Brasil viveria uma *inflexão histórica*; isto porque, pela primeira vez, o país passou a ter um Estado que se estruturaria a partir do eixo social:

A sociedade brasileira se desenvolveu sob o signo da concentração da terra e do poder político e da exclusão social. Essa matriz originária, embora tenha assumido expressões distintas, em função de mudanças no sistema de produção e nas formas de organização política do Estado, praticamente não se modificou ao longo do tempo, mesmo quando, em algumas fases, a expansão acelerada da economia atenuou as manifestações mais agudas da pobreza e da desigualdade. (...) a evolução recente da economia brasileira representa uma **inflexão histórica** nessas tendências estruturais. (...) Com efeito, o social passou a se constituir num dos **eixos estruturantes** do novo processo de desenvolvimento brasileiro. (Oliva, 2010, p. 25-26, grifos do autor)

Dessa forma, analisando o processo de desenvolvimento do país a partir de 2003, o autor afirma que, mais que implementar políticas sociais, esta nova orientação política teria representado profundas rupturas com o neoliberalismo e com a estrutura social do país, marcada pela exclusão social. Este ousado projeto de transformação da sociedade brasileira seria o *novo desenvolvimentismo*.

Para o autor, o novo desenvolvimentismo teria como marcas o combate à pobreza, com inclusão social e distribuição de renda, além de características como: sólida estabilidade econômica; o *social* como eixo do projeto de desenvolvimento; a consolidação da democracia e das instituições do Estado republicano;

maior protagonismo do Brasil no cenário econômico internacional; a sustentabilidade ambiental como parte das políticas de desenvolvimento; o estímulo à produção de conhecimento no país; com educação de qualidade para o conjunto da população (Oliva, 2010).

A implementação deste projeto contrariaria interesses de camadas políticas tradicionais e conservadoras do país. Nesse sentido, Oliva destaca, por um lado, a importância da figura de Lula, que, através de suas qualidades pessoais, seria elemento-chave para a viabilização do novo desenvolvimentismo; e, por outro, o amadurecimento da democracia brasileira, com a incorporação de representantes de movimentos sociais e centrais sindicais na elaboração das políticas governamentais.

Portanto, este projeto seria símbolo da consolidação democrática do país, e indicaria uma cisão com as formas pelas quais os aparelhos do Estado foram utilizados ao longo da história. Isto porque, até então, o Estado sempre havia sido

fortemente capturado pelos interesses privados dos estratos econômicos dominantes. O seu caráter essencialmente patrimonialista, presente desde sua formação, foi reproduzido por nosso capitalismo tardio, mesmo ao longo da história brasileira recente. Trata-se essencialmente de um Estado “privatizado”, muito permeável às pressões do capital, mas ainda resistente à incorporação das reivindicações dos setores populares em suas políticas e em seu processo decisório. Com alarmante frequência, os movimentos sociais organizados foram, ainda no período da redemocratização brasileira, criminalizados, obedecendo à lógica repressiva da República Velha de tratar a questão social como “caso de polícia”. (Oliva, 2010, p. 24)

Um Estado “privatizado” agravaria as desigualdades sociais, impedindo a efetivação políticas públicas. Assim, a estruturação de instituições cuja finalidade seria o controle da máquina pública (como o Ministério Público, Polícia Federal, etc.), efetivadas a partir dos governos Lula, seria essencial no combate ao clientelismo e o patrimonialismo, que ainda pressionariam o Estado brasileiro (Oliva, 2010).

Dessa forma, pode-se perceber que, para o autor, a partir da liderança do Partido dos Trabalhadores, e, principalmente, do ex-presidente Lula, seria possível ao Estado brasileiro “enfrentar o desafio lançado por [Celso] Furtado” (Oliva, 2010, p. 6), rumo ao desenvolvimento nacional com autonomia e estabilidade, atendendo aos interesses da população. Estas decisões políticas do governo, porém, precisariam de recursos para efetivação.

Para Oliva, um dos setores fundamentais para a geração de recursos que viabilizariam os projetos políticos, econômicos e sociais neodesenvolvimentistas seria o *agronegócio*. Isto é, a partir de 2003, o governo brasileiro teria concentrado esforços

para direcionar os saldos econômicos positivos das exportações do agronegócio para áreas sociais. Se, para diversos autores (Fernandes, 2006; Fernandes, 2010; Prado Jr., 1987; etc.), seria paradoxal articular os interesses dos grandes proprietários de terras com políticas de igualdade social, Oliva, em sentido oposto, afirma que “A agricultura³ é uma atividade extremamente importante para a economia brasileira e foi fundamental na implementação das políticas de estabilização econômica, crescimento e distribuição de renda do Governo Lula.” (Oliva, 2010, p. 229).

Assim, os resultados obtidos pelo agronegócio — em 2010, o país se destacou como o maior exportador de soja, carne bovina, carne de frango, suco de laranja e café do mundo, e o terceiro maior produtor de milho e frutas (Oliva, 2010) —, teriam permitido aos governos Lula a superação da “herança maldita” deixada pelos governos anteriores.

Outra área que teria registrado avanços, a partir dos excedentes gerados pelo setor agroexportador, seria a reforma agrária. Para Oliva, neste período, a agricultura familiar teria se desenvolvido em decorrência da política de crédito implementada pelo governo federal: “entre 2003 e 2009, foram criados 3.348 assentamentos, abrangendo uma área de 46,7 milhões de hectares, que beneficiaram um total de 574.609 famílias.” (Oliva, 2010, p. 165).

Em síntese, para Oliva, houve, de fato, um volumoso financiamento público para toda a *agricultura*, em proporções distintas — a partir do tipo de produção implementada, do grau tecnológico, do tamanho da unidade produtiva, de qual o cultivo realizado, etc. Isto é, a safra de 2009/10 contou com orçamento de R\$ 107,5 bilhões — quase cinco vezes superior ao financiamento de 2002 —, sendo que, destes, R\$ 92,5 bilhões foram disponibilizados para a “agricultura empresarial”, e R\$ 15 bilhões à agricultura familiar (Oliva, 2010). Porém, esta diferença de financiamento não implicaria, para o autor, proteção aos interesses do setor agroexportador em detrimento dos estratos mais pauperizados. Isto porque, com os resultados positivos nas exportações do agronegócio, o governo brasileiro poderia desenvolver programas sociais que beneficiariam as classes populares. Assim, para Oliva, o financiamento ao setor agroexportador seria uma *política de interesse nacional*.

Tais ações, afirma o autor, acabariam se chocando com interesses tradicionais e conservadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, os governos Lula só teriam condições de aplicar o novo desenvolvimentismo por conta de sua grande base popular de apoio, apesar dos limites impostos pelo chamado “presidencialismo de coalisão”.

Assim, durante este período, teria sido possível a realização de mudanças estruturais na sociedade brasileira, uma “inflexão histórica” (Oliva, 2010) rumo à igualdade social, que só seria concretizada mediante o estabelecimento de alianças

com setores que, anteriormente, eram considerados inimigos das pautas sociais — como o agronegócio.

O conflito entre classes sociais, que, no passado, parecia inevitável, na análise de Oliva (2010), seria atenuado pela intervenção do governo federal. Para o autor, não teriam acabado os *conflitos sociais*, mas estes teriam se deslocado para o antagonismo entre *esquerda x direita*, sendo a *direita* representada pelos setores que defenderiam a implementação do neoliberalismo nos moldes dos governos anteriores, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), diretamente ligados ao mercado financeiro internacional, além da grande mídia; enquanto a *esquerda* seria composta pelos setores que teriam a obrigação histórica de defender o governo neodesenvolvimentista, que estaria atendendo as demandas populares, cuja linha de frente seriam os sindicatos, partidos políticos de esquerda e demais movimentos sociais.

Singer e o lulismo

Outros autores não caracterizam que os governos do PT tenham representado uma “inflexão histórica”, mas poderiam ser classificados como *reformistas*, tendo aplicado um *reformismo fraco*, sem ameaças à ordem estabelecida (Singer, 2012). Nestas interpretações, a eleição de 2002, vencida pelo Partido dos Trabalhadores, sob a liderança de Lula, teria aberto um momento histórico que resultou, especialmente a partir de 2006, em um fenômeno classificado por Singer como *lulismo*. De acordo com o autor,

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza — com destaque ao combate à miséria — e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” (Singer, 2012, p. 13)

Para o autor, ainda que, em números absolutos, as eleições de 2002 e 2006 sejam semelhantes, em 2006 teria havido um realinhamento eleitoral principalmente nos setores de baixíssima renda e nos setores médios. Diferente das outras eleições, os eleitores de baixíssima renda passariam a votar em Lula, enquanto os setores médios se afastariam, por conta da chamada crise do “mensalão”, em 2005⁴. Comparando as votações do Partido dos Trabalhadores e as de Lula, Singer (2012) registra que o PT teve maior votação na parcela da população com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), enquanto Lula apresentou resultados muito superiores nas regiões mais pobres do país.

Dessa forma, para Singer (2009), a reeleição de Lula teve como característica fundamental a mudança do perfil social de seus eleitores. Diferente do ocorrido em 2002, a fração de classe que garantiu, pelos votos, a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores e então presidente, foi o subproletariado. Para o autor, o subproletariado é composto por aqueles que

oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estão nessa categoria empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes. Para encontrar uma maneira de quantificá-los, (...) seria razoável considerar subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos per capita. De acordo com esse critério, 63% do proletariado era constituído por subproletários (...) [ou] 48% da PEA [População Economicamente Ativa]. (Singer, 2009, p. 98)

Assim, para Singer, através do resultado eleitoral de 2006, pode-se refletir sobre as possibilidades de o lulismo ter aberto uma nova via para a política nacional, de representação institucional desta camada de trabalhadores (Singer, 2012). Este setor social concentraria uma “fusão” de elementos ideológicos ligados à esquerda e à direita, de modo que teria como expectativa a eleição de um governo que agisse para a diminuição das desigualdades sociais, sem, porém, ameaçar a ordem estabelecida (Singer, 2009).

Para o autor, a reeleição de Lula não teria sido motivada pelo candidato ter sido referência nas greves das décadas de 1970-80; inclusive, estes processos de mobilização teriam mais rejeição justamente nos setores mais pauperizados da população – ao contrário do que o senso comum poderia sugerir, os setores mais empobrecidos da população seriam mais hostis às greves (Singer, 2009). Por isso, nas eleições de 1989, os mais pobres votaram majoritariamente em Collor (candidato da direita), enquanto os setores médios, em Lula.

Nesse sentido, as eleições de 2006 chamam a atenção de Singer. O desgaste do governo em 2005, com a perda de apoio da base social dos setores médios poderia tê-lo derrubado. Porém, neste período, Lula se fortaleceu nas regiões mais pobres do país, a partir da implementação de diversos programas sociais como, por exemplo:

aos poucos a quantidade de recursos destinados ao PBF [Programa Bolsa Família] o converteu em uma espécie de renda mínima para todas as famílias brasileiras que comprovassem situação de extrema necessidade. Em 2004, o PBF recebeu verba 64% maior e, em 2005, ano do “mensalão”, teve um aumento de outros 26%, mais do que duplicando o número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões, em dois

anos. Entre 2003 e 2006, a Bolsa Família viu o seu orçamento multiplicado por treze, pulando de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, atendendo a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006 (Singer, 2009, p. 91)

O Programa Bolsa Família (PBF) não explicaria, por si só, os resultados de Lula nas eleições. Para o autor, junto ao PBF, medidas como os aumentos reais do salário-mínimo, o aumento na disponibilização de crédito para a população, o Programa Luz Para Todos, etc., eram traduzidos em resultados eleitorais: quanto maior a porcentagem da população assistida pelas políticas do governo, maior sua votação (Singer, 2009). Assim, o subproletariado se apresentou como linha de frente na reeleição de Lula.

Para Singer, a eleição de Lula em 2006 demonstrou um esvaziamento ideológico em relação ao conflito entre classes sociais; por exemplo, mais de um quarto dos eleitores não sabiam se localizar entre a esquerda e a direita. Por outro lado,

*entrou em cena uma força nova, constituída por Lula à frente de uma fração de classe antes caudatária dos partidos da ordem e que, mais do que um efeito geral de desideologização e despolitização, indicava a emergência de outra orientação ideológica, que antes não estava posta no tabuleiro. Parece-nos que o lulismo, ao executar o programa de *combate à desigualdade dentro da ordem*, confeccionou nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar. (Singer, 2009, p. 98, grifos do autor)*

Ou seja, mesmo os elementos de continuidade de uma política econômica ortodoxa, como sequência dos governos FHC (Fernando Henrique Cardoso, do PSDB), no início do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores, teria se dado, dentre outros motivos, com o objetivo de o governo angariar, por conta da bandeira da manutenção da ordem, o apoio dos mais pobres. O PT se tornou o partido “dos pobres” (perdendo a aparência ideológica de ser o partido “dos trabalhadores”), assemelhando-se aos partidos populistas pré-1964 (Singer, 2012).

Nesse sentido, o período de Lula à frente do governo federal se constituiu, para Singer, como a realização do programa do subproletariado. Dessa forma, os governos petistas se apresentaram como representantes do subproletariado, “amoldando-se a ele, mais do que o modelando, porém, ao mesmo tempo, constituindo-o como ator político.” (Singer, 2009, p. 99). Com a base social no subproletariado, Singer afirma que Lula conseguiu estabelecer um grau de autonomia que remete ao *bonapartismo*: “Lula obteve uma autonomia bonapartista (sem qualquer conotação militar). Com ela, criou um ponto de fuga para a luta de classes, que começou a ser arbitrada desde cima ao sabor da correlação de forças” (Singer, 2009, p. 100).

Assim como em Oliva, Singer destaca o conflito social, mas este não apareceria como luta entre as classes sociais antagônicas, ou mesmo entre *esquerda e direita*.

A divisão política demonstrada no Brasil seria entre *ricos* e *pobres*:

O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é (...) o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, (...) sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT (Singer, 2012, p. 15-16)

Dessa forma, com a consolidação dos governos do PT como representantes do “programa” do subproletariado, teria sido possível separar esta fração de classe frente à burguesia, que tradicionalmente angariava seus votos, principalmente na região Nordeste. Assim, estes governos teriam obtido uma correlação de forças favorável, que os permitiu a realização de um *reformismo fraco*, “lento e desmobilizador, mas é reformismo” (Singer, 2012, p. 45), e que, de acordo com Singer, por ser a representação política do subproletariado, *deveria* ser fraco, sem apresentar tendências de rupturas com a ordem.

Portanto, para o autor, seria possível ao governo realizar um equilíbrio entre capital e trabalho, ou entre o capital e subproletariado, sem que nenhuma destas “classes” acumulasse forças o bastante para impor suas demandas — sejam elas um reformismo mais profundo, ou um neoliberalismo radicalizado — às demais classes sociais.

Divergências e convergências

Conforme exposto acima, os dois autores têm caracterizações distintas acerca dos governos do PT. Para Oliva, o governo federal, quando dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, foi capaz de protagonizar uma mudança estrutural na sociedade brasileira, um rompimento com um padrão histórico de desenvolvimento fundado na exclusão e desigualdade social, ainda que com os obstáculos trazidos pelo “presidencialismo de coalizão”. Singer, por sua vez, não caracteriza tamanha “inflexão” histórica, mas a implementação de um *reformismo fraco*, consequência da representação das demandas do subproletariado, que apoiava o governo, tornando assim possível a implementação de ações distributivas por parte do Estado.

Porém, se os autores apresentam divergências, pode-se perceber que, em alguns sentidos, há pontos de convergência. Por exemplo, ainda que cada autor compreenda as possibilidades de ação dos governos do PT de modo distinto, ambos concordam que a direção deste partido no governo federal teria possibilitado a implementação de medidas que trouxeram mudanças importantes para

a sociedade brasileira — sejam elas “estruturais” ou não. Isso seria possível pelo determinado grau de autonomia destes governos, seja por sua orientação política neodesenvolvimentista, acrescida de uma base social favorável às transformações, seja pela mudança na correlação de forças conquistada através do apoio de uma fração de classe específica e majoritária na população, o subproletariado.

Para ambos, também, os governos Lula teriam alterado a dinâmica dos conflitos sociais no Brasil. Isto é, tanto em Oliva quanto em Singer, as principais disputas não se dariam entre classes sociais antagônicas; para Oliva, o conflito seria entre a *esquerda e direita*, classificadas a partir do apoio ou oposição ao projeto político implementado pelo governo, enquanto que, para Singer, a principal cisão da sociedade se daria entre *ricos e pobres*, divididos a partir do quanto seriam atendidos pelos programas sociais do governo federal.

Análises críticas a Singer e Oliva

Nesta seção são apresentadas reflexões críticas acerca das posições de Singer e Oliva. Para a análise das elaborações de Singer, seguem discussões trazidas por Armando Boito Jr., que buscam problematizar a definição de um “programa” do subproletariado aplicado pelos governos, e as consequências que decorrem dessa prerrogativa. Depois, apresentando questões ao novo desenvolvimentismo de Oliva, são elencados argumentos de Bernardo Mançano Fernandes, Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Florestan Fernandes, cujas interpretações acabam por sugerir as limitações de projetos como novo desenvolvimentismo, dito autônomo, mas construído em acordo com os interesses do grande capital.

Armando Boito Jr. e o lulismo

Em contraposição a elaborações como as de Singer, para Boito Jr. (2013) é um equívoco afirmar que os governos do Partido dos Trabalhadores teriam equilibrado as contradições entre as classes sociais. O autor discorda da interpretação de que estes governos, ao realizarem uma suposta “neutralização” dos interesses antagônicos, estaria colocando em prática o “programa do subproletariado”. Na análise de Boito Jr., Singer compreenderia a luta de classes como uma disputa possível de se dar em igualdade entre as classes sociais, como se fosse possível que este conflito ocorresse em “terreno neutro”.

Nesse sentido, um questionamento fundamental é realizado por Boito Jr.: o que seria o programa do subproletariado?

Esta questão tem como elemento central a discussão sobre a caracterização do subproletariado como classe social. Isto é, “Se os setores populares heterogêneos (...) [agrupados] sob essa noção caracterizam-se, justamente, por ‘não terem condições de participar da luta de classes’, como é que se pode afirmar que eles têm um ‘programa’?” (Boito Jr., 2013, p. 173). Ou seja, se um setor social está desorganizado politicamente, ele não possui um programa próprio, e, sem este programa, não há possibilidades de intervenção política. Para o autor, esta massa pauperizada, sem organização política, e que se constituiu como base eleitoral do PT, tinha aspirações, mas estas se apresentariam de modo difuso, e não em um programa. Estes governos teriam organizado tais aspirações através de programas como o PBF.

Também são apresentadas ressalvas acerca do bonapartismo afirmado por Singer. Para o autor, “o Estado capitalista sempre tem um papel ativo que o coloca acima dos interesses imediatos dessa ou daquela classe ou fração e que possibilita que essa instituição busque um equilíbrio instável de compromisso entre as forças em presença.” (Boito Jr., 2013, pp. 173-174). Ou seja, as concessões realizadas pelos governos analisados, mesmo que sejam demandadas por forças sociais contraditórias, não indicaria o bonapartismo. Se o bonapartismo se traduz como uma situação na qual o Estado não “os interesses objetivos nem as demandas de nenhuma classe ou fração de classe em presença” (Boito Jr., 2013, p. 174), os governos Lula não foram bonapartistas. Isto porque, para o autor, eles priorizaram os interesses de uma fração de classe⁵ em especial: a *grande burguesia interna*, e não o subproletariado.

Esta grande burguesia interna estaria

presente em diversos setores da economia nacional — construção naval, construção civil, indústria de transformação, mineração e outros —, embora não seja anti-imperialista, reivindica a proteção do Estado para preservar e melhorar sua posição no capitalismo brasileiro. Uma série de medidas dos governos Lula e Dilma indica o atendimento dessa reivindicação. Cito algumas delas: a política (...) de recuperação da indústria da construção naval, a política de financiamento subsidiado do BNDES, a nova legislação que regulamenta as compras do Estado e das empresas estatais de maneira a priorizar a produção local, a política externa Sul-Sul, (...) e o apoio à conquista de mercados externos pelas grandes empresas brasileiras. (Boito Jr., 2013, p. 175)

É importante destacar que, para o autor, o favorecimento da grande burguesia interna não significaria que os outros setores não teriam tido benefícios. Porém, Boito Jr. (2013) avalia que esta massa de trabalhadores não fez parte do bloco no poder, de modo que, para ela, os ganhos foram desproporcionalmente menores. Isto é, ainda que tenham sido importantes, considerando as condições de vida da

população brasileira, não podem ser comparados ao volume de recursos e suportes disponibilizados ao grande capital.

O autor também polemiza com a caracterização de que haveria um conservadorismo no subproletariado, e isso teria forçado os governos a realizarem medidas políticas que estivessem nos marcos da ordem, sem rompimentos com o neoliberalismo. Ao contrário, o desejo por redistribuição de renda no país, expressa pelo subproletariado, seria uma demanda progressista. Assim, mais que o neoliberalismo ser mantido por conta do conservadorismo popular existente no Brasil, foi preservado porque “atende a poderosos interesses das grandes empresas e é possível demonstrar que grande parte da burguesia lutou e luta para que pilares desse modelo sejam mantidos.” (Boito Jr., 2013, p. 177).

Considerando a heterogeneidade e as disputas existentes entre frações da burguesia, somada à condição de dependência da burguesia interna em relação ao capital internacional, esta não teria conseguido forjar seu próprio instrumento político, que defenderia seus interesses. Por isso, esta fração de classe teria se aproximado do PT – que, de organização criada pela classe trabalhadora, transformou-se em partido neodesenvolvimentista. Se os governos petistas tivessem privilegiado o programa de uma classe subalterna (como seria o caso do subproletariado, compreendido por Singer), ao invés de realizar mudanças sem rompimentos bruscos com a ordem estabelecida, teriam elevando a tensão social ao extremo, justamente por enfrentar, na prática, os interesses das frações burguesas (Boito, 2013).

Questões ao novo desenvolvimentismo de Oliva

A avaliação de Oliva acerca do neodesenvolvimentismo possui diversos pontos passíveis de questionamentos. Dentre eles, pode-se destacar a proclamada aliança com os setores do agronegócio como fator fundamental ao novo projeto de desenvolvimento do Brasil, enquanto um dos principais motores propulsores de um plano que visaria beneficiar a todas as classes sociais.

Bernardo Mançano Fernandes, por exemplo, aponta uma questão fundamental acerca de análises como as de Oliva, que localizam produtores rurais de todas as classes sociais como partes de um mesmo conjunto. Isto é, para o autor, a utilização do termo agricultura para designar desde a agroindústria exportadora até os assentamentos conquistados por movimentos sociais deve ser problematizada.

Para Fernandes (2013), colocar sob mesma nomenclatura a pequena unidade familiar de produção e o latifúndio camufla as profundas desigualdades existentes no campo. Essa classificação indicaria que todos os sujeitos sociais teriam semelhantes orientações econômicas, políticas, sociais, ideológicas, ou seja, teriam seus interesses acolhidos por um mesmo projeto.

Assim, o autor propõe a separação dos agentes rurais em dois grupos: os capitalistas e os familiares (Fernandes, 2013). As divergências destes grupos estariam para além das possibilidades de ganhos financeiros; seu antagonismo seria paradigmático. Isto é, agricultura familiar e a capitalista teriam concepções teriam concepções de relação com a terra paradoxais, assim como seriam seus projetos econômicos, políticos e sociais. Com projetos estruturalmente divergentes, seria equivocado o embocamento destes setores como parte de um só grupo. Isso, necessariamente, invisibilizaria as demandas e propostas de um dos setores, além de esconder a dimensão da contradição, do conflito social (Moimaz, 2015). Portanto, para Fernandes (2013), a exaltação e os saldos positivos do agronegócio representariam o declínio da agricultura familiar.

Conceber o agronegócio como totalidade é uma estratégia do paradigma do capitalismo agrário. Definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades e mascara, fundamentalmente, as classes sociais. (Fernandes, 2013, p. 200)

Nesse sentido, ao não explicitar as diferenças entre agricultura familiar e capitalista, o conjunto da produção rural brasileira seria compreendida exclusivamente sob lógica do capital — ou seja, uma orientação política de defesa do agrobusiness. Fernandes destaca como tal lógica expressa os privilégios desse setor: o agronegócio concentrou a maior parte dos recursos destinados ao campo, ocupando enorme extensão de terras, mesmo apresentando baixa empregabilidade, com geração de ganhos proporcionalmente inferiores aos da agricultura familiar — “o agronegócio controla 85% dos recursos destinados ao crédito agrícola, 76% da área cultivável, produzindo 62% do valor bruto e empregando cerca de 26% das pessoas.” (Fernandes, 2013, p. 201). O autor registra também que neste período houve aumento da concentração fundiária: de acordo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), entre 2010 e 2014, as grandes propriedades passaram a ocupar 6 milhões de hectares a mais que no período anterior — um aumento na concentração fundiária de cerca de 2,5% (Farah, 2015); cabe destacar que, entre 2003 e 2010, estes estabelecimentos passaram de 214,8 milhões para 318 milhões de hectares ocupados (Farah, 2015).

O autor destaca, ainda, que “aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo possível inviabiliza a reforma agrária.” (Fernandes, 2013, pp. 191-192). Dessa forma não poderia haver reforma agrária em conciliação com os interesses do grande capital agropecuário no Brasil. Essa é uma questão fundamental, considerando que, no novo desenvolvimentismo descrito por Oliva, seria justamente esse setor, o agroexportador, parte estratégica da base aliada dos governos Lula.

Questionando as possibilidades de conflitos sociais estruturais serem amortecidos por habilidades políticas de uma figura pública, análises como as de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012) trazem problematizações a partir das teorias do desenvolvimento. Para Oliva, o novo desenvolvimentismo teria como elemento central a “vontade política” dos governos Lula para a resolução de contradições históricas da sociedade brasileira — mesmo sem alteração da estrutura econômica do país, nem enfrentamento a setores historicamente dominantes no Brasil, como os grandes proprietários de terras. Em termos furtadianos (Furtado, 1968), essa “vontade política” seria chave para a internalização dos centros de decisão políticas e econômicas, e esse seria o caminho para o rompimento da situação de dependência da economia brasileira.

Para Sampaio Jr., em uma leitura embasada em Florestan Fernandes, o subdesenvolvimento do país deve ser analisado a partir da dupla articulação entre dependência externa e segregação social. Sem o rompimento desta articulação, estariam comprometidos o controle nacional sobre fins e meios do desenvolvimento (Vargas, 2009).

Não se questiona os obstáculos ao desenvolvimento gerados pela situação de dependência e pelas estruturas responsáveis pela extrema desigualdade social. (...) Em suma, o neodesenvolvimentismo procura (...) a possibilidade de uma política econômica ideal capaz de conciliar crescimento e equidade. Ao identificar a realidade da economia brasileira contemporânea com o desenvolvimento capitalista virtuoso, o novo desenvolvimentista revela-se tal qual é — uma apologia do poder. Não passa de um esforço provinciano para dar roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem no elo fraco do sistema capitalista mundial. (Sampaio Jr., 2012, p. 672)

Assim, a superação da condição do subdesenvolvimento passaria pela destruição da condição estrutural de dependência herdada desde o período colonial, ou seja, a inserção submissa dos países economicamente periféricos no mercado internacional, que diminuiria substancialmente as possibilidades de coordenação entre as diretrizes econômicas e os interesses internos destes países, sujeitos aos interesses externos (Furtado, 1968). Assim, seria necessário o enfrentamento ao “latifúndio e os privilégios aberrantes de burguesias dependentes, cuja força se alimenta na pobreza e na miséria de expressivos contingentes da população.” (Sampaio Jr., 2012, p. 674).

Portanto, para Sampaio Jr., o novo desenvolvimentismo, ao manter uma economia dependente, baseada na exportação de bens primários e do capital financeiro, com segregação social, representa uma “apologia do poder”, uma vez que, sem

a superação destas características, não seria possível um processo real de desenvolvimento autônomo nacional.

Aprofundando a discussão sobre as possibilidades de conciliação de interesses de classe antagônicos em defesa de um suposto projeto nacional, em um país de economia dependente como o Brasil, cabe retomar algumas discussões de Florestan Fernandes.

Para caracterizar a burguesia brasileira, Fernandes retoma o processo de Independência do país, que rompe com o estatuto colonial. A burguesia brasileira teria passado por um processo de crescimento e diferenciação interna, por consequência da formação de uma rede de serviços — decorrente da organização do Estado nacional — e pelo desenvolvimento urbano (Fernandes, 2006). Assim, sendo um estrato com enormes distinções internas, sua unidade não se dava em torno de interesses comuns, organizados como classe, mas

a maneira pela qual tendiam a polarizar socialmente certas utopias. Pode-se avaliar esse fato através do modo pelo qual os diversos setores dessa ambígua e fluida “burguesia” em formação iria reagir: 1º) às ocorrências de uma sociedade na qual imperava a violência como técnica de controle de escravos; 2º) aos *mores* em que se fundavam a escravidão, a dominação senhorial e o próprio regime patrimonialista; 3º) à emergência, à propagação e à intensificação de movimentos inconformistas, em que o anti-escravismo disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva. (Fernandes, 2006, p. 35)

Dessa forma, para o autor, ideais presentes nessa classe social, como o antiescravismo, seriam uma “revolução social dos brancos para os brancos” (Fernandes, 2006, p. 36). Isto porque o enfrentamento à escravidão não se daria por motivações humanistas, mas por ela representar um obstáculo à expansão da economia de mercado e à organização da nação pós-Independência. Nesse sentido, afirma Fernandes, o “burguês” não se apresentaria como uma força social organizada, com autonomia e consciência de seus interesses como classe social. Seu “espírito revolucionário” estaria relacionado a objetivos difusos, egoísticos.

O processo de universalização do trabalho livre, bem como da expansão da ordem competitiva, não teria se dado através do colapso do poder oligárquico. Ao contrário, a construção das estruturas de poder burguês teria ocorrido sob hegemonia da oligarquia, que lidou com essa transição no controle do aparato do Estado. A burguesia, por sua vez, ainda débil, teve como característica as tentativas de influenciar o Estado a tomar medidas que atendessem a seus interesses particulares, pressionando a partir de suas “associações de classe”:

várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser seu ponto de encontro e a área dentro da qual definem seus interesses comuns. É dessa debilidade que iria nascer o poder da burguesia, porque ela impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe. Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político (...). As próprias “associações de classe”, (...) visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. (Fernandes, 2006, p. 240)

Nesse sentido, a burguesia brasileira seria distinta de outras burguesias: ela não portaria a bandeira de vanguarda da modernidade, da “civilização”; ao contrário, por conta de como se conformaram seus interesses de classe, seus compromissos fundamentais seriam construídos com o que lhe fosse vantajoso, independente de estes benefícios serem reflexos de traços “atrasados” ou “modernos” da sociedade brasileira. A Revolução Burguesa brasileira não teria se desenhado através do afã pela modernização contra o “arcaico”; ao contrário, a burguesia como um todo (incluindo aqui a oligarquia) se “ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.” (Fernandes, 2006, p. 241).

Para o autor, ainda, o projeto de desenvolvimento da economia brasileira teria se dado a partir da junção de interesses das burguesias interna e externa; isto porque o modelo de dominação burguesa gerada, nestes marcos, asseguraria estabilidade econômica e política, por um lado, e, por outro, garantiria a reprodução da vida política efetivada pelas elites do país. Em consequência, a dominação burguesa desenvolvida no Brasil teria marcantes características autocráticas, trazidas do passado, e implementadas de diferentes maneiras no presente (Fernandes, 2006).

Dessa forma, na análise do autor, a classe dominante brasileira, por maior que fosse sua diversidade, convergiu em torno de um ponto: sua dominação se dar sob caráter autocrático, mesmo que isto, aparentemente, pudesse ferir os ideais de livre-empresa, ou as bases legais do Estado representativo (Franco, 1997). Portanto,

foi parte central desta unidade a repressão sobre o proletariado, seu inimigo comum – antes, os seres humanos escravizados; depois, os trabalhadores livres do campo e da cidade.

Assim, a burguesia brasileira sintetizaria o *velho* e o *novo*: tanto a antiga aristocracia agrária, que avançava com suas empresas no “mundo dos negócios”, quanto os comerciantes da elite dos imigrantes (e seus descendentes), reproduziriam a lógica da dominação burguesa da oligarquia dominante. A oligarquia foi peça-chave na organização do “Brasil moderno”, visando a realização de um desenvolvimento capitalista que se desse sob sua hegemonia social, econômica e política. Assim, o desenvolvimento capitalista brasileiro universalizou o controle oligárquico do poder, e os comerciantes, ao se apoiarem nela, encontrariam um ambiente seguro para sua estruturação no mundo capitalista (Fernandes, 2006).

Em síntese

O debate realizado ao longo deste texto buscou, em primeiro lugar, apresentar algumas características das elaborações de Oliva e de Singer acerca dos conceitos de *novo desenvolvimentismo* e *lulismo*, respectivamente. O foco da análise realizada nesta parte foi a caracterização dos autores sobre o grau de autonomia do Estado brasileiro, então dirigido pelos governos PT, para implementar certo projeto político com relativa autonomia.

Após a breve apresentação destas teses, foram trazidos ao debate autores cujas análises permitem a formulação de questionamentos sobre tais leituras. Debatendo com as formulações de Singer, Boito Jr. destaca que a fração de classe diretamente privilegiada nos governos no PT foi a grande burguesia interna, sobrando, aos setores sociais mais pauperizados, algumas concessões, incomparavelmente menores; o subproletariado, assim, não seria uma base social com consistência política, nem programa, para disputar suas demandas no Estado, ou garantir a existência de um governo *bonapartista*.

Quanto às formulações de Oliva, foram elencadas as contribuições de Bernardo Mançano Fernandes, Plínio Arruda Sampaio Jr., além de um apanhado sobre a história social do Brasil a partir de Florestan Fernandes. Neste debate, buscou-se apresentar questões às ideias que defendem a construção de um projeto de interesse nacional único, envolvendo as distintas classes sociais, articuladas a partir de figuras políticas capazes de atenuar suas divergências, deslocando o conflito social (para esquerda x direita, ou ricos x pobres). Dentre os argumentos trazidos, pode-se destacar a manutenção das desigualdades a partir de uma roupagem democrática; a impossibilidade de adoção de políticas econômicas e sociais autônomas, de transformação estrutural e realocação do país na divisão internacional do trabalho, em uma economia

periférica; e o perfil histórico de construção da burguesia do país, e sua relação com as classes trabalhadoras.

Conclusões

O debate em torno do período classificado por Oliva como neodesenvolvimentista, em especial os governos Lula, segue vivo e repleto de polêmicas. Este artigo não tem condições de fazer um amplo apanhado sobre todas elas, mas se propõe a realizar algumas contribuições. Desta longa discussão, alguns pontos devem chamar a atenção para futuras formulações.

Sobre o grau de independência dos governos em questão em relação às classes sociais: este é um ponto de enorme importância nas abordagens apresentadas por Oliva e Singer, e, como visto acima, também passível de discussão. Conforme destacado a partir da bibliografia mobilizada, é difícil medir a profundidade real dessa autonomia através de elementos como a capacidade de lideranças políticas na efetivação da conciliação de interesses de classes sociais antagônicas, de modo que todas passassem a construir um projeto de nação.

Nesse sentido, deve-se considerar também as questões trazidas acerca da relação entre lulismo e bonapartismo, uma vez que, como analisado principalmente por Armando Boito Jr, não se pode afirmar que os governos Lula estavam, politicamente, “acima” das classes sociais, ou mesmo que o subproletariado, uma parcela da população de enorme expressão eleitoral, teria um programa, como classe social, representado pelos governos PT. Retomando a leitura do autor, as políticas “dentro da ordem” implementadas no período não foram consequência das pressões do subproletariado conservador – que, dessa forma, apoiou estes governos, equilibrando a balança da luta de classes; ao contrário, foram resultados do atendimento das exigências da classe verdadeiramente representada pelos governos do período: para o autor, uma fração de classe, a grande burguesia interna. Nesse cenário, o espaço para ações políticas, mesmo que com relativo grau de autonomia, parece ainda menor.

Outro fator essencial à discussão é a desigualdade social. É necessário que as análises considerem este dado com critérios objetivos, destacando, por exemplo, a importância e os efeitos de programas como o Bolsa Família, mas trazendo outras questões estruturais, como elencadas por Bernardo Mançano Fernandes, acerca da concentração de recursos, crédito, e terras no Brasil, mesmo no período chamado neodesenvolvimentista. Dessa forma é possível uma compreensão mais precisa acerca de quais setores foram privilegiados, quais tiveram ganhos reais, e quais foram estes ganhos.

A história social é também um elemento de importância central. Isto é, partindo das avaliações de Florestan Fernandes, compreendendo a burguesia brasileira como historicamente associada ao capital internacional, sem “aspirações nacionais”, diretamente ligada às oligarquias de um país com mais de trezentos anos de escravidão, pode-se questionar a submissão ou aceitação dessa burguesia a um projeto político que implicaria, em tese, ganhos para todas as classes sociais, um projeto comum de sociedade.

Nesse sentido, por fim, é importante destacar o conflito social. As críticas apresentadas pelos autores expressam o tratamento desigual às diferentes classes sociais durante os governos PT. Apontamentos como os de Armando Boito Jr., ao demonstrarem o privilégio de determinados setores da burguesia mostram como, ainda que sob discurso de melhorias para todos, as desigualdades podem ser mantidas – ou, como expresso no caso da questão fundiária, até aprofundadas. A burguesia brasileira, como parte de sua constituição como classe social, tem há séculos lançado mão de soluções violentas contra a classe trabalhadora para a defesa de seus interesses. Não por acaso, os últimos anos demonstram a fragilidade das tentativas de estabelecimento de equilíbrio entre as classes sociais antagônicas no Brasil.

Notas

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

1. Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
2. Cabe destacar que o debate sobre o novo desenvolvimentismo é muito amplo, envolvendo distintas contribuições de diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, para a discussão sobre as origens do neodesenvolvimentismo, ver Bresser-Pereira (2011) e Fonseca (2007); para uma abordagem sobre as relações entre o novo desenvolvimentismo e o contexto de globalização, ver Diniz (2011) e Bresser-Pereira e Gala (2010); para uma discussão acerca do novo desenvolvimentismo e a relação entre Estado e setor privado, ver Bresser-Pereira e Diniz (2009); para o debate entre neodesenvolvimentismo e as funções do Estado, ver Diniz (2011) e Cepêda (2012); para uma análise econômica do novo desenvolvimentismo, ver Oreiro (2012) e Beluzzo (2013); para uma análise crítica sobre o emprego no neodesenvolvimentismo, ver Pochmann (2012); para uma comparação entre o período chamado neodesenvolvimentista e os governos da década de 1990, ver Sader (2013) e Gonçalves (2012), etc.
3. Neste ponto, é importante destacar que, para Oliva, a *agricultura* corresponde ao conjunto dos agentes e classes sociais envolvidos na produção agrícola; ou seja, ao destacar a *agricultura*, o autor faz referência ao agronegócio, às pequenas unidades de produção familiar, aos trabalhadores assalariados rurais, etc.

4. A “crise do mensalão” foi uma crise política que explode a partir da denúncia de compra de votos de parlamentares por parte do governo. Para mais informações, ver Singer (2012).
5. Isto significa que, para Boito Jr., “a grande burguesia interna, nas suas disputas com a fração burguesa perfeitamente integrada ao grande capital financeiro internacional, converteu-se em força dirigente de uma ampla e heterogênea frente política que poderíamos denominar neodesenvolvimentista” (Boito Jr., 2013, p. 178).

Referências

- Beluzzo, L. G. (2013). Os anos do povo. Em E. Sader (Org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (pp. 103-110). São Paulo: Boitempo.
- Bresser-Pereira, L. C. (2011). O Brasil e o novo desenvolvimentismo. *Interesse Nacional*, (13), 76-85.
- Bresser-Pereira, L. C., e Diniz, E. (2009). Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos*, (84), 83-99.
- Bresser-Pereira, L. C., e Gala, P. (2010). Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 30(4), 663-686.
- Boito Jr., A. (2013). O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Crítica Marxista*, 37, 171-206.
- Boito Jr., A., e Galvão, A. (Orgs.) (2012). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Ed. Alameda.
- Cepêda, V. (2012). Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo. *Estudos Avançados*, 26(75), 77-90.
- Diniz, E. (2011). O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 54(4), 493-532.
- Farah, T. (2015, 09 de janeiro). Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe. *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tresestados-de-sergipe-15004053>.
- Fernandes, B. M. (2013). A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. Em E. Sader (Org.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (pp. 191-206). Rio de Janeiro: Flacso.
- Fernandes, F. (2006). *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo.
- Fonseca, P. C. D. (2007). O eclecismo inovador: Bresser-Pereira e o desenvolvimento brasileiro. *Economia e Sociedade*, 16(1), 1-43.
- Franco, M. S. C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Furtado, C. (1968). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gonçalves, R. (2012). Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serv. Soc. Soc.*, (112), 637-671.

- Moimaz, R. S. (2015). *Breve contribuição ao debate sobre o novo desenvolvimentismo no Brasil* (Dissertação de mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, Brasil.
- Oliva, A. M. (2010). *As bases do novo desenvolvimentismo: Análise do governo Lula* (Tese de doutoramento). Instituto de Economia/Unicamp, Campinas, Brasil.
- Oreiro, J. L. C. (2012). Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos avançados*, 26(75), 29-40.
- Pochmann, M. (2012). *Nova classe média?*. São Paulo: Boitempo.
- Prado Jr., C. P. (1987). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Sader, E. (Org.) (2013). A construção da hegemonia pós-neoliberal. Em *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (pp. 135-144). Rio de Janeiro: FLACSO.
- Sampaio Jr., P. A. (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, (112), 672-688.
- Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos*, (85), 83-102.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Vargas, T. P. (2009). *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – O debate entre Cardoso e Marini* (Monografia em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, Brasil.

Data de submissão: 01/05/2019 | **Data de aceitação:** 23/12/2019



CAPITALISMO CONSCIENTE UMA CONFIGURAÇÃO MAIS JUSTA OU A ARTE DE SE REINVENTAR PARA CONTINUAR A EXISTIR?

CONSCIOUS CAPITALISM A FAIRER CONFIGURATION OR THE ART TO REINVENT ITSELF TO KEEP EXISTING?

Marcos da Silva Lima

Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Campus de Gualtar 4710 – 057 Braga, Portugal. Email: marcosdslima@gmail.com

Fernando Bessa Ribeiro

Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). Campus de Gualtar 4710 – 057 Braga, Portugal. Email: fbessa@ics.uminho.pt

Resumo: Se é pertinente reconhecer que o capitalismo não desapareceu destruído pelas suas contradições e a degradação progressiva das condições necessárias à sua reprodução, não é menos relevante sublinhar a sua enorme capacidade para se reinventar a cada crise e mesmo fora delas. Tão frequente como as crises, são as inovações teóricas que procuram dar novas configurações ao capitalismo na sua permanente luta para ser aquilo que, acusam os críticos, não pode ser nem escapar: um sistema menos desigual e socialmente mais justo, onde a procura da mais-valia não se constitua na motivação principal dos capitalistas. É o caso do chamado “capitalismo consciente”. Este artigo tem por objetivo escrutinar as origens do conceito de capitalismo consciente e os principais argumentos usados em seu favor. Este exercício crítico procura identificar se estamos, de facto, perante uma nova configuração do capitalismo ou, pelo contrário, se trata de mais uma reinvenção para continuar a existir.

Palavras-chave: capitalismo consciente, desigualdades sociais, crise, reconfiguração.

Abstract: If it is pertinent to recognize that capitalism did not disappear destroyed by its contradictions and the progressive degradation of the conditions necessary for its reproduction, it is no less relevant to underline its enormous capacity of reinvention in every crisis and beyond. As often as the crises, theoretical innovations have been seeking to give new configurations to capitalism in its ongoing struggle to be what, as critics have accused, can neither be nor escape: a less unequal and socially fairer system, where the search for surplus value is not capitalists' main motivation. This is the case of the so-called “conscious capitalism”. This paper scrutinizes the origins of the concept of conscious capitalism and the main arguments used in its favor. This critical exercise seeks to identify whether we are really facing a new configuration of capitalism or, on the contrary, whether it is yet another reinvention of itself.

Keywords: conscious capitalism, social inequality, crisis, reconfiguration.

Introdução

Se é pertinente reconhecer que o capitalismo não desaparecerá destruído pelas suas contradições e a degradação progressiva, nomeadamente ecológica, das condições

necessárias à reprodução da acumulação, não é menos pertinente ainda sublinhar a sua enorme capacidade para se reinventar a cada crise e mesmo fora dela. As “sete vidas” do capitalismo, como escreveu há já mais de duas décadas Arrighi (1997), exprimem justamente a sua adaptação e flexibilidade. Esta capacidade de se reinventar não deixa de contribuir decisivamente para a sua sobrevivência, eliminando ou incorporando a contestação para lhe retirar eficácia, não obstante as lutas pela sua superação levadas a cabo pelas classes trabalhadoras e seus partidos políticos, sindicatos e outros movimentos sociais. Daqui não decorre, como veremos, aceitar qualquer tipo de fatalismo ou, ainda de modo mais decisivo, não reconhecer o capitalismo como uma construção humana, logo histórica. Assim, não é descartável a sua substituição por um outro sistema, dependendo a possibilidade socialista da perseverança da ação coletiva organizada comprometida com um projeto emancipatório anticapitalista.

Tão frequente como as crises são as inovações teóricas que procuram dar novas configurações ao capitalismo na sua permanente luta para ser aquilo que, acusam os críticos, não pode ser, nem escapar: um sistema menos desigual e socialmente mais justo, no qual a procura da mais-valia não se constitua como a motivação principal dos capitalistas. Entre as propostas mais recentes encontramos as do “capitalismo cívico” (Hay & Payne, 2015)¹ e do “capitalismo consciente” (Mackey & Sisodia, 2013). Centrando a nossa atenção neste último, o conceito foi apresentado na década passada, propondo um modelo de funcionamento no qual o lucro não é o objetivo fundamental das empresas. Esta nova conceção de capitalismo sustenta-se na ideia de que o lucro é consequência de uma ação orientada para um propósito maior. Este propósito justifica a existência de empresas vinculadas à geração de valor para todas as partes envolvidas no processo de produção e comercialização, inscrevendo-se, assim, no compromisso de construção de um mundo melhor.

Este texto tem por objetivo escrutinar as origens do conceito de capitalismo consciente e os principais argumentos que permitem defini-lo, segundo os seus proponentes, como uma nova configuração do capitalismo. No seu discurso otimista, o capitalismo consciente constitui um modelo mais justo de capitalismo, consciente das desigualdades provocadas pelo seu funcionamento e, assim, comprometido com a sua redução. Por outras palavras, esta consciência será suficiente para que um outro mundo se realize, mais justo e menos desigual, ou antes, estamos perante uma nova retórica burguesa sobre o capitalismo que mais não pretende, como aconteceu no passado, superar apenas a “crise de imagem” e esquecer todas as outras crises vividas em decorrência de sua próxima dinâmica de funcionamento?

O capitalismo consciente confronta-nos, mais uma vez, com a discussão em torno da grande questão que, sendo velha, permanece atual, confrontando liberais,

sociais-democratas e marxistas: será o capitalismo reformável e capaz de proporcionar avanços sociais significativos ou, pelo contrário, as suas contradições e problemas sociais e ambientais decorrentes do seu funcionamento são insuperáveis, pelo que importa não perder de vista o horizonte da sua eliminação? Uma resposta crítica exige considerar o capitalismo como sistema histórico segundo o sentido dado, entre outros, por Wallerstein (1998), isto é, marcado pelas lutas entre classes sociais com interesses radicalmente distintos. Em contramão com os argumentos que o consideram como um sistema histórico irreversível e final — designado por Fukuyama (1992), no seu famoso livro, como o fim da história —, e sem negar a possibilidade de reformas e avanços relevantes para as classes trabalhadoras, como o Estado-Providência bem o exprime (cf., entre outros, Silva 2008 e Esping-Anderson com B. Palier, 2009), é nosso entendimento, subscrevendo as posições defendidas nomeadamente por Löwy (2013), Wallerstein (1999 e 2002) e Silva (2013), em linha com os argumentos de Marx e Engels (1968 [1848]), que as contradições sociais e ambientais produzidas pelo capitalismo fazem dele um sistema insustentável e, como tal, a superar no futuro.

O artigo comporta um ponto de vista teórico e político que recusa a neutralidade axiológica, tão inexequível como saltar sobre a própria sombra, segundo a imagem feliz proposta por Donham (1999), seguramente sugestionada pelas leituras de Lucky Luke, o *cow-boy* inventado por Morris (Maurice de Bévère) e René Goscinny (cf. Silva & Ribeiro 2015). Em concreto, estamos perante um exercício de análise de alguns dos principais textos originais (ou das versões disponíveis em língua portuguesa) dos autores que são reconhecidos como os proponentes da versão consciente do capitalismo, ainda pouco discutido no campo da sociologia portuguesa. Neste exercício procura-se dialogar com os contributos de teóricos, alguns deles clássicos, que ora desenvolveram as ideias fundamentais do capitalismo, ora o criticaram de modo radical. Não nos cabendo apreciar a relevância nem a originalidade — ainda que se reconheça que, na esteira de Bourdieu, citando Montaigne, “nós só nos fazemos glosar uns aos outros” (Bourdieu, 2008 [1993], p. 693) —, foi nosso objetivo identificar se estamos perante uma nova configuração do capitalismo que pode contraditar as bases em que ele assenta ou, pelo contrário, se estamos face a mais uma reinvenção deste para combater a contestação e reforçar a sua legitimidade política e ideológica para continuar a existir, num momento em que a hegemonia, como diria Gramsci (1974), é confrontada com múltiplas contestações e críticas.

O capitalismo como sistema histórico

Situar as origens do capitalismo continua a ser parte estimulante de um debate teórico e político que escrutina os seus elementos constitutivos, quando surgiram e o modo como se articulam para dar origem a um novo sistema político, a bem dizer, uma nova civilização, ora aniquilando, ora incorporando de forma subordinada outros modos de produção e de organização social. Para chegar a um sistema em que o lucro é o motor de toda a vida económica é preciso considerar também o papel desempenhado pelo Estado e por uma classe social, a burguesia, que acabaria por se transformar na classe social hegemónica, tomando o poder do Estado e fazendo com que este garantisse as condições políticas e jurídicas adequadas e necessárias aos seus interesses e aos vários processos de acumulação de capital e sua reprodução.

Como foi discutido por Ribeiro (2017), analisar as origens do capitalismo exige recuar aos séculos XV e XVI e à expansão marítima europeia. Esta vai conduzir à inserção de variados territórios, alguns de dimensão continental como a América, numa economia-mundo que, pouco mais de um século depois, teria por um tempo bem longo a Grã-Bretanha como seu centro político e económico. Esta economia-mundo capitalista foi alimentada pela acumulação de capital alicerçada na “expropriação violenta dos camponeses pelas *enclosures*, o tráfico de escravos e a pilhagem brutal das colónias” (Löwy, 2014, p. 1920). No entender de Marx e Engels

A descoberta de ouro e de prata na América, a extirpação, escravização e enterramento das populações autóctones nas minas, o começo da conquista e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de coutada para a caçada comercial aos peles-negras assinalaram o despontar da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são o ponto mais importante da acumulação primitiva. No seu seguimento vem a guerra comercial das nações europeias, com o globo como teatro. (Marx & Engels, 1978, pp. 158-159)

Sem a subjugação de territórios e sua colonização brutal não se teria constituído a base que daria esteio às transformações tecnocientíficas que fizeram as revoluções industriais e consolidaram, doravante, o capitalismo e uma ordem social burguesa, na qual a propriedade, a utilização de trabalho assalariado e a obtenção de mais-valias passaram a ser garantidas pelo Estado. Estas transformações não se realizaram de modo instantâneo, com a rapidez decorrente de uma revolução, antes precisaram de vários séculos, conheceram avanços e recuos, articulando-se entre si e implicando lutas ferozes, vencedores e vencidos:

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média. Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e troca (Marx & Engels, 1968 [1848], pp. 24-25).

Não cabendo aqui alimentar aprofundadamente esta discussão, procura-se sobretudo sublinhar o seu caráter histórico, logo produto das lutas sociais e da ação humana, e recusar a naturalização com que não raro se entende o capitalismo, em especial um dos seus principais elementos, o mercado (cf. Polanyi, 1983 [1944]). Em linha com os argumentos de Wood (2001), o capitalismo não tem data de nascimento precisa.² Em sociedades e épocas históricas anteriores estavam já presentes muitos dos seus elementos fundamentais, com realce para a moeda e o mercado. Neste sentido, pode-se perceber que o capitalismo não é apenas a moeda, o mercado, mais o capital, o trabalho assalariado, a propriedade privada ou qualquer outro elemento que o constitui, mas sim

um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. [...] Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a autoexpansão do capital (Wood, 2001, p. 12).

Discutir teoricamente o capitalismo impõe convocar a Grã-Bretanha dos séculos XVIII e XIX e intelectuais como David Ricardo, John Stuart Mill, Thomas Malthus e, acima de qualquer outro, Adam Smith. Retomando o já enunciado em Ribeiro (2017), o filósofo e economista escocês procurou entender como a riqueza das nações se produzia. Como argumentam Louçã e Caldas (2009, p. 56), tal implica caracterizar a riqueza, analisar as diferenças existentes entre as nações e conhecer as formas que permitem o enriquecimento das nações. Friedman e Friedman anotam que, em *A Riqueza das Nações*, Smith

analisa a maneira como um sistema de mercado pode combinar a liberdade dos indivíduos que têm determinados objetivos com a colaboração extensiva e cooperação necessária ao campo econômico para produzir a nossa alimentação, vestuário e habitação. A opinião de Adam Smith é que, numa troca, ambas as partes podem beneficiar e que, desde que a cooperação seja estritamente voluntária, a troca só se verificará quando as duas partes beneficiarem. [...] É por isso que, tal como Adam Smith diz, um indivíduo que “só pretende o seu próprio lucro é levado por uma mão invisível a defender um fim que não fazia parte da sua intenção. Procurando defender o seu próprio interesse, ele promove, frequentemente com maior eficácia, os interesses da sociedade” (Friedman & Friedman, 1980, pp. 29-30).

Defensor férreo da chamada “mão invisível” e da sua centralidade na organização da economia, Smith considerava que os indivíduos deveriam atuar com a mais completa liberdade, de forma a assegurar a máxima eficiência no funcionamento do mercado. O filósofo e economista escocês introduz um dos conceitos que permanece como um dos princípios basilares do liberalismo: a “mão invisível”, acima referida por Friedman e Friedman (1980), por via da qual os interesses pessoais e egoístas dos indivíduos se comutam em vantagem para toda a *sociedade*:

Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o seu egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles (Smith, 1999b [1776], p. 95).

Porém, é necessário contextualizar e discutir este egoísmo considerando os termos em que o próprio Smith o faz. Como justamente lembram Louçã e Caldas (2009, pp. 57-58), a liberdade de cada indivíduo na sua ação egoísta deve acatar as “leis da justiça”, constituindo imperativo do Estado amparar as pessoas contra as injustiças, demoradamente analisadas na *Teoria dos Sentimentos Morais*, publicada originalmente em 1759. Por outras palavras, como foi também defendido por Ribeiro (2017), a adscrição da economia a princípios não econômicos, logo morais e éticos, está inquestionavelmente presente no pensamento do filósofo e economista escocês, aliás em linha com a interpretação de Viveret (2006, p. 174). Não obstante defender que as pessoas têm uma tendência natural para procurarem os seus interesses, Smith (1999a [1759]) argumenta que a instituição de princípios morais se faz por via da simpatia, entendida como um sentimento instintivo, logo natural. Sublinhando que a sociedade é indispensável aos indivíduos, a simpatia assume-se como uma categoria fundamental para a produção do bem-comum através da imaginação da situação do outro, principalmente sempre que enfrenta dificuldades, proporcionando a constituição de uma ética na qual cada pessoa não almeja a

desgraça e a infelicidade alheias. Não sendo um revolucionário, Smith coloca-se em contramão aos privilégios dos mais favorecidos, designadamente os logrados através de negócios monopolistas. Deste modo, é até admissível considerar que Smith não se opõe a reformas sociais, interpretação que colide com o entendimento de muitos, caso de Friedman e Friedman (1980). Estamos perante leituras truncadas de Smith, nas quais se celebram os comportamentos “egoístas” dos atores sociais — esteados no que se pode definir como um senso comum que entende o mercado como o modo natural e a-histórico de funcionamento da economia e o imaginado egoísmo dos indivíduos como elemento da natureza humana —, ignorando os valores morais e éticos que condicionam as ações humanas.

É precisamente na valorização destes princípios morais e éticos que parecem assentar alguns dos argumentos fundamentais dos teóricos do “capitalismo consciente”. Não o questionando, antes procurando melhorá-lo, propõem uma agenda reformista para o capitalismo, apresentando um guia para ação dos capitalistas e suas empresas, para responder à instabilidade, estagnação e aos problemas agravados pela desigualdade crescente, tão intensa que se confunde mesmo com a que atinja as sociedades ocidentais na segunda metade do século XIX (Piketty, 2013).

Reinventando o capitalismo?

Sobre as origens e teses do capitalismo (dito) consciente e os argumentos dos seus críticos

O capitalismo consciente propõe um outro modo de funcionamento do capitalismo, no qual os benefícios decorrentes da atividade empresarial sejam partilhados de forma mais ampla por todos os chamados *stakeholders*, em contraposição ao modelo predominante ao longo da história do capitalismo, no qual predominou a maximização dos lucros em prol dos acionistas (Borrego, 2018; Chaves, 2014). Escrutinando-o em termos conceptual e teórico, esta nova versão do capitalismo é apresentada como um conceito definido a partir da publicação da obra *Capitalismo Consciente: Como Libertar o Espírito Heróico dos Negócios*. Escrita em 2013 pelo empresário norte-americano John Mackey e pelo professor indiano Raj Sisodia, foi sua ambição primeira facilitar a propagação pelo mundo do que no seu entender constituía uma proposta para um novo modelo de capitalismo. Como veremos, a crise é imprescindível para iluminar os argumentos mobilizados pelos autores nesta obra. No livro, Mackey e Sisodia procedem a uma discussão teórica onde pretendem estabelecer os fundamentos conceituais desta nova versão do capitalismo. No prefácio da obra argumenta-se que Mackey e Sisodia “promovem o reencontro do capitalismo com suas raízes”, sublinhado que este

já foi melhor, tendo saído dos “trilhos” no último quarto de século, daí a contestação a que tem estado sujeito.

Sublinhe-se que o capitalismo consciente, apelando fundamentalmente à boa-vontade dos capitalistas e à construção de uma outra moral para a condução dos negócios, não se confunde com a agenda reformista de tipo keynesiano, institucional ou territorialista aplicada em numerosos países, em especial na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Não só os teóricos do capitalismo consciente não valorizam estes contributos reformistas como parecem mesmo ignorá-los. Em momento algum é possível descortinar nos seus argumentos a defesa da intervenção do Estado na economia, regulando o *laissez-faire* e tolhendo as consequências dos diferentes ciclos económicos, em especial das crises de superprodução e decorrentes depressões que caracterizam o funcionamento do capitalismo, tal como foi discutido em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, a obra seminal de Keynes (1996 [1936]). De igual modo, o capitalismo consciente não convoca o institucionalismo (cf. Myrdal, 1970 e 1974 [1957]; Schiavo-Campo & Singer, 1970; Seers, 1969), em especial um dos seus argumentos fundamentais: as crises da economia capitalista são mais eficientemente sufocadas pela ação do Estado, pelo que se justifica que este implemente uma agenda política comprometida com a valorização dos interesses comuns, sendo a intervenção estatal crucial em áreas como a ciência, a tecnologia, as infraestruturas, a educação e a formação (cf. Aglietta, 2001; Silva & Cardoso, 2005). O mesmo desinteresse dos teóricos do capitalismo consciente se aplica ao territorialismo (cf., entre outros, Long, 2001; Lopes 1980 e 1986; Reis 1998), ignorando as suas soluções fundadas no território e na valorização das capacidades dos atores a partir da exploração dos seus recursos e capacidades, tendo como objetivo a promoção do bem-estar humano.

Olhando para as raízes do capitalismo, e fazendo tábua-rasa das fraudes e colapsos, nomeadamente creditícios súbitos que fazem a sua história, obliterando também os processos brutais, incluindo o genocídio, que estão na origem da acumulação primitiva de capital, já acima discutida, Mackey & Sisodia (2013, p. 29) afirmam que, “embora o mundo dos negócios e o capitalismo não fossem perfeitos, eram fundamentalmente bons e éticos”. No prefácio da edição brasileira, Flávio Rocha, acionista do Grupo Guararapes que, em 2016 e 2017, foi denunciado pelo Ministério Público do Trabalho e condenado pela justiça brasileira por submeter pessoas a condições de trabalho análogas à escravidão, vai mais longe na defesa do capitalismo como um sistema bom, ético, nobre e heroico, afirmando que “não há, portanto, quem, em qualquer nível da cadeia produtiva capitalista, não se beneficie com um sistema como esse” (Rocha, 2013, p. 14). Apesar de uma certa retórica laudatória, alguns dos principais teóricos, difusores e aplicadores do capitalismo

consciente reconhecem que o capitalismo passa por uma “crise de imagem” (Rocha, 2013, p. 12) e, por isso, não é reconhecido pelo que realmente é:

Em vez de serem vistos pelo que realmente são — os heróis da história —, com grande frequência o capitalismo e os negócios carregam a fama de vilões e levam a culpa por quase tudo o que os críticos pós-modernos desaprovam no mundo. O capitalismo é acusado de explorar trabalhadores, ludibriar consumidores, promover desigualdades ao beneficiar ricos em detrimento de pobres, homogeneizar a sociedade, fragmentar comunidades e destruir o meio ambiente (Mackey & Sisodia, 2013, p. 43).

O entendimento de Mackey Sisodia é de que o capitalismo sofreu distorções ao longo de sua história, provocadas por quatro elementos: (i) pelos homens de negócios “que permitiram que a base ética do capitalismo de livre-iniciativa fosse intelectualmente sequestrada por economista e críticos que atribuíram ao sistema uma identidade estreita, egoísta e imprecisa, desprovida de embasamento ético e coerente”; (ii) pelas empresas que operam com baixo nível de consciência a respeito de sua razão de existência na sociedade; (iii) pelo “mito de que as empresas devem se concentrar na maximização dos lucros”, enraizados nas academias e corporações; (iv) pela interferência do Estado através do favorecimento de empresas a partir de relações políticas estabelecidas (Mackey & Sisodia, 2013, pp. 43-44).

Procurando defender o capitalismo, a versão consciente apresenta-se como uma “correção da narrativa” (Mackey & Sisodia, 2013, p. 54), um resgate do que é entendido por esta corrente como “o mais poderoso e criativo sistema de cooperação social e progresso humano jamais concebido” (Mackey & Sisodia, 2013, p. 55), capaz de gerar prosperidade, tirar os indivíduos da pobreza e estabelecer condições estáveis para que famílias possam ser formadas. A bem dizer, estes autores tentam fazer com que o capitalismo consciente elimine as deformações produzidas pelo capitalismo ao longo do seu trajeto histórico, propondo o seu ancoramento em princípios que o fazem ser melhor. Um caminho aparentemente reformador do capitalismo, guiado pelos seguintes princípios: (i) propósito maior, quer dizer, a razão de existência de uma organização, razão esta capaz de guiar suas ações, estimular quem nela trabalha e gerar o lucro necessário e desejado numa organização capitalista; (ii) integração das partes interessadas, quer dizer, o entendimento de que um negócio implica o envolvimento de diversos atores e elementos, como fornecedores, clientes, trabalhadores, meio ambiente, sendo necessário considerar a importância de todos eles, bem como criar uma relação onde todos ganhem; (iii) cultura consciente, quer dizer, um ambiente propício para o desenvolvimento do propósito maior e das relações de ganho mútuo entre as partes interessadas; (iv) liderança consciente, quer dizer, líderes com múltiplas inteligências, como a emocional e a

espiritual, capazes de propiciar a criação e manutenção de ambientes conscientes para que a organização possa atingir seu propósito maior (Brasil, 2017; Mackey, 2011; Mackey & Sisodia, 2013; O'Toole & Vogel, 2011; Sisodia, 2011; Wang, 2013). Estes princípios, segundo Mackey e Sisodia (2013, p. 73), conduzem empresas conscientes a fazerem o certo porque acreditam que é certo, que é a “coisa correta, humana e digna a fazer”.

Segundo Brasil (2017, p. 30), as empresas capitalistas conscientes são aquelas que têm consciência do seu impacto na sociedade, sejam eles positivos ou negativos, e, com isso, podem tomar decisões em favor de “um mundo mais sustentável, social, ecológica e economicamente”. Mackey (2011) traz-nos a ideia de que o nível de consciência de uma organização passa pelo autoquestionamento sobre a razão de sua existência, o que ela tenta realizar e quais os valores centrais que inspiram a empresa e criam maior confiança e comprometimento de todas as suas partes interessadas. Já Sisodia (2011, p. 100) vai além, ao afirmar que o capitalismo consciente não se trata de um modelo de negócios, mas de “uma compreensiva filosofia de fazer negócios”. Sendo um negócio capitalista, as empresas capitalistas conscientes não negam o lucro. Ao contrário disto, entendem que ser consciente pode gerar ainda mais lucro e de modo mais sustentado, com manifesta vantagem para os acionistas:

As organizações conscientes também se empenham em obter desempenho financeiro excepcional no longo prazo. Uma amostra representativa delas, por exemplo, superou o mercado global de ações (em uma relação de 10,5:1) em um período de 15 anos, oferecendo mais de 1600% de retorno total, enquanto a média de mercado no mesmo período foi de pouco mais de 150% (Mackey & Sisodia, 2013, p. 72).

Os autores e executantes do capitalismo consciente afirmam que a sua diferença está em colocar o lucro como consequência da aplicação dos quatro princípios fundamentais acima referidos, e não como fim a ser perseguido (Brasil, 2017; Mackey & Sisodia, 2013), criticando mesmo um dos argumentos fundamentais de Milton Friedman, a saber: “a única responsabilidade da empresa é para com seus acionistas, [pelo que] os executivos que levam a sério suas responsabilidades de gerar emprego, eliminar a discriminação e conter a poluição [...] estão defendendo o puro socialismo” (*apud* George, 2013, p. 16). Apesar de Mackey (2011) considerar não existir nada de errado na procura de lucro por parte das empresas, este não deve configurar como um propósito inspirador e, se não há inspiração, não pode haver sucesso. A inspiração que leva ao sucesso, e consequentemente ao lucro, deve estar antes na criação de valor que uma empresa gera para as partes interessadas, nomeadamente acionistas, trabalhadores e clientes. Gerar valor para a sociedade e para o meio ambiente, sempre dimensões a considerar

na visão do capitalismo consciente, é algo que é “organicamente relacionado à filosofia e ao modelo de funcionamento de qualquer empresa consciente” (Mackey & Sisodia, 2013, p. 75).

Em contraponto, críticos do capitalismo consciente, como O’Toole e Vogel (2011), argumentam que, apesar de louvável e inovadora em alguns aspetos, a proposta acaba por não ter aplicabilidade num universo largo de empresas e, assim sendo, acaba por “prometer mais do que pode entregar” (O’Toole & Vogel, 2011, p. 73). De entre algumas destas promessas identificadas por estes autores (O’Toole & Vogel, 2011), as quais entendem que não são aplicáveis às diversas empresas, sobretudo as de menor porte económico, estão o tratamento generoso dos trabalhadores, bem como entrega de produtos melhores a grande parte da população, uma vez que, segundo eles, produtos melhores são mais caros e, assim, só são acessíveis a uma camada afluyente de consumidores. Mas não só, existem condições produtivas que geram problemas que ultrapassam em escala e competência aquilo que uma organização pode fazer por si só. Um bom exemplo desta difícil aplicabilidade de consciência em larga escala, está na “dificuldade de se pensar em como uma empresa de carvão poderia abraçar os princípios e práticas de sustentabilidade ambiental (O’Toole & Vogel, 2011, p. 73).

Wang (2013), outro crítico da aplicabilidade do capitalismo consciente em larga escala, entende que os seus proponentes quase que exclusivamente atribuem à elevada consciência o caminho para que as empresas adiram ao movimento capitalista consciente, desprezando assim a dimensão estrutural, isto é, as condições materiais em que os empresários atuam. Para ele, isto não é suficiente, devendo ser levado em consideração outros fatores que fazem com que, ainda que defendido pelos seus proponentes como um modelo de negócio superior e mais lucrativo, o capitalismo consciente ainda seja uma prática rara no mundo real (Wang, 2013). Neste sentido, Wang (2013, p. 103) questiona: “por que apenas um pequeno punhado de companhias escolhem ser empresas capitalistas conscientes?” [...] “porque a vasta maioria de empresas não escolheu seguir este processo?”.

As interpelações de Wang encontram pertinência na hipótese de que a defesa tão veemente do capitalismo por parte de Mackey e Sisodia se explica por estes aceitarem a acumulação capitalista, não tendo interesse em interrompê-la. Apesar de afirmarem diversas vezes que o lucro não é um objetivo a ser perseguido, mas somente um elemento importante na vida dos negócios e das pessoas, os teóricos do capitalismo consciente não colocam em causa os fundamentos e sobretudo as consequências do funcionamento do sistema capitalista, nomeadamente as relacionadas com as desigualdades e a concentração da riqueza, antes sugerindo que os problemas se resolvem através de uma fórmula idealista que tem como alavanca transformadora

a procura do que chamam de “um mundo de compaixão, liberdade e prosperidade” (Mackey & Sisodia, 2013, p. 34). Tal significa que este apelo idealista à boa vontade dos capitalistas descarta os seus interesses materiais que explicam largamente a voracidade do capitalismo decorrente das suas lógicas de acumulação, às quais não podem escapar nem a teoria do capitalismo consciente pode opor-se.

Considerações finais

Face a mais uma crise do capitalismo, sempre social e agora também ecologicamente devastadora, aos críticos que o censuram, procurando outros caminhos que exigem a sua superação, contrapõem-se os que, rejeitando esta, procuram melhores soluções dentro dele. É o caso do chamado capitalismo consciente. Amparados em alguns dos princípios morais expostos por Smith há dois séculos e meio, ainda que pareçam não lhes dar relevância, até mesmo bem conhecê-los, os defensores do capitalismo (dito) consciente propõem que o capitalismo seja o que, no seu entender, deveria ter sido ao longo da sua existência. Colocando-se em contramão dos críticos que questionam o capitalismo, entendem que os problemas que este tem criado, nomeadamente as desigualdades sociais, resultam da aplicação deformada dos princípios fundamentais do capitalismo. Embora se observe que o capitalismo consciente apresenta propostas que colidem com muitos argumentos liberais, sobretudo os elaborados por Friedman e Friedman (1980), as suas críticas ao lucro como o único objetivo da empresa não parecem suficientes para produzir uma distribuição equilibrada de riqueza e a universalização do bem-estar humano, ao evacuarem nomeadamente os interesses objetivos dos capitalistas e o ação do Estado. Daqui decorre que o capitalismo consciente se posiciona como um contributo para mais uma reinvenção do capitalismo, jogando um papel relevante para a superação do que designam simplesmente como “crise de imagem” que atualmente o atinge. E esta crise, que é muito mais do que de imagem, destapa as próprias contradições dos seus defensores, como é o caso de Flávio Rocha acima mencionado, afinal apenas mais um exemplo, a par de muitos outros, como revelam os casos da Volkswagen — responsável por uma fraude na emissão de gases dos seus motores — ou a Amazon — apontada por Mackey e Sisodia como uma empresa capitalista consciente —, justamente censurada por submeter os seus trabalhadores a condições laborais esgotantes e humilhantes nos seus armazéns de distribuição. Diante disto, pode-se concluir que as acusações ao capitalismo, entendidas por Mackey e Sisodia (2013) como injustas, estão devidamente amparadas por factos concretos.

Neste sentido, os argumentos de Mackey e Sisodia exprimem uma retórica sedutora, a bem dizer praticamente vazia de aplicação e consequências, que mais

não faz do que procurar contribuir para manter o consentimento das classes trabalhadoras, sem o qual a sobrevivência dos capitalistas estaria em risco. Se olharmos para a história relativamente curta do neoliberalismo — que pode ser caracterizado como uma teoria de práticas de economia política que entende que o bem-estar será atingido de modo mais amplo por via da designada libertação da ação das forças empresariais e dos talentos individuais (Harvey, 2005, p. 2) — e a retórica em torno do “capitalismo popular e de proprietários”, onde cada trabalhador passaria a ser também um acionista (Harvey, 2005, p. 219), constatamos que Mackey e Siso-dia mais não fazem do que “baralhar e dar de novo” as cartas marcadas de sempre. Quer dizer, manter o fundamental, o necessário ao funcionamento do capitalismo e à subordinação da sociedade aos interesses burgueses, nomeadamente a propriedade das empresas por parte dos capitalistas e uma riqueza distribuída privilegiando os acionistas em detrimento dos trabalhadores.

Dotado de “sete vidas”, permanentemente reinventado para continuar aquilo do qual não pode libertar-se — a obtenção, sob pena de morte, de mais-valias para os detentores do capital —, o capitalismo não desaparecerá por si próprio, nem a história, manifestamente, tem um sentido. Mesmo que a todo o tempo nos defrontemos com o insucesso da luta contra o capitalismo e sua incerta superação, aos teóricos e propostas de “humanização” do capitalismo, como é o caso da sua versão “consciente”, é necessário, em contraponto, pensá-lo e agir fora do seu campo, como bem compreendeu Erich Unger há quase um século:

o ataque contra o “sistema capitalista” é fadado eternamente ao fracasso nos lugares de sua validade [...] para realizar alguma coisa contra o capitalismo é indispensável, antes de tudo, deixar [heraustreten] sua esfera de eficácia [Wirkungsbereich], porque, no interior dela, ele é capaz de absorver toda a ação contrária (apud Löwy, 2014, p. 106).

Foi, pois, guiados por este argumento luminoso do filósofo judeu alemão que fizemos a crítica da versão “consciente” do capitalismo, procurando não ser capturados pelas palavras encantatórias dos que propõem o “novo” para que o velho continue a prosperar.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos revisores do artigo as apreciações e sugestões apresentadas que muito contribuíram para a elaboração de uma crítica aprofundada ao capitalismo, sem perder do horizonte a imaginação de alternativas que o possam superar.

Notas

Por decisão pessoal, os autores escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Hay e Payne (2015) consideram que o capitalismo cívico implica a responsabilização do Estado na regulação do mercado, garantindo aos indivíduos o efetivo acesso aos serviços e bens públicos que, no seu entender, é elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. Daqui decorre colocar o capitalismo ao serviço das pessoas, em lugar de estas estarem coagidas pelas chamadas forças de mercado, especialmente constrangedoras nas versões mais liberais, como a que atualmente domina o sistema mundial capitalista.
- 2 Como foi já mencionado em Ribeiro (2010 e 2017), a naturalização do capitalismo, incluindo o mercado, tem na religião uma força enorme. Desde o teólogo inglês Richard Baxet no século XIX — Polanyi (1983 [1944], p. 186) refere que esse século ainda não tinha passado o seu equador e já o liberalismo económico se havia instituído em cruzada e o *laisse-faire* em fé militante —, muitos procuraram legitimar o capitalismo do ponto de vista religioso. Defendendo que o elemento fundador de um sistema é sempre religioso, alguns paladinos do capitalismo tentam sacralizá-lo. Michael Novak, por exemplo, considera o mercado como a materialização terrena do reino de Deus, na qual a empresa capitalista se assume como a “encarnação da presença de Deus [e a ação dos capitalistas numa] missão divina” (Sung, 1989, p. 121). Algo bem enunciado por Walter Benjamin, quando começa o seu famoso texto com a frase “devemos ver no capitalismo uma religião” (*apud* Löwy, 2014, p. 97). Antes de Benjamin, já Weber (1993 [1922]) tinha analisado o papel da religião, mais em concreto, da ética protestante no desenvolvimento do capitalismo, não como causa, mas como correlação entre esta e as lógicas e regras necessárias ao nascimento e expansão do capitalismo (Silva, 2009, p. 84).

Referências

- Aglietta, M. (2001). El capitalismo en el cambio de siglo: La teoría de la regulación y el desafío del cambio social. *New Left Review*, 7, 16-70.
- Arrighi, G. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Borrego, B. (2018). *Purpose-driven profit: Evaluating the relationship between conscious capitalist efforts and financial performance in purpose-driven organizations*. The University of Texas at Austin. Disponível em https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/65236/borregobentley_Purpose-Driven_Profit_2018.pdf?sequence=2
- Bourdieu, P. (2008 [1993]). Compreender. Em P. Bourdieu (Dir.). *La misère du monde* (pp. 693-732). Petrópolis: Vozes.
- Brasil, M. (2017). *O discurso do réu: O que o capitalismo consciente tem a dizer em sua defesa?*. Curitiba: Voo Pro.

- Chaves, V. F. (2014). A empresa do século XXI: Criando valor compartilhado em tempos de um capitalismo consciente. *Interfaces Científicas*, 2(3), 21-32.
- Donham, D. L. (1999). *History, power, ideology: Central issues in marxism and anthropology*. Berkeley: University of California Press.
- Esping-Anderson, G., & Palier, B. (2009). *Três lições sobre o Estado-providência*. Porto: Campo da Comunicação.
- Friedman, M., & Friedman, R. (1980). *Liberdade para escolher*. Mem Martins: Europa-América.
- Fukuyama, F. (1992). *The end of history and the last man*. Nova Iorque: The Free Press.
- George, B. (2013). Prefácio: O capitalismo de volta aos trilhos. Em J. Mackey, & R. Sisodia (Eds.), *Capitalismo consciente: Como libertar o espírito heroico dos negócios*. São Paulo: HSM Editora.
- Gramsci, A. (1974). *Obras escolhidas* (Vol. I). Lisboa: Estampa.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Hay, C., & Payne, A. (2015). *Civic capitalism*. Cambridge: Cambridge Polity Press.
- Keynes, J. M. (1996 [1936]). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural.
- Long, N. (2001). *Development sociology: Actor perspectives*. Londres: Routledge.
- Lopes, A. S. (1980). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, A. S. (1986). Perspectivas de desenvolvimento (um ponto de vista). Em M. Silva (organização e prefácio), *Portugal contemporâneo: Problemas e perspectivas* (pp. 595-608). Lisboa: Instituto Nacional de Administração.
- Louçã, F., & Caldas, J. C. (2009). *Economia(s)*. Porto: Afrontamento.
- Löwy, M. (2013). Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: A alternativa ecossocialista. *Cadernos CRH*, 26(67), 79-86.
- Löwy, M. (2014). *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo.
- Mackey, J. (2011). What conscious capitalism really is. *California Management Review*, 53(3), 83-91.
- Mackey, J., & Sisodia, R. (2013). *Capitalismo consciente: Como libertar o espírito heroico dos negócios*. São Paulo: HSM Editora.
- Marx, K., & Engels, F. (1968 [1848]). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escriba.
- Marx, K., & Engels, F. (1978). *Sobre o colonialismo* (Vol. II). Lisboa: Estampa.
- Myrdal, G. (1970). *The challenge of world poverty*. Londres: Allen Lane.
- Myrdal, G. (1974 [1957]). *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- O'Toole, J., & Vogel, D. (2011). Two and a half cheers for conscious capitalism. *California Management Review*, 53(3), 60-76.
- Piketty, T. (2013). *Le capital au XXIe siècle*. Paris: Seuil.
- Polanyi, K. (1983 [1944]). *La grand transformation: Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard.

- Reis, J. (1998). O institucionalismo económico: Crónica sobre os saberes da economia. *Notas Económicas*, 11, 130-149.
- Ribeiro, F. B. (2010). *Entre martelos e lâminas: Dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, F. B. (2017). *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Rocha, F. (2013). Prefácio da edição brasileira. Em J. Mackey, & R. Sisodia (Eds.), *Capitalismo consciente: Como libertar o espírito heroico dos negócios*. São Paulo: HSM Editora.
- Schiavo-Campo, S., & Singer, H. W. (1970). *Perspectives of economic development*. Boston: Houghton Mifflin.
- Seers, D. (1969). *The meaning of development*. *IDS Communication*, 44.
- Silva, M. C. (2008). Prefácio à edição portuguesa. Em Gøsta Esping-Anderson, & B. Palier (Eds.), *Três lições sobre o Estado-providência* (pp. 11-24). Porto: Campo da Comunicação.
- Silva, M. C. (2009). *Classes sociais: Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Silva, M. C. (2013). Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal. *Revista Espanhola de Sociologia*, (19), 153-168.
- Silva, M. C., & Cardoso, A. (2005). O local face ao global: Por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento. Em M. C. Silva, A. P. Marques, & R. Cabecinhas (Orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: Perspetivas teóricas e estudos de caso* (pp. 23-79). Braga: Núcleo de estudos em Sociologia/Inovação à Leitura.
- Silva, M. C., & Ribeiro, F. B. (2015). Ciências sociais, ética e bioética: O caso do trabalho sexual. *Revista Brasileira de Sociologia*, 3(5), 178-202.
- Sisodia, R. (2011). Conscious capitalism: A better way to win. *California Management Review*, 53(3), 98-109.
- Smith, A. (1999a [1759]). *A teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fonte.
- Smith, A. (1999b [1776]). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sung, J. M. (1989). *A idolatria do capital e a morte dos pobres: Uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo: Paulinas.
- Viveret, P. (2006). *Reconsiderar a riqueza*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Wallerstein, I. (1998). *O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- Wallerstein, I. (entrevista com) (1999). Um sistema desmorona-se hoje sob os nossos olhos. Em Gérard Vindt (Ed.), *500 anos de capitalismo: A mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates* (pp. 148-153). Lisboa: Temas e Debates.
- Wallerstein, I. (2002). A left politics for an age of transition. *Monthly Review*, (janeiro), 17-23.
- Wang, C. (2013). Conscious capitalism firms: Do they behave as their proponents say?. *California Management Review*, 55(3), 60-87.

Weber, M. (1993 [1922]). *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

Wood, E. M. (2001). *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Data de submissão: 02/05/2019 | **Data de aceitação:** 20/02/2020



MUDANÇAS RECENTES NA ESTRUTURA DE EMPREGO EM PORTUGAL SEGMENTAÇÃO E POLARIZAÇÃO

RECENT CHANGES IN THE EMPLOYMENT STRUCTURE IN PORTUGAL SEGMENTATION AND POLARIZATION

João Dias

Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) & Unidade de Estudos sobre Complexidade e Economia (UECE), Universidade de Lisboa. Rua Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. Email: jdias@iseg.ulisboa.pt

Ilona Kovács

Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão (SOCIUS-ISEG), Universidade de Lisboa. Rua Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. Email: ilona@iseg.ulisboa.pt

Maria da Conceição Cerdeira

Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão (SOCIUS-ISEG), Universidade de Lisboa. Rua Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. Email: mscerdeira@gmail.com

Resumo: Neste artigo analisamos a segmentação do mercado de trabalho português, as tendências de mudança da estrutura do emprego e a sua diferenciação por idade, género, escolaridade e tipo de contrato de 2010 a 2015, subdividido em dois períodos: 2010-13 (período mais recessivo da crise) e 2013-15 (período do início da retoma económica). O texto apoia-se nas teorias da segmentação e da polarização do emprego e, metodologicamente, nos estudos da Eurofound, utilizando microdados dos Quadros de Pessoal.

Concluimos que a segmentação, uma característica marcante do mundo laboral português de longa data, se associou um padrão de polarização negativa (2010-13) e de deterioração (*downgrading*) da estrutura do emprego (2013-15). Assim, na fase da crise, a maior redução ocorreu nos empregos de níveis salariais intermédios. Na fase de retoma, foram os empregos com remuneração mais baixa e baseadas em contratos não permanentes que registaram maior incremento.

Palavras-chave: emprego, polarização, segmentação, Portugal.

Abstract: In this article we analyze the segmentation of the Portuguese labor market, the trends of change in the structure of employment and its differentiation by age, gender, schooling and type of contract from 2010 to 2015, subdivided into two periods: 2010-13 (the most recessionary period of the crisis) and 2013-15 (the beginning of the economic recovery). The paper is based on the theories of segmentation and polarization of employment and, methodologically, on Eurofound studies, using microdata from *Quadros de Pessoal*.

We conclude that segmentation, a long-standing feature of the Portuguese labor market, was associated with a negative polarization pattern (2010-13) and downgrading of the employment structure (2013-15). Thus, during the crisis, the highest reduction occurred in intermediate wage levels jobs. In the recovery phase, lowest-paid jobs, based on non-permanent contracts, recorded the largest increase.

Keywords: employment, polarization, segmentation, Portugal.

Introdução

A quebra da homogeneidade do emprego fordista é uma das tendências mais marcantes das economias desenvolvidas, nas últimas décadas. Uma das manifestações desta quebra é o crescimento de formas flexíveis frequentemente precárias do emprego (trabalho temporário, trabalho com contratos de curta duração, trabalho a tempo parcial, falso trabalho independente, etc.), com forte concentração em determinados segmentos de emprego (jovens, mulheres, imigrantes). À segmentação do mercado de trabalho, tema relativamente bem estudado e sempre atual, associa-se um fenómeno progressivo, mais recentemente percebido, que é a polarização da estrutura do emprego, expresso na redução do peso dos níveis intermédios da grelha de qualificações e de salários.

A polarização do emprego suscitou já um acervo bastante importante de estudos no âmbito da economia do trabalho nos Estados Unidos e na Europa, na última década. Todavia, as causas, a escala, a natureza e a durabilidade deste processo não são consensuais. Acresce que poucos destes estudos exploram as dinâmicas da mudança ocupacional e a sua diferenciação em torno de características socioeconómicas dos trabalhadores tais como a idade, o género, o nível de habilitação escolar ou o tipo de contrato (Tüzemen & Willis, 2013; Yoon & Chung, 2015). Por sua vez, os estudos sociológicos que exploraram a segmentação do mercado de trabalho, nomeadamente a incidência das formas flexíveis e precárias de emprego levando em conta o género (Casaca, 2005, 2012; Maruani, 2003; Rubery, 2007; Rubery & Piasna, 2017) e a idade (Alves, Cantante, Baptista & Carmo, 2011; Golsch, 2003; Kovács, 2014; Kovács & Chagas Lopes, 2012; López Calle & Castillo, 2004; Marques, 2010), não tendem a estabelecer ligação com as tendências de mudança da estrutura ocupacional.

Apoiando-se nos contributos da economia do trabalho e da sociologia do trabalho e do emprego que se consideram complementares, este artigo pretende contribuir para um melhor entendimento das mudanças recentes no emprego, com ênfase na segmentação e na polarização. A redução da segmentação do mercado de trabalho foi uma das prioridades inscritas no Memorando de Entendimento acordado pelo Governo Português com a Troika (Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Europeia (CE)), que conduziu a alterações muito profundas da legislação laboral. Um primeiro objetivo do artigo é avaliar o impacto desta reforma, através da análise das tendências recentes da segmentação do mercado de trabalho. Um segundo objetivo pretende identificar o padrão de evolução da qualidade do emprego, as diferenças entre os ciclos mais agudo da crise e o início da retoma económica, utilizando a diferenciação segundo

a idade, o género, o nível de escolaridade e o tipo de contrato. A sua pertinência prende-se com o fato de Portugal ter sido um dos países mais afetados pela crise (a taxa de desemprego aproximou-se de 17% no 1º trimestre de 2013, a terceira maior taxa na EU, a seguir à Grécia e Espanha) e ter implementado um conjunto de reformas profundas do mercado de trabalho enquadradas pelo Memorando de Entendimento atrás referido.

Cronologicamente analisa-se o período de 2010-2015, dividido em dois sub-períodos: 2010-2013 e 2013-2015. A demarcação do período 2010-15, justifica-se, no que se refere ao seu início (2010), por se tratar do ano imediatamente anterior à fase mais aguda da crise no caso português, para além de evitar a descontinuidade de dados estatísticos com a adoção nesse ano da nova Classificação Portuguesa das Profissões. O último ano do período (2015) resulta de constrangimentos no acesso a microdados mais recentes no momento em que o texto foi elaborado. A divisão dos subperíodos deve-se ao facto de considerarmos 2013 como o ano-charneira de uma fase mais aguda da crise e do início da retoma económica.

O texto compreende para além desta introdução (ponto 1) mais quatro pontos. O ponto 2 é dedicado à revisão das teorias da segmentação do mercado de trabalho e da polarização do emprego. No ponto 3 referem-se alguns fatores suscetíveis de explicar o forte enraizamento da segmentação do mercado de trabalho português e apresentam-se dados sobre a sua evolução recente. O ponto 4 é dedicado aos aspetos metodológicos que apoiaram o estudo empírico dos padrões de mudança da estrutura do emprego e cujos resultados são apresentados no ponto 5. Por último, no ponto 6, apresentam-se algumas notas conclusivas.

Revisão teórica

A divisão ou segmentação do mercado de trabalho tem sido um tema importante de investigação e debate, desde os anos 70. Numa primeira fase, a tónica da literatura foi essencialmente colocada na dualização, ou seja, no aumento das desigualdades em termos de salários e de condições de trabalho entre os dois segmentos do mercado de trabalho: o primário (ou mercado de trabalho interno) e o secundário (ou mercado de trabalho externo). Enquanto o primeiro inclui empregos estáveis, bem pagos, com perspetivas de carreira e boas condições de trabalho, o segundo compreende empregos inseguros, mal pagos, sem perspetivas de carreira e más condições de trabalho, sendo a mobilidade entre os dois sectores reduzida. A dualização foi considerada uma tendência comum aos países industrialmente mais avançados (Berger & Piore, 1980; Doeringer & Piore, 1971; Piore, 1972, 1978).

Desde finais da década de 1980, com as grandes mudanças do contexto socio-económico, de que se destaca a intensificação da concorrência ao nível global, a financeirização da economia e a difusão das tecnologias de informação e comunicação, bem como a expansão de formas flexíveis de emprego, a abordagem dualista passou a considerar outras divisões: empregos *standard versus* empregos atípicos (Kalleberg, 2000, 2011; Rosenberg, 1989, 2007; Rosenberg & Lapidus, 1999), *insiders* (com emprego protegido e negociação salarial) *versus outsiders* (desempregados e trabalhadores com emprego não protegido) (Edwards, 1979; Lindbeck & Snower, 2001; Paugam, 2000), trabalhadores do núcleo duro das empresas (centrais) *versus* trabalhadores periféricos (Atkinson, 1985; Castells, 1998; Harrison, 1994).

Paralelamente, na área da sociologia do trabalho e do emprego, surgiu uma nova abordagem com ênfase na análise da diferenciação de múltiplos segmentos de emprego, portadores de diferentes graus de desigualdades e vulnerabilidades. Nesta perspetiva, a disseminação de práticas de flexibilização no mundo do trabalho, resulta não apenas numa simples divisão dualista entre trabalhadores com empregos *standard* e trabalhadores com empregos flexíveis, mas numa crescente diferenciação das situações de emprego e dos trabalhadores. Quer dizer que trabalhadores da mesma empresa com as mesmas qualificações e competências mesmo dentro da mesma empresa podem ser detentores de contratos, salários e condições de trabalho bem diferentes. Nesta abordagem, entre os fatores de segmentação, são considerados a estrutura económica, as políticas dos empregadores, as estratégias sindicais e as políticas públicas (Barbieri, 2009; Brewster, Mayne & Tregaskis, 1997; Gallie, White, Cheng & Tomlinson, 1998; Kalleberg, 2000, 2011; Kovács, 2005; Paugam, 2000; Rosenberg, 1989, 2007). A análise da precariedade do emprego ganhou particular relevância. A precariedade do emprego não se reduz ao tipo de vínculo contratual, embora este seja uma dimensão importante. Há um conjunto de outras dimensões, tais como, baixos salários e benefícios sociais, trabalho pouco interessante, mal pago e pouco reconhecido, incerteza quanto à continuidade do emprego, falta de oportunidades de aprendizagem/formação e de perspetivas de evolução profissional, falta ou insuficiente proteção legal e institucional, forte vulnerabilidade económica e restrição dos direitos sociais (baseados no emprego estável) (Castells, 1998; Kalleberg, 2011; Kovács, 2005; Kovács & Casaca, 2007; Paugam, 2000; Rueda, 2014).

Nos últimos anos, no âmbito da economia do trabalho, ganhou particular relevância, a investigação sobre a polarização do emprego, interligada com o debate sobre a compreensão e explicação das crescentes desigualdades salariais e sociais nos países desenvolvidos (Acemoglu, 2002; Acemoglu & Autor, 2011; Autor, 2010, 2013; Autor & Dorn, 2013; Autor, Katz & Kearney, 2006; Autor, Levy & Murnane, 2003; Autor, Katz & Krueger, 1998; Goldin & Katz, 1996; Goos & Manning, 2007). A

polarização designa a tendência para o acréscimo relativo dos empregos no topo e na base da hierarquia ocupacional/salarial, em detrimento dos empregos de níveis médios. Esta tendência é explicada pelo impacto diferenciado das tecnologias de informação e comunicação nos diversos tipos de tarefas (Autor, Levy & Murnane, 2003; Goos, Manning & Salomons, 2011). As tarefas rotineiras fortemente concentradas nas ocupações de qualificação/salário de nível médio são suscetíveis à automação, razão pela qual diminui o emprego nesse nível. Já as tarefas não rotineiras não são substituíveis pela automação. As tarefas não rotineiras altamente qualificadas, requerendo competências de resolução de problemas, criatividade, intuição, persuasão, capacidade analítica e de comunicação que caracterizam as ocupações profissionais, técnicas e de gestão, são realizadas por trabalhadores com alto nível de educação, cujo trabalho é positivamente afetado pela evolução tecnológica que complementa as suas capacidades. Por sua vez, as tarefas manuais não rotineiras de baixa qualificação que requerem competências interpessoais, são pouco afetadas pela mudança tecnológica. A procura por este tipo de trabalhadores tende a aumentar em comparação com os do nível médio, levando ao aumento da proporção dos empregos situados na base da hierarquia ocupacional. Foi essa perspectiva, cujo modelo formal foi apresentado por Autor, Levy & Murnane (2003), que se tornou a mais influente fundamentando os estudos que identificaram a polarização do emprego no Reino Unido (Goos & Manning, 2007) e nos EUA (Acemoglu & Autor, 2011; Autor, Katz & Kearney, 2006). A tendência para a polarização, identificada nos Estados Unidos e no Reino Unido a partir dos anos 80, parece ter-se estendido a outros países industrializados a partir dos anos 90. Assim, alguns autores indicam a generalização dessa tendência nas economias avançadas (Goos, Manning & Salomons, 2009; Goos, Salomons & Vandeweyer, 2013). Porém, o tema da polarização está longe de ser consensual, divergindo os autores, com base em estudos empíricos, tanto sobre as suas causas como sobre a sua natureza e dimensão.

Particularmente relevante é a abordagem que põe a ênfase nas políticas públicas e instituições sociais como fatores modeladores do impacto da evolução tecnológica no emprego. Estudos que seguem esta abordagem têm vindo a identificar diversos padrões de mudança da estrutura do emprego: para além da polarização, *upgrading* (melhoria), ou seja, o crescimento relativamente mais elevado do emprego nos níveis médio e superior da hierarquia ocupacional e *downgrading* (degradação) referente ao crescimento relativamente elevado na base. Os resultados desses estudos mostram que os diferentes padrões de mudança da estrutura de emprego identificados estão associados a diferentes modelos institucionais e de regulação do emprego (Fernández-Macías, 2012; Oesch & Menès, 2011). Nesta ótica, a desregulação do mercado trabalho afeta a estrutura do emprego, pelo estímulo ao crescimento do emprego com

baixos salários, facilitando ou intensificando a tendência para a polarização. Pelo contrário, a tendência para a polarização pode ser neutralizada através da dissuasão da expansão dos empregos mal pagos por via do salário mínimo elevado e/ou da legislação protetora do emprego, bem como pela criação de empregos no serviço público (Eurofound, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017; Fernández-Macías, 2012; Oesch, 2013; Oesch & Menès, 2011; Rubery & Piasna, 2017).

Estudos recentes mostram que os padrões de evolução do emprego são sensíveis aos ciclos económicos. A polarização pode acelerar-se em períodos recessivos, como aquele que vivemos com o desencadear da crise financeira de 2008, devido à maior volatilidade dos sectores da indústria transformadora e da construção civil, caracterizados por concentrarem segmentos muito importantes do emprego em ocupações de nível médio (Eurofound, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017; Foote & Ryan, 2012; Mishel, Schmitt & Shierholz, 2013; Wright & Dwyer, 2003).

Relativamente aos Estados Unidos, Autor (2015) e Autor, Dorn e Hanson (2016) assinalam a mudança do padrão da estrutura ocupacional de um padrão polarizado da década de 1990 para um padrão de desqualificação na década de 2000. Esta mudança manifesta-se no relativamente forte crescimento do emprego na base da hierarquia ocupacional e, na desaceleração simultânea do crescimento do emprego nas ocupações intensivas em tarefas abstratas (inferior ao potencial de oferta de trabalhadores altamente qualificados) e uma relativa estagnação do emprego de nível médio. Os autores explicam essa mudança de padrão com fatores económicos, argumentando que a bolha “dot-com” em 2000, o colapso do mercado imobiliário e a crise financeira de 2007-2008, reduziram o investimento em tecnologias de informação e a atividade inovadora em geral que podia aumentar a procura por trabalhadores altamente qualificados. Por sua vez, com entrada da China na Organização Mundial do Comércio, a deslocação de empregos para a China, bem como o aumento acentuado das importações desse mesmo país contribuíram para a redução do emprego nos EUA (Autor, Dorn & Hanson, 2016).

No que se refere à União Europeia, também foram identificadas mudanças no padrão da evolução da estrutura do emprego: de uma tendência de melhoria de 1998-2007 para uma tendência de polarização no período da crise de 2008-2010 e de 2011-2013, passando para uma tendência de melhoria no subperíodo da retoma do crescimento do emprego de 2013-2016 (Eurofound, 2017).

A segmentação e a polarização no caso português

A forte segmentação do mercado de trabalho é considerada como um dos problemas centrais do mercado de trabalho português. É um fenómeno fortemente

enraizado, de longa data, que é transversal à generalidade das atividades económicas (CLBRL, 2007; Dornelas, Ministro, Lopes, Cerdeira, Galego & Sousa, 2006; ILO, 2013, 2016; OECD, 2010, 2014, 2016, 2017; OIT, 2018). Um dos traços mais importantes desta segmentação é a diferenciação entre *insiders* e *outsiders*, baseada na coexistência de vários tipos de contrato, nomeadamente contratos permanentes (por tempo indeterminado) e temporários (a termo certo e incerto, em regime de tarefa e ocasional)¹, com regimes de segurança no emprego e no desemprego muito diferenciados (Centeno & Novo, 2012; Cerdeira, Casaca, Santos, Sampaio & Silva, 1999; CLBRL, 2007; Kovács, 2014; Kovács, Moniz, Cerdeira & Bairrada, 1994; OECD, 2010, 2014, 2017, 2018; OIT, 2018). Em comparação com os permanentes, os temporários enfrentam riscos desproporcionados de mobilidade entre empregos, de desemprego e são mais propensos a ocupar postos de trabalho “periféricos” ou secundários com piores condições de trabalho e menores oportunidades de evoluir na carreira profissional. Como é sublinhado pela CLBRL (2007), os contratos a termo acumulam desvantagens salariais que são constantes ao longo do ciclo de vida e que se agravam na fase final da vida profissional. O dualismo do mercado de trabalho, baseado na diferenciação entre *insiders* e *outsiders*, vai a par com o dualismo do sistema de *welfare* (Dornelas, Ministro, Lopes, Albuquerque, Paixão & Santos, 2011; Valadas, 2017).

O sistema dual contribui para que Portugal se tenha vindo a posicionar entre as economias europeias com um dos graus mais elevados de desigualdade e com uma proporção mais elevada de empregos comumente designados de “atípicos” (Centeno & Novo, 2012).

A dualização do mercado trabalho é consequência de um conjunto amplo de fatores. Entre estes, importa referir as insuficiências da negociação coletiva no que se refere ao papel que poderia desempenhar na promoção da flexibilidade interna das empresas (polivalência e adaptabilidade do tempo de trabalho) e no melhor ajustamento dos recursos humanos às exigências de adaptação das empresas à mudança do contexto económico (Cerdeira, 2004); as fracas políticas ativas de emprego, com expressão no baixo nível de afetação de recursos nacionais quando comparado com a média dos países comunitários (Dornelas, Ministro, Lopes, Albuquerque, Paixão & Santos, 2011); a insuficiência de ações inspetivas pelas instituições que tutelam o trabalho e o elevado peso de pequenas e médias empresas na composição do tecido empresarial português. Estes fatores conjugam-se com as reformas parciais da legislação do trabalho feitas ao longo dos anos, que se caracterizam por promover a flexibilidade externa das empresas através da criação de “incentivos” à contratação não permanente, ao mesmo tempo que deixavam imutável a segurança dos contratos permanentes. Assim, os contratos a termo que começaram por funcionar como uma base de experimentação, ou seja, como uma espécie de “pré-recrutamento” de

trabalhadores efetivos, tornaram-se numa forma de ajustamento dos recursos humanos nas empresas (Kovács, 2005).

A liberalização dos contratos a prazo tem uma longa história que não cabe aqui desenvolver². O seu início data de 1976 (Decreto-Lei 781/1976), mas a sua grande difusão tem como marcos históricos a publicação do Decreto-Lei 64-A/89 e o Código de Trabalho de 2003 (Lei 99/2003). Concretamente, o último, veio a permitir que os contratos a termo até então com uma duração máxima de 36 meses, no limite de duas renovações, passassem a ter uma renovação por três vezes e até a um limite de seis anos. Além disso, foram introduzidos critérios cumulativos dificultando a identificação de situações de assalariamento. O Código de 2009 (Lei 7/2009)³, que seguiu uma política diferente em matéria de flexibilidade, voltou a estabelecer limites de três anos, regra também alargada aos contratos com agências de trabalho temporário e contratos de prestação de serviços celebrados com a mesma finalidade entre o trabalhador e a mesma empresa ou grupo de empresas; a relação contratual de assalariamento passou apenas a requerer um único critério; as regras processuais referentes ao despedimento individual foram simplificadas. Com esta reforma, o rigor da LPE (legislação protetora do emprego, medida numa escala de 1 a 5), dos contratos permanentes, cuja avaliação a OECD posicionava entre as mais elevadas dos países que dela fazem parte, sofreu uma ligeira descida (de 4,42 para 4,13), mas ficando longe de corresponder à pressão das instituições internacionais (OECD, FMI e CE) de aproximação dos dois regimes de emprego (temporário e permanente).

Como evidencia a tabela 1, o declínio do indicador da LPE dos contratos permanentes, numa tendência de aproximação à média dos países da OECD, só veio a ocorrer com a reforma legislativa impulsionada pela austeridade nos anos de 2011, 2012 (Lei 23/2012)⁴ e 2013. Esta reforma, considerada pela Troika de alta prioridade e cuja implementação monitorizou, abarcou vertentes muito diversificadas das instituições e das políticas do mercado de trabalho, incluindo: suspensão do contrato de trabalho por motivos económicos; agilização do despedimento individual⁵; descentralização da negociação coletiva do setor para a empresa; condicionamento à emissão de portarias de extensão; incentivo à utilização de horários de trabalho flexíveis; redução dos montantes devidos pelo trabalho extraordinário; redução dos benefícios de desemprego e do valor da indemnização a pagar pela entidade patronal nas situações de despedimento⁶.

Contudo, se teoricamente as reformas impulsionadas pela Troika deveriam ter promovido a redução da segmentação do mercado de trabalho, já que foi um dos seus objetivos orientadores, os dados da tabela 2 não indicam qualquer evolução nesse sentido.

Tabela 1 Grau de rigidez da legislação protetora do emprego (LPE): Portugal e média não ponderada dos 34 países membros da OECD em 2013 (1990-2013)

Tipo de contrato		1990	2004	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Contrato permanente	Portugal	4,83	4,42	4,42	4,42	4,13	4,13	3,56	3,18
	OECD			2,17	2,16	2,15	2,12	2,08	2,04
Contrato não permanente	Portugal	3,38	2,56	1,94	1,94	1,94	1,94	1,94	1,81
	OECD			1,75	1,75	1,76	1,74	1,74	1,72

Fonte: Base de dados da Proteção ao Emprego da OECD, Versão 1 (1985-2013), https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=EPL_T

A percentagem de trabalhadores temporários em 2017 (22,0%) é não apenas praticamente a mesma de 10 anos antes (22,3%), como não se reduziu a sua desproporcionalidade no confronto com a média da UE28. A diferença é cerca de oito pontos percentuais para todos os grupos sociais, com exceção dos mais jovens (15-24 anos). Este grupo, sendo o mais penalizado por contratos a prazo tanto em Portugal como na UE28, regista no nosso país um acréscimo muito maior: 12,8 pontos percentuais contra 3 pontos percentuais na UE28. Assim, se os mais jovens são em toda a UE28 os mais afetados por contratos temporários, o seu grau de afetação é muito maior no mundo laboral português. Portugal distingue-se ainda da UE28 no que diz respeito à detenção de contratos a prazo involuntários. A diferença supera os 30 pontos percentuais, com ligeiro agravamento em 2017, relativamente a 2007.

A segmentação do mercado de trabalho tem também expressão na importante fatia de trabalhadores que ao longo dos anos foi tipificado como a categoria dos trabalhadores independentes sem assalariados e que os dados do Eurostat situam em 14% em 2007 e 9% em 2017 para o grupo etário dos 15-64 anos. Se nestes valores podem ser encontrados trabalhadores que deliberadamente optam por serem independentes, a sua maioria corresponde a falsos independentes que são forçados a aceitar essa situação por falta de alternativas de emprego.

Concluindo, as reformas levadas a cabo durante a austeridade porque incidentes sobretudo sobre o enfraquecimento da segurança no emprego e da proteção no desemprego dos trabalhadores permanentes, sem contrapartidas suficientes em políticas de ativação e de incentivos à negociação salarial, promoveram a liberalização da regulação das relações de emprego, sem diminuição da segmentação do mercado de trabalho (Cardoso & Branco, 2018; Cerdeira, Kovács & Dias, 2015; Clauwaert & Schömann, 2013; OIT, 2018).

Um tema não consensual é se para além de segmentado o mercado de trabalho regista uma mudança estrutural de polarização. Numa análise do período de

Tabela 2 Trabalho temporário e trabalho temporário involuntário em Portugal e na UE28, 2007-2017

		Trabalho temporário em percentagem do emprego		Trabalho temporário involuntário em percentagem do trabalho temporário	
		2007	2017	2007	2017
H-M (15-64 anos)	UE28	14,5	14,3	51,8	54,0
	PT	22,3	22,0	81,7	82,4
Homens (15-64 anos)	UE28	13,7	14,0	51,2	53,2
	PT	21,6	22,3	81,4	81,7
Mulheres (15-64 anos)	UE28	15,3	14,8	52,4	54,7
	PT	23,0	21,7	82,0	83,0
H-M (25-64 anos)	UE28	10,9	11,3	61,5	62,9
	PT	18,7	18,7	84,7	86,1
H-M (15-24 anos)	UE28	41,0	44,0	32,1	31,7
	PT	53,1	65,9	72,5	68,3

Fonte: Eurostat (LFS).

1986-2007, tendo por base os Quadros de Pessoal, Fonseca, Lima & Pereira (2015), sugerem que Portugal tem vindo a registar uma trajetória de polarização do emprego derivada da evolução tecnológica de modo semelhante à dos Estados Unidos. Por seu lado, Centeno e Novo (2014) numa análise centrada nas desigualdades salariais em Portugal, num período de tempo próximo (1984-2009), também suportada nos Quadros de Pessoal, defendem ter havido uma mudança no padrão do crescimento do emprego. O padrão *upgrading* (melhoria da estrutura de qualificações) prevaemente no subperíodo 1984-1994 deu lugar ao padrão de crescimento polarizado no subperíodo de 1996-2009.

Estudos comparativos internacionais incidindo sobre os mesmos períodos, com suporte empírico diferente (Eurostat), sugerem evoluções muito diferenciadas. Por exemplo, Goos, Manning & Salomons (2009), ao comparar a evolução do emprego em 16 países europeus de 1993-2006, refere que Portugal registou, nesse período, uma tendência de *downgrading* (maior crescimento relativo dos quintis inferiores), sendo uma exceção na tendência para a polarização da estrutura ocupacional que constatou nos restantes países analisados. Todavia, na análise relativa ao período de 1993-2010, a tendência para a polarização é verificada em Portugal tal como nos restantes 14 países europeus estudados (Irlanda, Bélgica, Espanha, Reino Unido, Grécia, Itália, Áustria, Dinamarca, Suécia, França, Noruega, Holanda e Alemanha). Fernández-Macías (2012), por sua vez, relativamente ao período 1995-2007, sublinha que Portugal apresenta uma tendência contrária à polarização, que é a *middle-upgrading*, ou seja, o maior crescimento relativo nos quintis intermédios.

No que se refere aos anos mais recentes, não se conhecem estudos de autores nacionais. Todavia, a Eurofound (2017), nos estudos transnacionais que tem vindo a promover, sugere que Portugal teria registado uma tendência para a polarização no subperíodo de 2011-2013, seguida de uma tendência de melhoria da estrutura de emprego no período pós-crise 2013-2015.

Aspetos metodológicos

A análise da polarização do emprego exige fazer várias opções metodológicas relacionadas com as fontes de informação que deverão ser utilizadas, com o tipo de agrupamento das ocupações por níveis e com os critérios que suportam a classificação e a hierarquização dos empregos. Os resultados tenderão a ser condicionados por tais opções (Eurofound, 2015; Kovács & Cerdeira, 2018).

O presente estudo segue a metodologia utilizada por Fernández-Macías (2012) e pelos vários estudos da responsabilidade da Eurofound (2013, 2014, 2015, 2016, 2017), adotando uma abordagem centrada nos empregos. Esta abordagem entende o emprego como a unidade de análise, que é definido como uma ocupação (ou posto de trabalho) num determinado sector, considerando que os dois conceitos — ocupação e sector — correspondem a duas dimensões fundamentais da divisão do trabalho. Dizendo respeito à divisão do trabalho dentro das organizações, a primeira, espelha a hierarquização aí existente dos papéis profissionais; a segunda, relativa ao sector, espelha a distribuição horizontal das atividades económicas entre as organizações produtoras de bens e serviços (Eurofound, 2015, p. 8).

Assim, usando a CPP (Classificação Portuguesa de Profissões, edição 2010, com desagregação a 2 dígitos) e a CPAE (Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, revisão 3, 2008, desagregação a 2 dígitos), os empregos foram ordenados de acordo com o ganho médio mensal⁷ e organizados em quintis, a fim de permitir a comparação com os estudos da Eurofound. Cada quintil representa 20% dos trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo. No quintil 1 situam-se os trabalhadores pior remunerados e no quintil 5 os trabalhadores com remunerações mais elevadas⁸. A informação estatística utilizada reporta-se a microdados a que foi possível aceder do anexo A (Quadro de Pessoal, contendo cerca de 3 milhões de observações) do Relatório Único, com obrigatoriedade de entrega anual por parte dos empregadores abrangidos pelo Código do Trabalho e pela legislação dele decorrente. Ficam excluídos dessa obrigação os serviços e órgãos que apenas tenham trabalhadores abrangidos pelo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, pelo que o universo analisado não cobre naturalmente os últimos. A vantagem da utilização desta fonte estatística reside no facto de abranger todo o universo dos

trabalhadores por conta de outrem do setor privado. Naturalmente que a sua limitação se prende com o facto de não abranger os trabalhadores da Função Pública, mas apenas aqueles que têm contrato individual de trabalho.

Os dados analisados dizem respeito aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo. A subdivisão do período 2010-15 em dois: 2010-13 e 2013-15, deve-se ao facto do primeiro encerrar o período da maior contração do emprego e recessão económica; o segundo corresponde ao início de alguma estabilização e da retoma do emprego e do crescimento do PIB real, atendendo a que é a partir de meados de 2013 que se faz a inflexão da taxa do desemprego e do crescimento do PIB.

Apresentação e discussão dos resultados

A perda de cerca de 218 mil empregos líquidos, a tempo completo, que ocorreu entre 2010-2013, não se repartiu de uma forma equitativa pelos diferentes quintis de rendimento. Como evidencia a figura 1, os mais penalizados foram os trabalhadores de nível intermédio da estrutura de qualificações e salários, com elevadas perdas de emprego que, nos casos do segundo e terceiro quintis, mais que duplicaram relativamente aos trabalhadores com remunerações mais baixas e mais altas. Assim, no que concerne à pior fase do desempenho da economia portuguesa (2010-2013), os nossos resultados vão ao encontro do estudo da Eurofound (2017), indicando, relativamente ao nosso país, uma tendência de polarização negativa, ou seja, polarização num contexto de redução geral de emprego. Tendo presente que Centeno e Novo (2014) e Fonseca, Lima e Pereira (2015) diagnosticaram uma tendência de polarização que remonta aos anos noventa, o caso português parece confirmar a literatura que sustenta que a crise aprofundou a tendência anterior para a polarização do emprego (Foote & Ryan, 2012; Goos, Salomons & Vandeweyer, 2013; Jaimovich & Siu, 2013).

No que concerne ao segundo subperíodo de início da retoma económica (2013-2015), registou-se um acréscimo de cerca de 140 mil trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, tendo passado de cerca de 2 milhões e 212 mil para aproximadamente 2 milhões e 350 mil. Todos os quintis registam acréscimo de emprego, no entanto, o maior acréscimo ocorre no primeiro quintil, isto é, em ocupações com remunerações mais baixas. O crescimento deste quintil superou, em quase três pontos percentuais, o segundo e terceiro quintis, e quase 6 pontos percentuais o quintil das remunerações de topo, indicando um padrão de deterioração do emprego (*downgrading*) que é bem diferente do padrão de melhoria (*upgrading*) identificado pela Eurofound (2016, 2017).

A análise da evolução dos quintis ao longo de todo o período (2010-2015) revela que o primeiro é o único a registar uma ligeira evolução positiva, o que

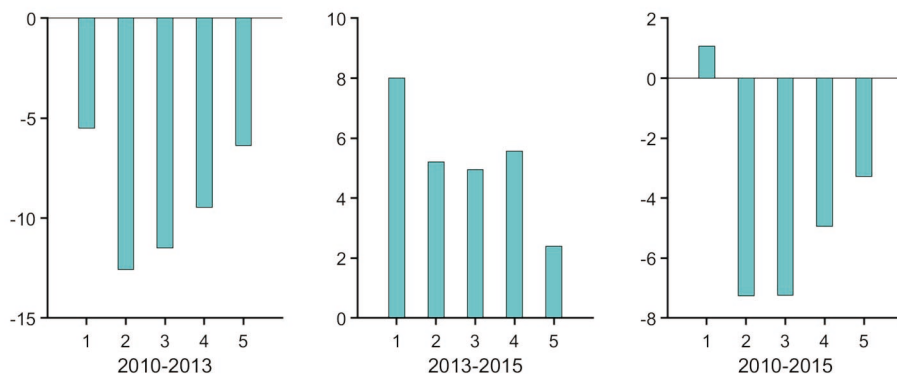


Figura 1 Evolução dos quintis: Total dos assalariados (2010-20015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

significa que o número de assalariados atingiu e ultrapassou o detido em 2010. Os valores dos restantes quintis ficam aquém dos detidos nesse mesmo ano, registando o segundo e terceiro quintis quebras na ordem de 7 pontos percentuais e o quarto e quintis à volta de 5 e 3 pontos percentuais, respetivamente. Por conseguinte, a evolução dos quintis indica uma tendência para a polarização, ainda que com comportamento diferenciado nos subperíodos analisados.

No que concerne à evolução do emprego por quintis segundo o género, faz-se notar a divisão mais equilibrada do emprego em 2015 (feminino: 47%; masculino: 53%), com redução de 3 pontos percentuais da assimetria existente em 2010 (44% contra 56%). Esta redução relaciona-se com a forte concentração do emprego masculino nas atividades económicas mais afetadas pela crise (indústrias transformadoras e construção civil) e com a reconfiguração setorial do emprego que associou a retoma do emprego, expressa na aceleração da terceirização da economia⁹. Com efeito, dos 218 mil empregos líquidos perdidos de 2010-2013, 75% foram empregos masculinos; na fase posterior da retoma do emprego (2013-2015), a criação do emprego foi mais uniformemente partilhada por ambos os sexos, ainda que, mesmo assim, o contributo do sexo feminino seja superior em 6 pontos percentuais (53% dos 137 mil empregos líquidos criados).

Durante o período da contração do emprego (2010-13), os homens registam perda de emprego em todos os quintis, com particular relevância no primeiro (cerca de 17%, que é aproximadamente o dobro da perda do quintil com ganhos mais elevados), o qual vem a crescer mais na fase da recuperação (figura 2). Já a mudança do perfil do emprego feminino é mais heterógena (figura 3), registando maiores descidas o primeiro e o terceiro quintis na fase de recuo do

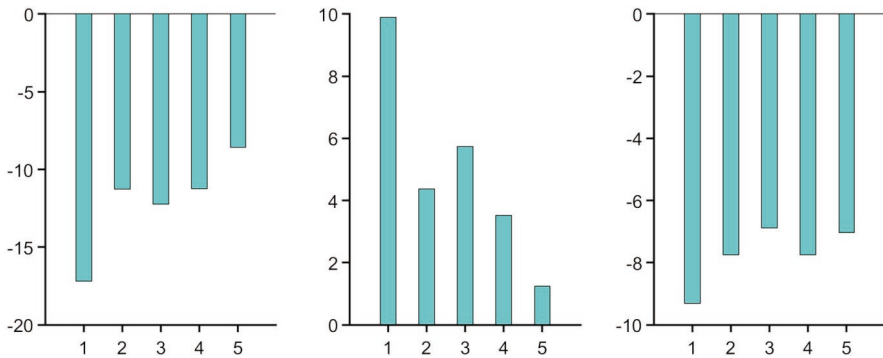


Figura 2 Evolução dos quintis: Homens (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

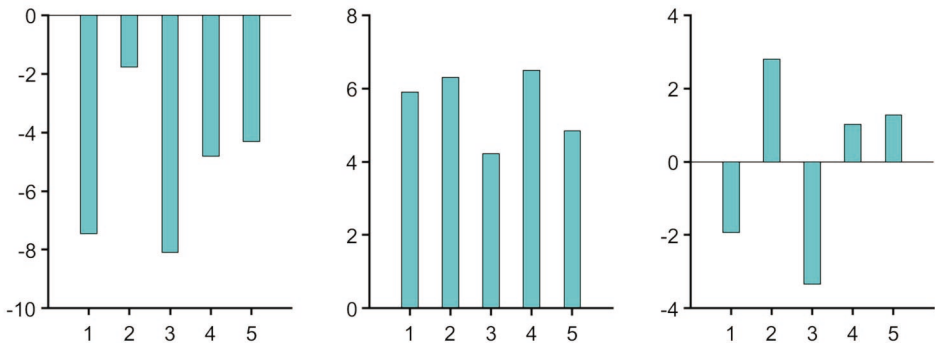


Figura 3 Evolução dos quintis: Mulheres (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

emprego e um crescimento relativamente uniforme de todos os quintis na fase da retoma (2013- 2015).

Em termos de evolução de todo o período (2010-2015), sublinha-se a melhor performance da evolução do emprego das mulheres, expressa na subida do segundo, quarto e quinto quintis e descida do primeiro (*upgrading*), bem diferente da evolução do emprego registada marcada pela descida de todos os quintis.

No que concerne ao perfil de mudança do emprego levando em conta os níveis de escolaridade, a análise dos figuras 4, 5 e 6 mostra que se registou uma tendência para a desqualificação (*downgrading*) geral nos períodos analisados,

independentemente do nível de escolaridade dos trabalhadores, ainda que numa proporção um pouco diferente. O recuo do número de trabalhadores melhor remunerados (último quintil) na primeira fase (2010-13) é transversal a todos os níveis de escolaridade; na fase da retoma do emprego (2013-15), os assalariados com baixa escolaridade (figura 4) continuam a registar quebra no terceiro e quinto quintis. Os quintis dos assalariados com nível escolar superior ao básico (figuras 5 e 6) evoluem positivamente, com exceção do quinto quintil dos detentores do secundário que recua ligeiramente, mas com grande destaque para o crescimento do primeiro quintil.

A análise da evolução dos quintis faz então sobressair que, se a crise fez recuar os empregos com maiores ganhos, a retoma faz-se sobretudo no quintil com mais baixos salários, mesmo relativamente àqueles que detêm níveis de escolaridade elevados (figura 6). Assim, de 2010 a 2015, o primeiro quintil é o que regista quebra menos acentuada no caso da escolaridade básica e também o maior acréscimo nos restantes níveis de escolaridade. Observa-se, ainda, que, em geral, os trabalhadores com menor escolaridade foram os mais afetados pela crise e que impacto desta foi muito inferior, ou mesmo inexistente (exceto para o último quintil) para os trabalhadores com nível de escolaridade mais elevada. Esta evolução mostra que foram os trabalhadores com elevadas qualificações os que conseguiram mais empregos, mas com maior evidência para os quintis de mais baixas remunerações dentro desse grupo de escolaridade (figura 6).

Cerca de 195 mil dos 217 mil empregos perdidos de 2010 para 2013 dizem respeito a trabalhadores com idades inferiores aos 35 anos (89,4%). No seguinte subperíodo (2013-2015), este grupo de trabalhadores regista apenas um incremento de aproximadamente 10 mil (7,5%) dos cerca de 136 mil empregos líquidos criados, o que claramente espelha a clivagem existente na sociedade portuguesa entre os que ingressaram no mercado de trabalho há mais tempo e os que chegaram mais recentemente.

Como pode ser observado nas figuras 7 e 8, de 2010-2013, o grupo mais jovem (figura 7) regride em todos os quintis (entre aproximadamente 17% e 24%), sendo o declínio um pouco menor no quintil com remunerações mais baixas; no subperíodo posterior, continua a redução do emprego em todos os quintis, com exceção do primeiro, único a registar incremento do emprego (7%). No caso dos trabalhadores mais velhos (figura 8), há recuo do emprego nos primeiros quatro quintis e crescimento no quintil mais bem remunerado de 2010-2013, mas no segundo subperíodo (2013-2015), há acréscimo de postos de trabalho em todos os quintis, com maior ênfase nos quintis do meio (*middle-upgrading*).

Assim, de 2010 a 2015, a evolução dos quintis evidencia alguma deterioração (*downgrading*) do emprego até aos 35 anos e uma melhoria (*upgrading*) do emprego

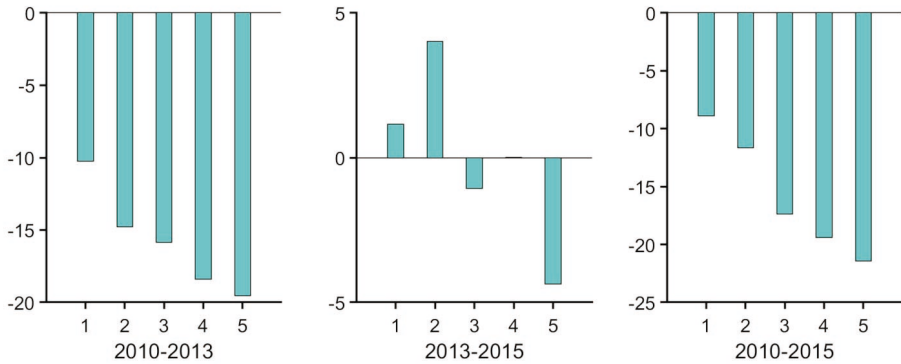


Figura 4 Evolução dos quintis: Assalariados com nível básico de escolaridade (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

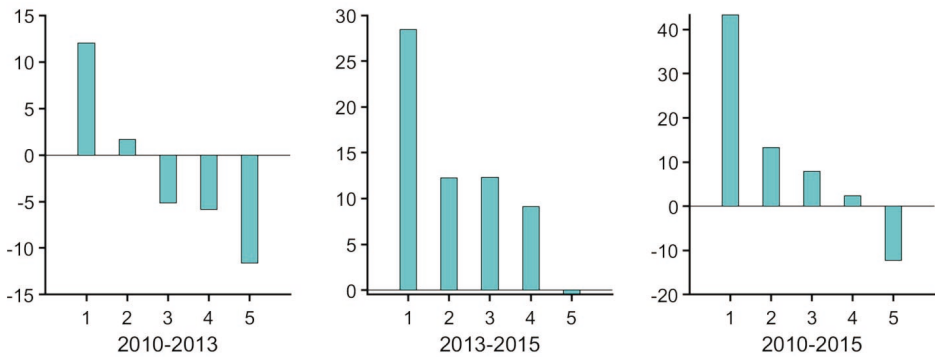


Figura 5 Evolução dos quintis: Assalariados com nível secundário de escolaridade (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

do segundo escalão etário, dando sustentação às teses das vantagens e desvantagens ligadas ao emprego permanente *versus* emprego precário.

Ainda que a maioria dos trabalhadores portugueses detenha um contrato permanente¹⁰, a percentagem de trabalhadores com contratos de trabalho atípicos sofreu um incremento de 5,7 pontos percentuais de 2010 para 2015. As figuras 9 e 10, onde se apresenta o perfil de mudança do emprego por quintil para os trabalhadores com contrato permanente e a prazo, sugerem que o declínio do emprego com maior segurança e com maiores possibilidades de evolução profissional e salarial se refletiu negativamente na evolução da estrutura do emprego. Assim, no que

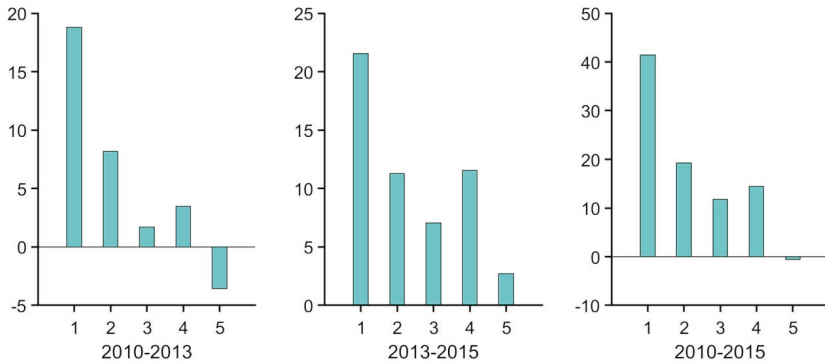


Figura 6 Evolução dos quintis: Assalariados com nível superior de escolaridade (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

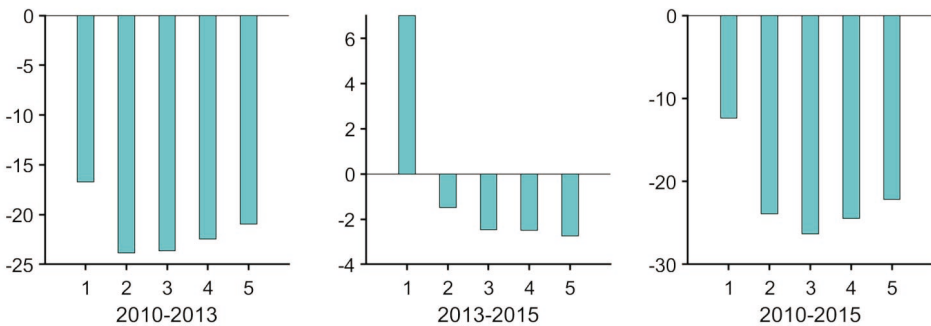


Figura 7 Evolução dos quintis: Assalariados com idade inferior a 35 anos (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

respeita aos contratos permanentes (figura 9), regista-se um declínio do emprego em todos os quintis, com peso ligeiramente superior nos quintis do meio (segundo e terceiro quintis) de 2010 a 2013. Na fase seguinte (2013-2015), quatro quintis registam incremento do emprego, mais significativo no primeiro, e recuo do emprego no segundo quintil. No período 2010-2015, os trabalhadores permanentes registam um perfil de mudança que se caracteriza pela polarização negativa, já que todos os quintis são afetados pelo declínio do emprego, com maior significado nos quintis médio (terceiro) e médio-baixo (segundo). No que concerne aos contratos a prazo (figura 10), há incremento das ocupações mais mal pagas e decréscimo das mais

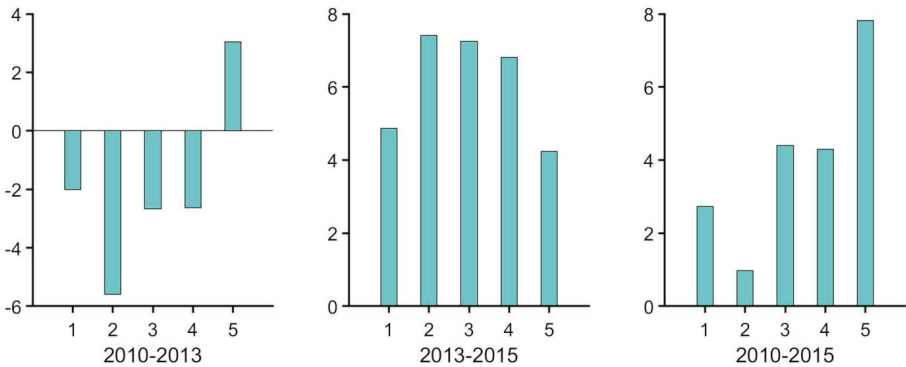


Figura 8 Evolução dos quintis: Assalariados com idade dos 35 aos 55 anos (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

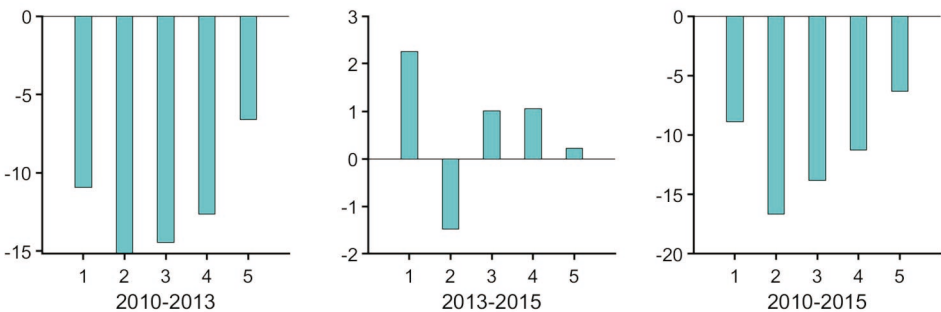


Figura 9 Evolução dos quintis: Contratados sem termo (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

bem remuneradas no período do pico da crise, mas há acréscimo do emprego em todos os quintis no período subsequente e também no conjunto de 2010-2015. De 2010 para 2015, regista-se um perfil de mudança de *downgrading* da segurança do emprego, quando comparamos a evolução observada nos contratos sem termo (permanentes) com a dos contratos com termo (não permanentes): redução do emprego em todos os quintis, no primeiro caso, contrastando com o aumento do emprego também em todos os quintis no segundo caso.

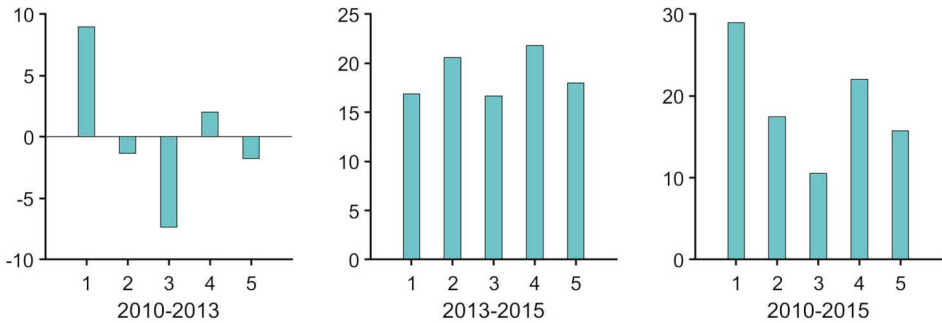


Figura 10 Evolução dos quintis: Contratados a termo certo (2010-2015)

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSS (cálculos dos autores).

Notas conclusivas

A forte segmentação do mercado de trabalho baseada na coexistência de dois tipos de vínculos contratuais (permanentes e não permanentes), o alto grau de desigualdade, bem como a elevada proporção do emprego atípico são características de longa data do mercado de trabalho em Portugal. Essas características persistem, apesar da promoção da reforma laboral no âmbito do Programa de Ajustamento com o objetivo prioritário de reduzir a segmentação do mercado de trabalho.

O acréscimo do número de trabalhadores por conta de outrem na fase de retoma do emprego (2015) não foi suficiente para que este atinja os níveis do ano que precedeu o programa de apoio financeiro da Troika (2010). O decréscimo do emprego durante o período mais grave da crise (2010-2013), com grande incidência nos trabalhadores masculinos do setor secundário e a retoma do emprego no período 2013-2015 operaram uma recomposição do emprego, caracterizada pelo recuo do emprego masculino no setor secundário, em contrapartida do incremento do peso dos serviços e do emprego feminino. Estas mudanças surgem associadas à polarização negativa do emprego na primeira fase da crise, manifesta na maior redução relativa do emprego nos quintis médios, que é seguida, na fase da retoma do crescimento do emprego, por um padrão de desqualificação (*downgrading*), expresso no maior crescimento do emprego mal remunerado em comparação com os níveis médio e superior da hierarquia ocupacional. Assim, os nossos resultados confirmam a tendência para a polarização identificada pela Eurofound (2016, 2017) no que concerne ao pior período da crise (2010-2013), mas vão no sentido oposto no que se refere ao período da retoma do emprego (2013-2015). Como se referiu, enquanto os estudos da Eurofound, para esse período

apontam para uma tendência de melhoria (*upgrading*) da estrutura do emprego, os nossos resultados apontam no sentido inverso (desqualificação). Todavia, a diferença das fontes estatísticas utilizadas pode ter influência na diferença dos resultados. Como foi referido relativamente aos aspetos metodológicos, os dados dos Quadros de Pessoal não incluem os trabalhadores da Função Pública e, por conseguinte, as conclusões devem ser entendidas tomando em consideração essa limitação.

Os nossos resultados também confirmam a literatura que sustenta que a crise aprofunda a tendência anterior para a polarização do emprego (Foote & Ryan, 2012; Goos, Salomons & Vandeweyer, 2013; Jaimovich & Siu, 2013).

Os resultados obtidos sugerem que há diferenciação dos padrões de evolução do emprego segundo idade, género, escolaridade e tipo de contrato. A evolução do emprego afetou negativamente sobretudo os homens, os jovens com menos 35 anos, os menos escolarizados e os trabalhadores com contratos permanentes pela redução relativamente mais elevada do emprego em todos os quintis na fase da crise e no aumento mais elevado do emprego no primeiro quintil na fase da retoma. A evolução do emprego trouxe algumas melhorias para as mulheres e para o grupo etário de 35-55 anos, manifesta na relativamente menor redução do emprego nos diversos níveis na fase da crise e no maior aumento relativo de emprego inserido no padrão (*upgrading*) no caso das mulheres e crescimento relativo mais elevado de emprego nos quintis médios (*middle upgrading*) para o grupo etário de 35-55 anos. Apesar de os jovens com nível de escolaridade superior terem sido menos afetados pela crise no que se refere à redução do emprego, na fase da retoma o crescimento do emprego com baixo salário é relativamente maior inserindo-se no padrão de degradação (*downgrading*). É de notar que a evolução do emprego dos contratados a termo tende a mudar. Enquanto na fase da crise, o crescimento concentrou-se no primeiro quintil inserido num padrão de *downgrading*, na fase da retoma, verifica-se um aumento não muito diferenciado em todos os quintis.

Os dados apresentados sugerem que durante a crise e nos anos imediatos à crise, foi basicamente adotado uma estratégia de *low road* (via baixa), ou seja, melhorar a competitividade através de baixos custos salariais e mercado de trabalho liberalizado. Porém, a redução da segmentação e das desigualdades no mercado trabalho requer uma orientação de *high road* (via alta) nas políticas articuladas de emprego, de desenvolvimento/ inovação e de educação/ formação e na regulação de mercado de trabalho capazes de promover a mudança da estrutura do emprego no sentido do padrão de *upgrading*.

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Os contratos temporários incluem: 1) contrato de trabalho a termo resolutivo, definido como um contrato de trabalho genérico, com uma data de cessação determinada em termos precisos (na forma de dia, mês e ano em que fica definida a cessação do contrato de trabalho, caso o contrato não seja renovado); 2) o contrato de trabalho no âmbito de uma empresa de trabalho temporário, definido como a contratualização de trabalhadores através de um contrato nos termos do qual o empregador (ou seja, a empresa), no âmbito da estrutura da sua atividade ou prática profissional, coloca o trabalhador à disposição de um terceiro (ou seja, a empresa utilizadora) para executar um trabalho (ou seja, a afetação) sob a supervisão e direção dessa empresa utilizadora, em virtude de um contrato de prestação de serviços entre a empresa utilizadora e a empresa de trabalho temporário.
- 2 Sobre a liberalização dos contratos temporários e dos incentivos criados ao longo dos anos para a sua utilização ver: OIT (2018, capítulo 3).
- 3 A revisão deste Código teve como sustentação o Acordo Tripartido para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais das Políticas de Emprego, subscrito para além do governo, por todas as confederações patronais e, do lado sindical, apenas pela UGT.
- 4 A reforma foi antecedida pelo designado Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, apenas assinado do lado sindical pela UGT.
- 5 O despedimento individual por motivos económicos deixou de obedecer a uma ordem de antiguidade predefinida, ao mesmo tempo que passaram a ser possíveis os despedimentos por inadaptação ao posto de trabalho.
- 6 Uma análise detalhada das reformas do mercado de trabalho e da data da sua implementação pode ser encontrada em OECD (2017, pp. 127-155).
- 7 Os critérios mais comuns utilizados nos estudos para medir a qualidade dos empregos (*job*) e para os hierarquizar são os níveis escolares detidos pelas pessoas que ocupam os empregos e a mediana (ou média) do salário por hora de trabalho. Porém, a maior parte dos estudos adota o salário como critério, considerado que este é o atributo externo que melhor define a qualidade do trabalho (Wright e Dwyer (2003), ou considerando que os conceitos de salários, habilidades ou qualidade do trabalho, para fins práticos, são quase intercambiáveis, o que significa que o ranking de empregos por qualquer um deles conduz a resultados muito semelhantes (Eurofound, 2014; Fernández-Macías, 2012). No presente estudo também se optou pelo salário como critério de hierarquização dos empregos.
- 8 Para um maior desenvolvimento da metodologia ver, por exemplo, Eurofound (2016, pp. 7-9).
- 9 As indústrias transformadoras e a construção civil sofreram uma perda líquida de aproximadamente 127 mil trabalhadores, contra cerca de 94 mil nos serviços de 2010

para 2013; de 2013-2015, enquanto o acréscimo líquido do número de trabalhadores por conta de outrem foi no setor dos serviços de cerca de 100 mil, no secundário foi apenas de 33 mil. Esta recomposição setorial do emprego é o principal fator explicativo da polarização registada na primeira fase (2010-13), na medida em que eram preponderantes os empregos de nível médio e médio baixo de qualificação/salário na construção civil e nas indústrias transformadoras.

- 10 A representação dos trabalhadores com contrato permanente, a tempo completo, evoluiu de 77,8% em 2010 para 72,1% em 2015.

Agradecimentos

Agradece-se ao GEP-MTSS o acesso aos dados dos Quadros de Pessoal, não lhes cabendo qualquer responsabilidade no tratamento por nós efetuado.

Agradece-se também o apoio financeiro concedido pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal) no âmbito do Projeto Estratégico UID / SOC / 04521/2013 (SOCIUS) e PEst-OE / EGE / UI0436 / 2014 (UECE).

Referências

- Acemoglu, D. (2002). Technical change, inequality and the labour market. *Journal of Economic Literature*, 40(1), 7-72.
- Acemoglu, D., & Autor, D. H. (2011). Skills, tasks and technologies: Implications for employment and earnings. Em O. Ashenfelter, & Card, D. (Eds.), *Handbook of labor economics* (Vol. 4B) (pp. 1043-1171). Holanda: North Holland.
- Alves, N. A., Cantante, F., Baptista, I., & Carmo, R. M. (2011). *Jovens em transições precárias: Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Atkinson, J. (1985). *Flexibility, uncertainty and manpower management* (IMS Report No. 89). Brighton: Institute of Manpower Studies.
- Autor, D. H. (2010). *The polarization of job opportunities on the US labour market: Implications for employment and earnings*. Washington, DC: Hamilton Project and the Center for American Progress.
- Autor, D. H. (2013). *The 'task approach' to labor markets: An overview* (NBER Working Paper No. 18711). Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Autor, D. H. (2015). Why are there still so many jobs? The history and future of workplace automation. *Journal of Economic Perspectives*, 29(3), 3-30.
- Autor, D. H., & Dorn, D. (2013). The growth of low-skilled service jobs and the polarization of the US labour market. *American Economic Review*, 103(5), 1553-1597.
- Autor, D. H., Dorn, D., & Hanson, G. H. (2016). The China shock: Learning from labor market adjustment to large changes in trade. *Annual Review of Economics*, 8, 205-240.

- Autor, D. H., Katz, L. F., & Kearney, M. S. (2006). The polarization of the US labor market. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 96(2), 189-194.
- Autor, D. H., Katz, L. F. & Krueger, A. B. (1998). Computing inequality: Have computers changed the labor market?. *Quarterly Journal of Economics*, 113(4), 1169-1213.
- Autor, D., H., Levy, F. & Murnane, R. J. (2003). The skill content of recent technological change: An empirical exploration. *Quarterly Journal of Economics*, 118(4), 1279-1333.
- Barbieri, P. (2009). Flexible employment and inequality in Europe. *European Sociological Review*, 25(6), 621-628.
- Berger, S., & Piore, M. (1980). *Dualism and discontinuity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brewster, C., Mayne, L., Tregaskis, O. M. (1997). Flexible working in Europe. *Journal of World Business, Summer*, 32, 133-152.
- Cardoso, D., & Branco, D. (2018). Liberalised dualisation. Labour market reforms and the crisis in Portugal: A new departure. *European Journal of Social Security*, 20(1), 31-48.
- Casaca, S. F. (2005). Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia. Em I. Kovács (Org.), *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades* (pp. 55-89). Oeiras: Celta.
- Casaca, S. F. (2012). Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: Tendências recentes. Em S. F. Casaca (Org.), *Mudanças laborais e relações de género – Novos vetores de (des)igualdade* (pp. 9-50). Lisboa: Fundação Económicas / Almedina.
- Castells, M. (1998). *La era de la información: Economía, sociedad y cultura* (Vol. 1). Madrid: Alianza.
- Centeno, M., & Novo, Á. A. (2012). Segmentação. Boletim Económico. *Banco de Portugal*, 18(1), 7-30.
- Centeno, M., & Novo, Á. A. (2014). When supply meets demand: Wage inequality in Portugal. *European Labor Studies*, 214, 3-23.
- Cerdeira, M. C. (2004). *Dinâmicas de transformação das relações laborais portuguesas*. Lisboa: DGRET-MTSS.
- Cerdeira, M. C., Casaca, S. F., Santos, M. J., Sampaio, J. J., & Silva, J. L. (1999). *Novas modalidades de emprego*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Cerdeira, M. C., Kovács, I., & Dias, J. (2015). Dinâmicas de erosão das relações laborais portuguesas no contexto da crise. Proceedings of *First International Meeting of Industrial Sociology, Sociology of Organizations and Work* (pp. 634-653). Lisboa: APSIOT.
- Clauwaert, S., & Schömann, I. (2013). *The crisis and national labour law reforms: A mapping exercise. Country report: Portugal last update: January 2013* (Working Paper, N.º 2012.04). ETUI.
- CLBRL (Comissão do Livro Branco das Relações Laborais). (2007). *Livro branco das relações laborais*. Lisboa: MTSS.
- Doeringer, P. B., & Piore, M. J. (1971). *Internal labor markets and manpower analysis*. Heath Lexington.
- Dornelas, A., Ministro, A., Lopes, F. R., Cerdeira, M. C., Galego, P., & Sousa, S. C. (2006). *Livro verde sobre as relações laborais*. Lisboa: MTSS.

- Dornelas, A., Ministro, A., Lopes, F. R., Albuquerque, J. L., Paixão, M. M., & Santos, N. C. (2011). *Emprego, contratação coletiva de trabalho e proteção da mobilidade profissional em Portugal*. Lisboa: MTSS.
- Edwards, R. C. (1979). *Contested terrain: The transformation of the workplace in the twentieth century*. Nova Iorque: Basic Books.
- Eurofound. (2013). *Employment polarisation and job quality in the crisis: European jobs monitor 2013*. Dublin: Eurofound.
- Eurofound. (2014). *Drivers of recent job polarisation and upgrading in Europe: European jobs monitor 2014*. Dublin: Eurofound.
- Eurofound. (2015). *Upgrading or polarisation? Long-term and global shifts in the employment structure: European jobs monitor 2015*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- Eurofound. (2016). *What do Europeans do at work? A task-based analysis: European jobs monitor 2016*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- Eurofound. (2017). *Occupational change and wage inequality: European jobs monitor 2017*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- Fernández-Macías, E. (2012). Job polarization in Europe? Changes in the employment structure and job quality, 1995-2007. *Work and Occupations*, 39(2), 157-182.
- Fonseca, T., Lima, F., & S. Pereira (2015). *Job polarization, technological change and routinization: Evidence from Portugal. Preliminary version*. Disponível em <http://www.apdr.pt/pej2015/papers/19.pdf>
- Foote, C., & Ryan, R. W. (2012). *Labor-market polarization over the business cycle* (NBER Working Paper, N.º 21030). Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Gallie, D. D., White, M., Cheng, Y., & Tomlinson, M. (1998). *Restructuring the employment relationship*. Oxford: Clarendon Press.
- Goldin, C., & Katz, L. F. (1996). Technology, skill and the wage structure: Insights from the past. *AEA Papers and Proceedings*, 86(2), 252-257.
- Golsch, K. (2003). Employment flexibility in Spain and its impact on transitions to adulthood. *Work, Employment and Society*, 17(4), 691-718.
- Goos, M., & Manning, A. (2007). Lousy and lovely jobs: The rising polarization of work in Britain. *The Review of Economics and Statistics*, 89(1), 118-133.
- Goos, M., Manning, A., & Salomons, A. (2009). Job polarization in Europe. *The American Economic Review*, 99(2), 58-63.
- Goos, M., Manning, A., & Salomons, A. (2011). *Explaining job polarization: The roles of technology, offshoring and institutions* (Discussion Paper Series 11.34). Leuven: University of Leuven, Center of Economic Studies.
- Goos, M., Salomons, A., & Vandeweyer, M. (2013). *Job polarization during the Great Recession and beyond* (Euroforum policy paper KU Leuven, N.º 2). Leuven: Metaforum KU Leuven.
- Harrison, B. (1994). *Lean and mean*. Nova Iorque/ Londres: The Guilford Press.
- ILO. (2013). *Global employment trends for youth 2013: A generation at risk*. Genebra: ILO.

- ILO. (2016). *World employment social outlook – Trends for youth 2016*. Genebra: ILO.
- Jaimovich, N., & Siu, H. (2012). *The trend is the cycle: Job polarization and jobless recoveries* (NBER Working Paper, N.º 18334). NBER.
- Kalleberg, A. L. (2000). Nonstandard employment relations: Part-time, temporary and contract work. *Annual Review of Sociology*, 26(1), 341-65.
- Kalleberg, A. L. (2011). *Good jobs, bad jobs: The rise of polarized and precarious employment systems in the United States, 1970s to 2000s*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation.
- Kovács, I. (2005). Emprego Flexível em Portugal: Alguns Resultados de um Projecto de Investigação. Em I. Kovács (Org.), *Flexibilidade de emprego: Riscos e oportunidades* (pp. 11-51). Oeiras: Celta Editora.
- Kovács, I. (2014). Trayectorias laborales y de vida de jóvenes: Un análisis cualitativo. *Sociología del Trabajo*, 80, 28-50.
- Kovács, I., & Casaca, S. F. (2007). Flexibilidad y desigualdad en el trabajo: Tendências y alternativas europeas. *Sociología del Trabajo*, 61, 99-124.
- Kovács, I., & Cerdeira, M. C. (2018). Controvérsias sobre a polarização e as desigualdades salariais. Em *Atas do XVII ENSIOT* (pp. 110-122). Lisboa: APSIOT.
- Kovács, I., & Chagas Lopes, M. (2012). A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade. Em S. F. Casaca (Org.), *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des)igualdade* (pp. 51-86). Lisboa: Fundação Económicas & Almedina.
- Kovács, I., Moniz, A. B., Cerdeira, M. C., & Bairrada M. (1994). *Qualificações e mercado de trabalho*. Lisboa: IEFP.
- Lindbeck, A., & Snower, D. J. (2001). The insider-outsider theory. *Journal Economic Perspectives*, 15(1), 165-188.
- López Calle, P., & Castillo, J. J. (2004). *Los hijos de las reformas laborales*. Madrid: UGT.
- Marques, A. P. (2010). ‘Sacralização’ do mercado de trabalho. Jovens diplomados sob o signo da precariedade. *Configurações*, 7, 65-89.
- Maruani, M. (2003). *Travail et emploi des femmes*. Paris: La Découverte.
- Mishel L., Schmitt J., & Shierholz, H. (2013). *Assessing the job polarization explanation of growing wage inequality* (EPI Working Paper, N.º 285). Washington, DC: Economic Policy Institute.
- OECD. (2010). *OECD employment outlook 2010*. Paris: OECD Publishing.
- OECD. (2014). *OECD employment outlook 2014*. Paris: OECD Publishing.
- OECD. (2016). *OECD employment outlook 2016*. Paris: OECD Publishing.
- OECD. (2017). *Labour market reforms in Portugal 2011-2015 – A preliminary assessment*. Paris: OECD Publishing.
- OECD. (2018). *OECD employment outlook 2017*. Paris: OECD Publishing.
- Oesch, D. (2013). *Occupational change in Europe: How technology and education transform the job structure*. Oxford: Oxford University Press.
- Oesch, D., & Menès, J. R. (2011). Upgrading or polarization? Occupational change in Britain, Germany, Spain and Switzerland, 1990-2008. *Socio-Economic Review*, 9(3), 503-531.
- OIT. (2018). *Trabalho digno em Portugal 2008-18: Da crise à recuperação* Bureau Internacional do Trabalho. Genebra: BIT.

- Paugam, S. (2000). *La salarié de la precarité. Les nouvelles formes de l' integration professionnel*. Paris: PUF.
- Piore, M. (1972). *Note for a theory of labor market stratification* (Working Paper Departament of Economics, N.º 95). Cambridge, MA: MIT.
- Piore, M. (1978). Dualism in the labor market: A response to uncertainty flux. The case of France. *Revue Économique*, 29(1), 26-48.
- Rosenberg, S. (1989). From segmentation to flexibility: A selective survey. *Labour and Society*, 14(4), 363-407.
- Rosenberg, S. (2007). From segmentation to flexibility to segmentation amidst flexibility: The case of the United States. *Économies et sociétés, Série: Socio-Économie du travail*, (28), 897-924.
- Rosenberg, S., & Lapidus, J. (1999). Contingent and non-standard work in the United States. Em A. Felstead, & N. Jewson (Eds.), *Global trends in flexible work* (pp. 62-83). Londres: Macmillan Press.
- Rubery, J. (2007). Developing segmentation theory: A thirty-year perspective. *Économies et Sociétés*, 28(6), 941-64.
- Rubery J., & Piasna, A. (2017). Labour market segmentation and deregulation of employment protection in EU. Em A. Piasna, & M. Myant (Eds.), *Myths of employment deregulation: How it neither creates jobs nor reduces labour market segmentation* (pp. 43-60). Bruxelas: ETUI.
- Rueda, D. (2014). Dualization, crisis and the welfare state. *Socio-Economic Review*, 12(2), 381-407.
- Tüzemen, D., & Willis J. (2013). The vanishing middle: Job polarization and workers' response to the decline in middle-skill jobs. *Economic Review*, (qi), 5-32.
- Valadas, C. (2017). A changing labour market under the intensification of dualization. The experience of a southern European society. *Social Policy & Administration*, 52(2), 223-403.
- Wright, E. O., & Dwyer, R. E. (2003). The patterns of job expansions in the United States: A comparison of the 1960s and 1990s. *Socio-Economic Review*, 1, 289-325.
- Yoon, Y., & Chung, H. (2015). New forms of dualization? Labour market segmentation patterns in the UK from the late 90s until the post-crisis in the late 2000s. *Social Indicators Research*, 128(2), 609-631.

Data de submissão: 15/05/2019 | **Data de aceitação:** 06/09/2019



RESERVA E REFORMA NO EXÉRCITO PORTUGUÊS OS NÚMEROS E AS RECONFIGURAÇÕES

RESERVE AND RETIREMENT IN THE PORTUGUESE ARMY THE NUMBERS AND THE RECONFIGURATIONS

Ana Romão

Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL) & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Av. Conde Castro Guimarães, 2720-113 Amadora, Portugal. Email: anaromao74@gmail.com

Maria da Saudade Baltazar

Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora) & Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). Largo dos Colegiais, 2, 7000-812 Évora, Portugal. Email: baltazar@uevora.pt

David Pascoal Rosado

Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL) & Universidade Europeia. Av. Conde Castro Guimarães, 2720-113 Amadora, Portugal. Email: david.rosado@academiamilitar.pt

Dinis Fonseca

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade de Évora (CICS.NOVA.UÉvora) & Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). Largo dos Colegiais, 2, 7000-812 Évora, Portugal. Email: dmvfonseca@gmail.com

Helga Santa Comba Lopes

Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). Av. Conde Castro Guimarães, 2720-113 Amadora, Portugal. Email: helga.lopes@academiamilitar.pt

Resumo: As Forças Armadas portuguesas confrontam-se com um problema clássico das organizações militares: atrair, formar, reter e preparar a saída dos homens e mulheres que compõem a força. Problema clássico, porém, sempre reatualizado na confluência das mudanças globais repercutidas no setor da Defesa e respetivos contextos sociais e políticos. O presente artigo descreve os movimentos de saída da atividade, por via da passagem à reserva/reforma dos militares de carreira do Exército português. No plano teórico convocam-se modelos da profissão militar à luz dos quais tais processos adquirem sentido. O suporte empírico decorre da análise da legislação enquadrante e de dados quantitativos referentes aos militares que entre 2000 e 2016 passaram à situação de reserva/reforma, um total de 4872 indivíduos. Verifica-se que a reforma é antecedida por um período na reserva, correspondendo maioritariamente a opções individuais de antecipar a saída da carreira, especialmente quando estão iminentes alterações legislativas que afetam a condição militar.

Palavras-chave: profissão militar, reserva, reforma, Exército português.

Abstract: The Portuguese Armed Forces are confronted with a classic problem of military organizations: to attract, train, retain and prepare the exit of the men and women who compose the force. A classic but always updated problem, giving the confluence of global changes impacting on the Defense sector and its social and political contexts. This article focuses on the transition processes for reserve and retirement, presenting the conditions required to access these situations and a briefly introducing

theoretical models of military profession in that render such processes meaningful. The empirical support is derived from the analysis of legislation and from quantitative data referring to the military that between 2000 and 2016 entered the reserve / retirement situation, 4872 individuals. Results show that retirement is preceded by a reserve period, mostly corresponding to individual options to anticipate the end of the career, especially when impending legislative amendments affect the military condition.

Keywords: military profession, reserve, retirement, Portuguese Army.

Introdução

A profissionalização das Forças Armadas (FFAA) e as profundas transformações a montante e a jusante da adoção de modelos exclusivamente profissionais tem sido objeto de múltiplas abordagens sociológicas. Já a chegada ao fim da carreira militar, nas diferentes modalidades possíveis, nos processos subjacentes, e nos impactos que se lhe associam tem merecido mais escassa atenção. Trata-se, porém, de matérias relevantes, quer em termos da organização militar, quer para os militares implicados e suas famílias e até no que respeita às ilações que se podem extrair sobre a relação civil/militar quando se aborda a reintegração social dos militares na vida civil, acompanhada ou não de uma segunda carreira.

A transição para as situações de reserva e de reforma tem subjacentes direitos sustentados em requisitos legais específicos, incontornavelmente ligados à condição militar e às necessidades das FFAA, cujas dinâmicas da globalização e consequentes imperativos de readaptação em termos de macroestrutura (tal como definida no documento estratégico Defesa 2020) vêm realçar alguns paradoxos. Os regimes de reserva e reforma constituem respostas cruciais do sistema de compensação militar, o qual na sua globalidade assenta em alcançar os objetivos de dimensão e composição da força (Asch & Warner, 1994; Warner, 2008).

Como em outras organizações, mas com as especificidades que a literatura sociológica tem anotado, as organizações militares enfrentam as dificuldades inerentes à implementação de instrumentos de gestão dos recursos humanos capazes de atrair e reter, formar e qualificar, motivar e preparar a saída dos profissionais que chegam ao fim da carreira. Além de integrarem o sistema de recompensas inerentes ao estatuto militar, a reserva e a reforma cumprem um papel de regulação crucial do pessoal ao serviço, ao permitirem aos militares abandonar a situação de ativo, nos termos estatutários, consoante o interesse da instituição ou do próprio. Por um lado, as exigências da vida militar, especialmente nas vertentes de treino operacional e combate, requerem profissionais jovens. Por outro lado, no contexto da carreira e da sua hierarquia fixa, a saída daqueles que não são considerados adequados para a promoção é tida como uma condição necessária para renovar os quadros e manter oportunidades de

progressão na carreira para os mais jovens. Identifica-se assim uma rigidez no tipo de gestão de carreira *up-or-out* suscetível de condicionar as motivações individuais para o abandono da carreira militar, dado que a profissionalização e o *downsizing* dos Exércitos desafiam algumas dessas regras.

As condições eletivas para que os militares de carreira possam transitar para as situações de reserva e de reforma são legalmente definidas pelo Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR) cuja última revisão (Decreto-Lei n.º 90/2015 29 de maio) impõe condições mais restritivas, salvaguardando, por conseguinte, um período transitório para adaptação ao novo regime.

Em termos estatutários, reserva é a situação para que transita o militar no ativo quando verificadas certas condições, podendo ficar em efetividade de serviço ou fora da efetividade de serviço. Em síntese, por opção individual, o militar pode transitar para a reserva quando cumulativamente completa 40 anos de Tempo de Serviço Militar (TSM) e 55 anos de idade; por imposição o militar passa à reserva quando ultrapassa o limite de idade estabelecido para o posto, ou quando completa o tempo máximo de permanência na subcategoria. Deste modo, o novo EMFAR restringe as condições de passagem à reserva, entre outros aspetos por alongar a contagem do TSM. Assim, o TSM necessário para aceder à situação de reserva passou de 36 para 40 anos. O militar pode requerer a passagem à reserva com TSM inferior, porém o tempo máximo de permanência na reserva fora da efetividade do serviço passou a ser de cinco anos, significando que ao fim desse tempo o militar passa à situação de licença sem vencimento até perfazer idade para entrada na reforma (Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio).

A reforma, por seu turno, é a situação para que transita o militar, estando no ativo ou na reserva. Contrariamente ao que ocorre na situação anterior, a reforma não permite o exercício de funções militares, salvo nas condições de exceção previstas (estado de sítio ou de guerra). A principal mudança introduzida no novo EMFAR vai no sentido de aproximação ao regime geral de aposentação, aumentando para 66 anos a idade de passagem obrigatória à reforma. Vigora ainda a possibilidade do militar requerer essa situação depois de completados 60 anos e mediante condições específicas, bem como a transição decorrente do militar ter completado cinco anos na situação de reserva fora da efetividade de serviço, se cumpridas condições específicas definidas nos termos do art.º 161.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.

O objetivo deste artigo consiste em analisar os processos de transição para a reserva/reforma e refletir sobre as motivações dos profissionais do Exército português quando abandonam a carreira militar, seja por via da passagem à reserva, seja por alcançarem a idade da reforma.

A caracterização desses processos e a reflexão proposta tem por base resultados parcelares do projeto de investigação sobre “Carreiras dos Militares do Exército Português: Reserva e Reforma nas (re)Configurações dos seus percursos de vida – C_Mil R3”, a decorrer no Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL).

Para o presente *paper* a abordagem concentra-se no período compreendido entre 2000 e 2016, um recorte temporal particularmente significativo em termos das mudanças estruturais que afetaram as FFAA, como se verá, e que se refletem nos militares que prestam serviço no Exército, eventualmente nas respetivas opções de permanecer na vida ativa ou de antecipar o regresso à vida civil.

O universo em análise é constituído por 4872 indivíduos, correspondendo ao total de militares do Exército português pertencentes ao Quadro Permanente (QP), que transitaram para a reserva e reforma ao longo dos primeiros 16 anos do século XXI.

Aborda-se, de um ponto de vista sociológico, este universo de militares a partir das informações disponibilizadas pela Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército (DARH). A base de dados reúne informação sistematizada sobre os militares do QP a partir de um conjunto de variáveis de identificação (idade, género, posto, armas/serviços, ano de incorporação, data de transição e motivos para a passagem à reserva e reforma).

Esta perspetiva de análise é considerada com interesse e de utilidade para o grupo de profissionais em estudo e para a organização militar. Por um lado, pela oportunidade de análise dos dados estatísticos recolhidos, que abrange a totalidade do universo no período temporal delimitado; por outro lado por aqui se conjugar essa análise quantitativa com as alterações legislativas do EMFAR, produzidas ao longo desta série temporal de 16 anos.

A natureza das informações que integram esta base de dados, de fontes primárias oficiais, pressupõe uma análise quantitativa descritiva para determinação dos factos a considerar (Creswell, 2014; Moreira, 1994). Análise descritiva das já referidas variáveis centrais à presente pesquisa e que possibilita um primeiro retrato dos processos de transição da vida ativa para as situações de reserva e reforma no período em análise.

Para Gray (2004), a pesquisa é tida como um esforço sistemático e organizado para investigar um problema específico, e que na vertente organizacional não é uma opção fácil ao pressupor abordagens interdisciplinares incorporando ideias e premissas assentes em diversas origens e subjetivos *backgrounds*. E complementarmente, em organizações complexas como a militar, haverá a considerar a dificuldade no acesso às informações, constrangimento que no presente caso foi ultrapassado mediante a cederência de informação por parte da DARH no contexto do projeto C_Mil R3.

O ofício das armas: Breve contextualização teórica

O abandono do sistema de conscrição e a sua substituição pelo modelo de profissionalização militar, a funcionar em pleno desde 2004, representou uma mudança profunda nas Forças Armadas portuguesas, concorrendo para a recomposição a que se vem assistindo desde o início do século XXI.

Na literatura sociológica, tais mudanças têm sido especialmente discutidas sob o ângulo da civilização das FFAA, argumentando-se que a profissionalização dos Exércitos aproxima a organização militar das organizações burocráticas em geral, diluindo-se, conseqüentemente, o determinismo das componentes institucionais que fazem da esfera militar um mundo de normas e valores à parte. A singularidade das formas pós-modernas de organização militar caracteriza-se por quatro mudanças organizacionais decisivas: 1) interpenetração crescente entre as esferas civis e militares, do ponto de vista estrutural e cultural; 2) diminuição interna das diferenças dentro dos serviços/ramos, postos; 3) mudanças na missão, já não exclusivamente dedicadas à guerra, mas passando a integrar operações de apoio à paz e ajuda humanitária; 4) uso das forças no âmbito de forças multinacionais legitimadas por entidades que superam o Estado nação (Moskos, 2000).

Com referência ao caso francês, Caplow e Vennesson (2000) encontram cinco macro-tendências no funcionamento do sistema militar, que aqui resumimos na figura 1.

A tecnicização do ofício das armas e a metamorfose das missões assumem preponderância no contexto das mudanças no seio militar, fazendo-se sentir os seus efeitos na intensificação da formação do pessoal, na fluidez da carreira e na menor rigidez nas relações profissionais. Aspetos que no seu conjunto contribuem para a incorporação de lógicas profissionais convergentes com o que ocorre na sociedade civil, mas não forçosamente comprovativos da banalização ditada pelos fatores externos civilinizantes (Caplow e Vennesson, 2000).

Partilhando a ideia defendida por Janowitz (1975), podemos entender que a instituição militar contemporânea tendeu a desenvolver características específicas de qualquer burocracia não militar, impulsionando-a para a interdependência com a sociedade civil e modificando, por conseguinte, as suas relações sociais internas (Baltazar, 2005).

Não obstante a manutenção de traços distintivos da profissão militar, existem efetivamente semelhanças notórias entre esta e todas as outras profissões civis, por esta razão os modelos conceptuais de análise da profissão militar são similares aos adotados para as profissões civis, e que no entender de Maria Carrilho (1978) são: o estruturalista (Huntington e Janowitz), o processual (Escola de Chicago, Van Doorn e Abrahamsson) e o pluralista (Jordan, Taylor e Moskos).



Figura 1 Tendências do funcionamento do sistema militar

Fonte: Adaptado de Caplow e Vennesson (2000).

Foi neste enquadramento que Moskos (1977, 1986) elaborou um modelo que permite estabelecer os efeitos produzidos sobre a conceção da profissão militar pela adaptação de tarefas e de papéis militares às características da atual sociedade civil. Neste modelo, os dois tipos ideais que se apresentam de forma dicotómica — o institucional e o ocupacional I/O — podem ser considerados mutuamente exclusivos ou podem coexistir traços identificativos de um e de outro numa dada força militar (Baltazar, 2005).

Face à complexidade da mudança sociocultural e sua correspondente influência na profissão militar, Nuciari (1994), defende que a análise dos atuais conteúdos desta atividade profissional, elaborada com base no modelo I / O não é suficiente, pelo que se torna, no momento, necessário considerar outros modelos que propõem uma abordagem ao nível sincrónico desta realidade.

É o caso do modelo proposto por Thomas e Prandstraller (1982), também designado por interacionista, ao considerar que as motivações racionais que impulsionam o indivíduo a ingressar nas FFAA interagem com as duas diferentes lógicas que sustentam o sistema militar (subsistema de combate e subsistema administrativo). Identifica várias estratégias de carreira, as quais manifestam uma divergente coerência face à racionalidade dual do sistema militar, e considera que a referida dualidade ao interagir com as diferentes estratégias de carreira provoca uma multiplicidade de atitudes, de orientações e de comportamentos dos profissionais militares.

Justifica-se assim reter em perspetiva dois níveis de análise, o micro (o ator) e o macro (o sistema ou a organização militar), que por se encontrarem em constante interação provocam compatibilidades ou incompatibilidades, dependendo do tipo de estratégia e do tipo de subsistema.

Em suma, vários autores têm acentuado a variedade de fenómenos que ocorrem na organização militar, tais como: processo organizacional, propriamente dito; a posição dos profissionais nas organizações complexas; a mudança organizacional e comportamentos face aos níveis de desenvolvimento tecnológico, económico, político e sociocultural (Caforio, 1988; Nuciari, 1994; Thomas & Rosenzweig 1982).

Compreende-se que a cultura organizacional no meio militar, ainda que acompanhando o evoluir dos tempos, não se compagine, por vezes, com a rapidez típica de algumas das mudanças sociais mais recentes. Sobretudo, urge conhecer os processos em curso, em ordem a concorrer para atingir estratégias de desenvolvimento organizacional que acalentem sinergias entre as diferentes valências da Instituição Castrense e a sua relevância social (Rosado, Romão, Baltazar, Fonseca & Lopes, 2017).

Deixar as fileiras: Rumo a uma segunda carreira, ou não ...

O conceito de reforma encerra em si múltiplas realidades. Como instituição implica as estruturas que regulam a retirada dos trabalhadores do mercado de trabalho e a existência de um sistema de recompensas. Como processo implica decisões e padrões respeitantes à retirada da força de trabalho a partir de uma determinada idade. Como experiência refere-se à latitude de mudanças possíveis na vida decorrentes do processo (Szinovacz, 2003).

A reforma militar difere em alguns aspetos da reforma civil. Não apenas é compulsiva, como é mais precoce do que na vida civil, associando-se a isso a necessidade de garantir uma força jovem e vigorosa, bem como o encontrar de soluções em termos funcionais para a criação de vagas nos postos, prevenindo estagnação nas carreiras (McNeil, Lecca & Wright, 1983).

Na reinterpretção que fazem dos modelos de carreira na vida civil, Sullivan, Carden e Martin (1998) encontram como principais influências no século XXI a transferibilidade de competências e os valores respeitantes ao trabalho. São fatores que a literatura também realça no caso dos militares que abandonam a carreira das armas e que tendencialmente se relacionam com a integração social e a satisfação com o novo estilo de vida.

A transferibilidade de competências para o mercado de trabalho civil, dependendo das áreas de especialidade, é então apontada como facilitadora do ajustamento

e da satisfação com o regresso à vida civil (entre outros, Duchamp, 1990; Spiegel & Shultz, 2003). Em sentido contrário, os entraves a essa transferibilidade, ou o facto de as novas situações profissionais implicarem perdas de prestígio, produzem impactos negativos no ajustamento e na satisfação (McNeil, Lecca & Wright, 1983). Spiegel e Shultz (2003) acrescentam a importância que tem o planeamento/preparação para a reforma na satisfação e ajustamento à nova situação.

O reconhecimento das qualificações militares no ambiente civil pode então ser mediador das modificações de estatuto sócio profissional induzidas por uma segunda carreira, com variações consoante as especialidades mais cotadas no mercado de trabalho civil. Porém, a idade de saída tende a condicionar fortemente o sucesso da reinserção profissional (Duchamp, 1990).

No intuito de trazer à luz as interações entre as biografias, as características sociais e as lógicas profissionais dos militares, Duchamp (1990) elabora uma tipologia evidenciando a complexidade do jogo entre o tipo de qualificações, a carreira militar e a experiência de regresso à vida civil (tabela 1).

Os seis tipos ideais identificados são reveladores de reconfigurações não lineares na transição da esfera militar para a esfera civil, deixando antever também a relevância da adesão aos modelos profissionais na transição para a vida civil.

Aplicando a perspetiva dos cursos de vida ao serviço militar, Wilmoth e London (2003) referem que as consequências das transições, incluindo as que podem significar disrupções nas trajetórias estabelecidas, dependem em certa medida de serem ou não esperadas, e.g. de serem *on-time* ou *off-time*. “Se a transição ocorre no tempo culturalmente prescrito, será considerada *on-time*. Em contraste, as transições fora do tempo não coincidem com o esperado e frequentemente associam-se a consequências negativas” (Wilmoth & London, 2003, p. 6).

As consequências negativas do abandono do uniforme têm merecido alguma relevância sobretudo pelo lado da psicologia, abordando dificuldades no ajustamento, ou seja, na adaptação às novas circunstâncias de vida. Retomando aqui a síntese de Tripathi (2016), as dificuldades mais frequentemente explanadas pela pesquisa empírica aludem ao inerente processo de ressocialização (Stanford, 1971), que por representar perdas no referencial de segurança que a instituição militar proporciona (Kilpatrick & Kilpatrick, 1979) pode acarretar situações de *stress* (Giffen & McNeil, 1967). Nos militares reformados identificam-se problemas de ansiedade relacionados com o emprego, redução do rendimento, mudança no enquadramento social e nas relações interpessoais, bem como outros aspetos de integração na vida civil (Bellino, 1969). Ficando libertos dos vínculos institucionais, os militares na reforma passam mais tempo em casa, podendo em alguns casos ocorrer problemas nas relações familiares (Bellino, 1970), ou mesmo disrupções (Garber, 1971).

Tabela 1 Ensaio tipológico de comportamentos de saída da carreira militar

Carreira Militar				Pós-carreira Militar		
Tipo de qualificação	Tipo de orientação(*)	Forma de saída	Mobilidade social ligada à carreira militar	Mobilidade profissional induzida pela segunda carreira	Modelos dos novos referentes identitários	Tipo de integração e de sociabilidade
Proximidade ao combate	Organizacional	Obrigatória por idade	Positiva muito forte	Negativa	Nostalgia do uniforme	Integração profissional fraca e sociabilidade baseada no meio próximo
Técnica reconvertível	Industrial	Voluntária após adquiridas as condições	Positiva forte	Positiva muito forte	Mundo do trabalho civil	Integração profissional forte e sociabilidade baseada em dinâmicas relacionais ricas
Polivalente	Tendencialmente mais organizacional	Induzida pelas perspetivas de carreira	Nula	Positiva	Cristalizada em torno da posição social	Integração profissional forte e diversidade de suportes relacionais
Administrativa	Tendencialmente mais industrial	Voluntária	Positiva	Nula	Identificação relativa às classes médias	Integração passiva fundada por uma sociabilidade pouco diversificada
Polivalente	Organizacional	Obrigatória por idade	Positiva forte	-	Nostalgia do uniforme, mas com o tempo identificação com a pré-reforma	Diversidade dos suportes relacionais. Ligação com a comunidade militar
Nem muito técnica, nem muito operacional	Industrial	Voluntária e desejada	Algo positiva	-	Pré-reforma nova vaga	Muito boa integração no mundo civil e sociabilidades fundadas sobre práticas de lazer

(*)Os fundamentos de legitimidade de tipo organizacional e de tipo industrial aproximam-se do modelo institucional/ocupacional de Moskos (1977, 1986).

Fonte: Adaptado de Duchamp (1990).

Quanto às razões que levam os militares a voluntariamente optar por deixar a carreira militar, há que considerar fundamentalmente o jogo entre a atratividade das oportunidades emergentes na envolvimento externa (condicionada pela transferibilidade de competências) e a insatisfação com as circunstâncias internas ao meio militar, sendo que normalmente ocorre um *mix* de ambos aspetos (Sminchise, 2016).

Para o caso português, Silva (2017) identifica na atual conjuntura duas ordens de fatores potenciadores de insatisfação entre os militares, a saber: os fatores de contexto de trabalho, como sejam as alterações de estatuto, com impacto nos requisitos para passagem à reserva e reforma, assistência e apoio social; os fatores relacionados com o conteúdo de trabalho, abrangendo as condições remuneratórias, a perda de atratividade e competitividade das carreiras militares, e ainda o que se percebe como perda de reconhecimento social face ao papel da instituição castrense.

No que se tem vindo a expor denota-se a relevância dos valores militares e das questões identitárias, aspetos que segundo alguns autores têm sido algo negligenciadas, quer quando se considera a motivação para servir, quer enquanto predadores de eficácia e performance (Johansen, Laberg & Martinussen, 2014), ou ainda, no que aqui mais nos interessa, quando se trata da propensão para se manterem ou sair das fileiras (Richter, 2017).

Se as razões que levam alguém a escolher uma carreira militar são múltiplas e complexas, o mesmo se pode dizer quando às razões para abandonar as fileiras. Sendo seguro que a saída precoce da carreira das armas é problema comum à generalidade dos Exércitos, parece também consensual que uma retenção de 100% não é possível, nem desejável (Sminchise, 2016).

Processos de transição para a reserva e reforma dos militares do Exército Português

Caraterização sociográfica

Em Portugal, a reforma estrutural designada de Defesa 2020, cuja génese esteve associada à conjuntura desfavorável dos últimos anos e à necessidade de implementar medidas reformistas, define “um novo modelo para a Defesa Nacional e que estabelece umas FFAA mais modernas, mais operacionais e sustentáveis, integradas num edifício conceptual e legislativo coerente e organizado, com os seus recursos otimizados e com um claro aumento de eficiência das estruturas” (MDN, 2015, p. 5).

Daí decorre o planeamento de despesas com pessoal e a consequente fixação de efetivos militares, que em termos globais para os três Ramos foram redimensionados entre 30.000 e 32.000 militares, incluindo os que estão na reserva na efetividade de serviço. Em complemento, visa a compatibilização das necessidades de serviço efetivo com o fluxo normal das carreiras, tendo tido implicações na revisão do EMFAR.

Alterações que se repercutiram na capacidade de recrutamento e manutenção de pessoal nas FFAA e no Exército português em particular, cujos efetivos se situam em valores ainda abaixo do previsto no Decreto-Lei nº 84/2016, de 21 de dezembro.

Face a este contexto de mudança, e com vista à análise das suas principais implicações na passagem para a reserva e reforma dos militares do Exército português, estabeleceu-se como período de análise o ano 2000 e seguintes.

Do universo de 4872 militares que transitaram para as situações de reserva ou de reforma durante o período em análise, a quase totalidade são homens, um reflexo dos condicionalismos inerentes à presença das mulheres nas FFAA, que vale a pena passar em revista.

Tradicionalmente considerada uma instituição masculina, as FFAA têm vindo a registar uma participação crescente das mulheres na vida militar nas últimas três décadas, o que releva o interesse de se discutir sobre as suas funções militares, tal como Mady Segal (1999) propõe na teoria dos fatores que influenciam a participação militar das mulheres, quanto ao grau de representatividade e natureza das atividades. Trilogia de fatores de natureza militar, estrutura social e cultura que permite indicar que o fator mais importante no envolvimento das mulheres na vida militar são as necessidades de pessoal militar, enquanto para a permanência das mulheres, quando o país está em paz, o maior contributo explicativo recai sobre os valores culturais que promovem a igualdade de género. Para H. Carreiras,

embora exista uma diversidade de variáveis que pode explicar a ausência ou diminuta percentagem de mulheres nas áreas operacionais e em combate, incluindo a sua própria disponibilidade, boa parte dos obstáculos que persistem ao nível institucional remetem para o plano dos valores culturais sobre a 'natureza' e os papéis sociais de homens e mulheres, refletindo-se claramente no debate sobre a participação militar feminina e a eficácia militar (Carreiras, 2013, p. 480).

No caso português, e para Alves (1999), a participação das mulheres na vida militar remonta à I Guerra Mundial com o envio para França de 10 voluntárias, alferes com curso de primeiros socorros, integradas no Corpo Expedicionário Português. Presença feminina que voltou a destacar-se em 1961, quando se criou o quadro das enfermeiras para-quedistas da Força Aérea Portuguesa.

Esta participação das mulheres portuguesas no serviço de saúde, e excepcionalmente em algumas atividades militares no passado, foi alterada com a nova Lei do Serviço Militar (Lei nº 22/91) que determinou a integração das mulheres na instituição militar em tempo de paz, em regime de voluntariado e contrato. A mesma lei também criou, a partir de 1992, as condições legais de acesso das mulheres aos Quadros

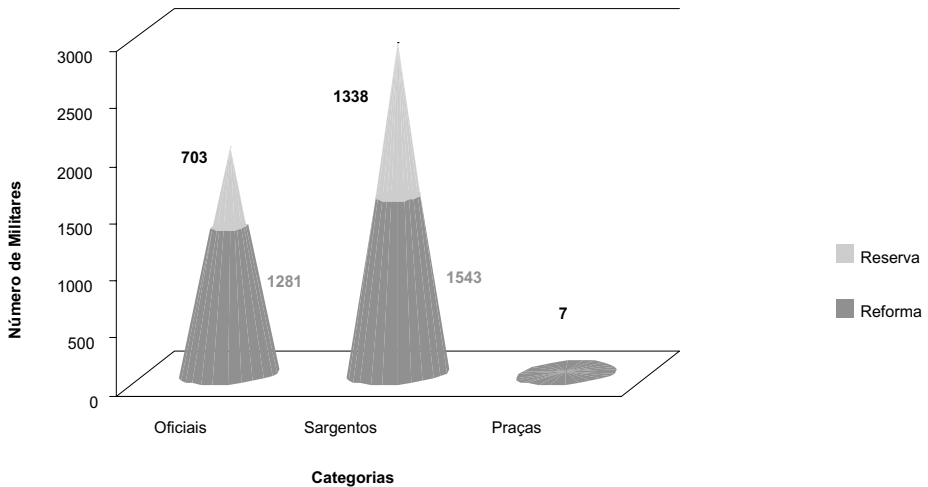


Figura 2 Situação de reserva/reforma dos militares, por categoria (2000-2016)

Fonte: Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército.

Permanentes, ao final dos seus cursos nas Escolas de Formação de Oficiais e Sargentos (Romão & Baltazar, 2015).

Circunstâncias que justificam que no universo em estudo, de um total de 4872 militares, apenas se encontram 14 mulheres, em situação de reserva (6) e de reforma (8).

Do conjunto destas militares, só 2 pertencem à categoria de Sargentos (1º Sargento), enquanto as oficiais se distribuem pelos seguintes postos: 5 Tenentes-Coronéis, 4 Capitães, 2 Majores e 1 Coronel. Por armas e serviços, pertencem maioritariamente à área da saúde (11 do total das 14), e nestas encontram-se 2 enfermeiras para-quevistas reformadas com incorporação militar no início da década de 70. Há ainda uma Capitã de Artilharia, outra pertencente aos Quadros Técnicos e uma 1º Sargento de Administração Militar. Distribuição que revela a predominância de atividades não operacionais. Acrescente-se ainda que as que não são da área de saúde integraram o Exército português entre 1993 a 1996, ao abrigo da nova Lei do Serviço Militar (Lei nº 22/91). Dos motivos de transição para a reforma e reserva, destaque-se que 5 militares passaram diretamente para a reforma por motivos de saúde, as restantes 7 solicitaram a passagem à reserva mediante requerimento, e ocupam postos próximos do fim da carreira militar (1 Coronel e 5 Tenente-Coronel).

Retomando a perspetiva de análise do total dos militares, o peso dos que se encontram na reserva e na reforma é de, respetivamente 41,9% e 58,1%. A sua distribuição por categoria corresponde ao que se observa na figura 2.

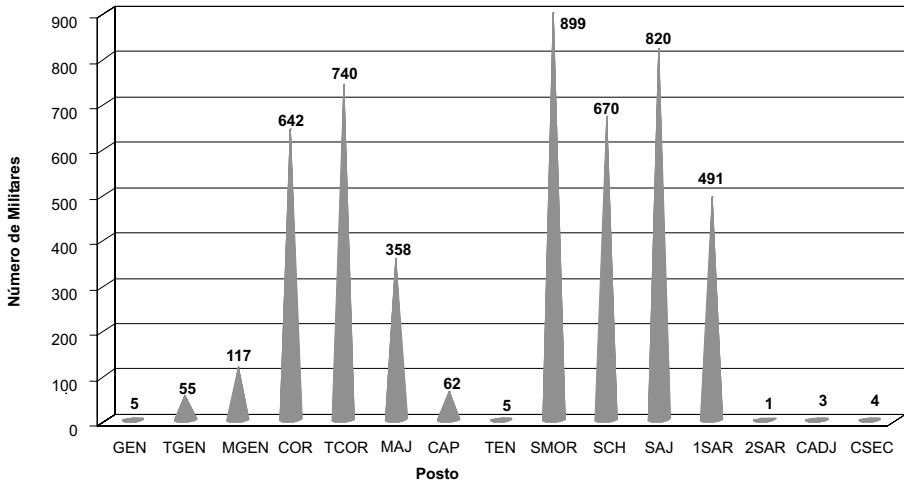


Figura 3 Situação de reserva/reforma dos militares, por postos (2000-2016)

Fonte: Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército.

Nesta distribuição predominam os Sargentos (59,1%), enquanto os Oficiais correspondem a 40,7 %, e 7 dos militares em situação de reserva e reforma são Praças. Situação que remete para uma abordagem mais detalhada sobre o perfil destes 7 militares, uma vez que correspondem na base de dados em análise a um quadro entretanto extinto. São militares incorporados entre 1965 e 1981, todos em situação de reforma e distribuídos pelos postos de Cabo-de-seção e Cabo-adjunto. O Decreto-Lei 123/87, de 17 de março, criou o quadro permanente das praças do Exército, “considerando que a transitoriedade, nas fileiras do Exército, de praças em serviço normal e na situação de contratadas não satisfaz cabalmente todas as necessidades funcionais orgânicas e, particularmente, em especialidades de formação mais complexa ou mais sensível”. E de acordo com o art. 15º, refere-se à possibilidade destas praças do QP integrarem os quadros de oficiais ou de sargentos, conforme as condições expressas nos diplomas legais estabelecidos para o efeito. O que lhes conferia a oportunidade de progressão na carreira militar no QP subindo à categoria de Sargento ou Oficial.

Esta circunstância justifica, em parte, o número residual de praças em situação de reforma a 31 dezembro de 2016, porém importa assumir como determinante a extinção progressiva deste Quadro logo em 1990 (cf. Decreto-Lei 34/A/90 de 24 de janeiro), por cancelamento de admissões. Extinção que foi concluída com a passagem à reserva dos últimos militares do QPPE – Quadro Permanente de Praças do Exército, de acordo com a lista de antiguidades de praças em julho de 2011.

Para o universo de militares do Exército português na reserva e reforma, no período em análise, e dando continuidade à sua sociografia, destaca-se agora a sua distribuição por postos por se considerar que esta variável contribui para a discussão sobre a tão almejada progressão na carreira militar e a existência de contrariedades que tendem a limitar a plena concretização das expectativas destes profissionais.

Pela observação da figura 3, verifica-se que no que concerne aos efetivos militares do QP por postos, mais de 3/4 dos militares em situação de reserva/reforma são Sargento-Mor (18,5%), Sargento-Ajudante (16,8%), Tenente-Coronel (15,2%), Sargento-Chefe (13,8%) e Coronel (13,2%). Para a categoria de Sargentos, observa-se que o posto em final de carreira — Sargento-Mor — é o que concentra maior número de militares na reserva e reformados. Ou seja, para estes militares o tempo de serviço termina quando conseguem alcançar o topo da sua carreira profissional, enquanto na categoria de Oficiais é o posto de Tenente-Coronel que concentra um maior número de militares em situação de reserva e reforma. Para os Oficiais, a situação de reserva e reforma recai quase na sua totalidade em postos relativos a Oficiais Superiores, e os postos que correspondem ao Corpo de Oficiais Gerais representam 3,6% do total do universo em estudo. Por sua vez se forem destacados os postos de Coronel e de Tenente-Coronel, verifica-se que do total de oficiais na reserva e reforma estes ocupam 70%, postos do topo da carreira de Oficiais Superiores.

Considera-se que no estudo das carreiras militares e reconfigurações de percursos de vida dos militares após *términus* do tempo de serviço, a distribuição do universo em estudo por armas e serviços assume particular interesse no contexto da presente abordagem. Para o efeito, e face à grande diversidade de armas e serviços, procedeu-se a uma categorização por áreas que teve como critério base a maior similitude entre armas e serviços, como se passa a indicar:

1. **Saúde:** Medicina; Serviço de Saúde; Medicina Dentária; Farmácia; Medicina Veterinária; e Técnicos de Enfermagem, Diagnóstico e Terapêutica;
2. **Engenharias:** Engenharia; Transmissões; e Material;
3. **Operacionais:** Artilharia; Cavalaria e Infantaria;
4. **Administração:** Administração Militar; Serviço de Administração;
5. **Corpo de Oficiais Gerais;**
6. **Serviços Técnicos (de Oficiais):** Técnicos de Exploração de Transmissões; Técnicos de Manutenção de Transmissões; Técnicos de Manutenção de Material; Técnicos de Pessoal e Secretariado; Técnicos de Transportes; e Transportes;
7. **Quadros Especiais:** Quadro Especial de Oficiais; Quadro Técnico de Secretariado; Quadro Apoio de Secretariado; e Serviço Postal Milita;
8. **Serviço Geral do Exército;**

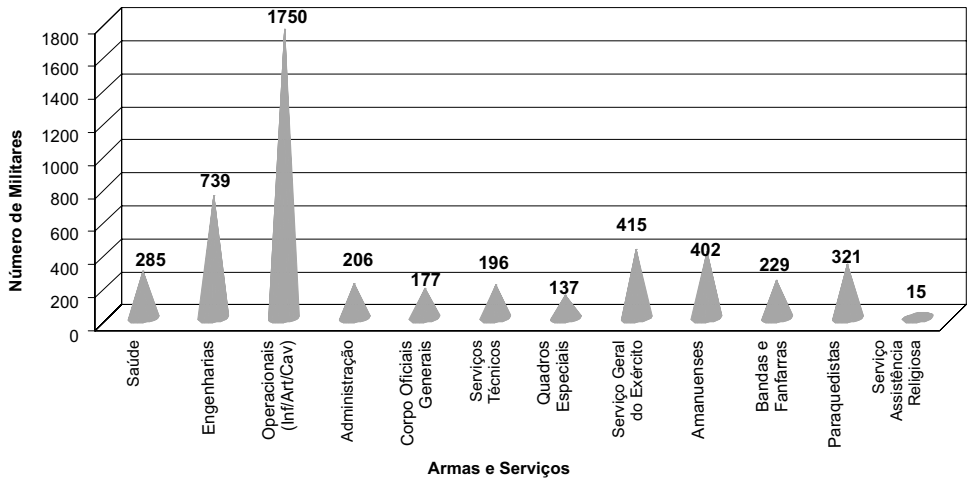


Figura 4 Situação de reserva/reforma dos militares, por armas e serviços (2000-2016)

Fonte: Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército.

9. **Quadro de Amanuenses;**

10. **Bandas e Fanfarras:** Chefes de Bandas de Música; Corneteiros e Clarins; e Músicos;

11. **Paraquedistas:** Paraquedistas; Enfermeiros Paraquedistas; Serviço Geral de Paraquedistas; Amanuenses e Paraquedistas;

12. **Serviço de Assistência Religiosa:** Serviço de Apoio Religioso.

As áreas resultantes do referido processo de categorização estão representadas na figura 4. Representação gráfica que destaca o número de militares das armas de infantaria, artilharia e cavalaria (operacionais), seguindo-se os militares de engenharia. A área dos operacionais destaca-se em muito das restantes (35,9%), seguida da Engenharia (15,2%). Verifica-se ainda a presença de dois quadros com extinção progressiva que são o Serviço Especial do Exército (8,5%) e os Amanuenses (8,3%).

As demais armas e serviços apresentam um número muito inferior de militares na situação de reserva e de reforma.

Para concluir a sociografia referente ao universo em estudo, considera-se oportuno perceber qual é a idade média de passagem à reserva, por categorias. Isto é, conforme a figura 5, são os oficiais que permanecem mais tempo ao serviço da instituição militar (52 anos), enquanto os Sargentos e Praças apresentam uma idade média de 50 anos.

Por estarmos perante uma medida de tendência central – idade média – considerou-se oportuno identificar para cada uma das categorias de militares os

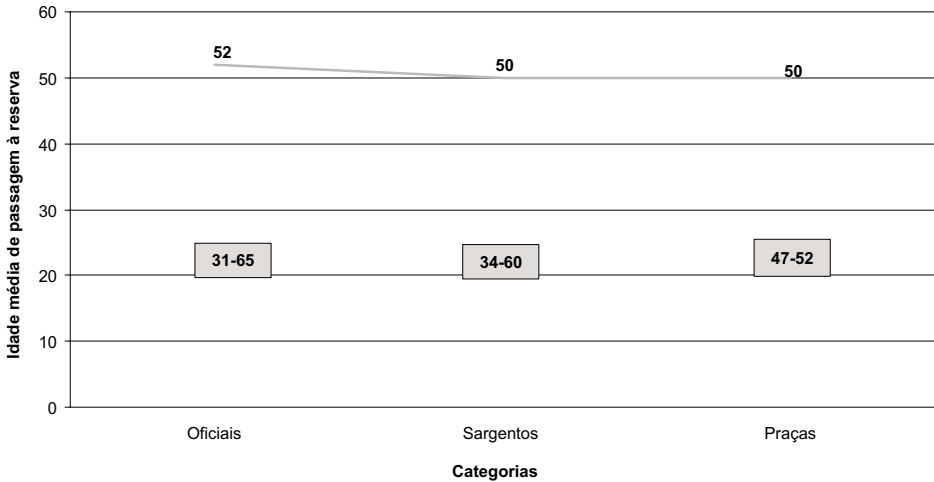


Figura 5 Idade média de passagem à reserva dos militares, por categorias (2000-2016)

Fonte: Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército.

limites inferiores e superiores da idade de passagem à reserva. E é nesta perspetiva que se conclui que são as Praças que apresentam maior convergência entre limite inferior e superior, ou seja, o mais novo a sair do ativo tinha 47 anos enquanto no limite oposto a Praça que permaneceu mais tempo na carreira militar foi até à idade de 52 anos. Situação que está relacionada com a especificidade de extinção deste quadro e a possibilidade de progressão de carreira destes militares com a passagem às categorias de Oficiais e Sargentos.

No caso da categoria dos Sargentos, os limites situam-se entre os 34 e 60 anos, enquanto para os Oficiais o intervalo de idades é maior, apresentando uma idade inferior de apenas 31 anos e o limite superior é de 65 anos. Situação que é determinada pelas armas e serviços, assim como os quadros especiais que integram a categoria dos Oficiais. Naturalmente, os militares do Corpo de Oficiais Gerais permanecem até mais tarde na carreira, enquanto os militares em áreas profissionais com maior proximidade funcional às civis tendem a sair das fileiras em idades mais precoces.

Ritmos de passagem para a reserva e reforma

Com a reestruturação das FFAA, e mais recentemente no âmbito do projeto estratégico "Defesa 2020", têm sido introduzidas várias alterações ao EMFAR, destacando-se a introdução de condições mais restritivas nos processos de transição para as

Tabela 2 Síntese das condições de passagem à situação de reserva definidas pelos EMFAR 1999, 2003 e 2015

EMFAR 1999 (Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho)	EMFAR 2003 (Decreto-Lei n.º197-A/2003 de 30 de agosto (com as alterações introduzidas pelo DL n.º166/2005 de 23 de setembro)	EMFAR 2015 (Decreto-Lei n.º90/2015 de 29 de maio)
<p>Artigo 153º condições de passagem à reserva</p> <p>Atinja o limite de idade estabelecido para o respetivo posto.</p> <p>Tenha 20 ou mais anos de serviço militar, a requeira e lhe seja deferida.</p> <p>Declare, por escrito, desejar a passagem à reserva depois de completar 36 anos de tempo de serviço militar ou 55 anos de idade.</p> <p>Seja abrangido por outras condições previstas neste Estatuto.</p>	<p>Artigo 152º condições de passagem à reserva</p> <p>Atinja o limite de idade estabelecido para o respetivo posto.</p> <p>Tenha 20 ou mais anos de serviço militar, a requeira e lhe seja deferida.</p> <p>Declare, por escrito, desejar passar à reserva depois de completar 36 anos de tempo de serviço militar e 55 anos de idade.</p> <p>Seja abrangido por outras condições legalmente previstas.</p> <p>Na situação de passagem à reserva prevista no n.º 7 do artigo 31º-F da LDNFA(*) , a indemnização a prestar pelo militar é fixada pelo CEM do ramo respetivo, nos termos constantes do n.º 3 do artigo 170º do presente Estatuto.</p>	<p>Artigo 153º condições de passagem à reserva</p> <p>Atinja o limite de idade previsto para o respetivo posto.</p> <p>Complete o tempo máximo de permanência na subcategoria ou no posto.</p> <p>Declare, por escrito, desejar passar à reserva depois de completar 40 anos de tempo de serviço militar e 55 anos de idade.</p> <p>Seja abrangido por outras condições legalmente previstas.</p>

(*) LDNFA — Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Fonte: EMFAR (1999, 2003, 2015).

situações de reserva e de reforma. Com vista a uma sistematização das condições de passagem à reserva, passa-se a apresentar uma síntese comparativa dos últimos EMFAR, como mostra a tabela 2.

Partindo do pressuposto que os militares, no intuito de se acautelarem face às consequências da mudança no quadro legislativo, anteciparam a passagem à reserva, procedeu-se à representação no gráfico 5 do número de militares que passaram pela reserva/reformados no período compreendido entre 2000 e 2016. E é possível verificar que a repercussão das alterações legislativas se tem feito sentir em picos de passagem à situação de reserva, v. g., a entrada em vigor de cada alteração legal é concomitante com a saída de militares profissionais para a reserva.

Em 2005, foram 642 os militares que passaram à reserva, momento de significativas alterações definidas no EMFAR à época, e que passados 5 anos se repercutiu num aumento expressivo de militares que passaram à reforma (limite de anos em situação de reserva, exceção para os militares que ficam em efetividade de serviço). Situação

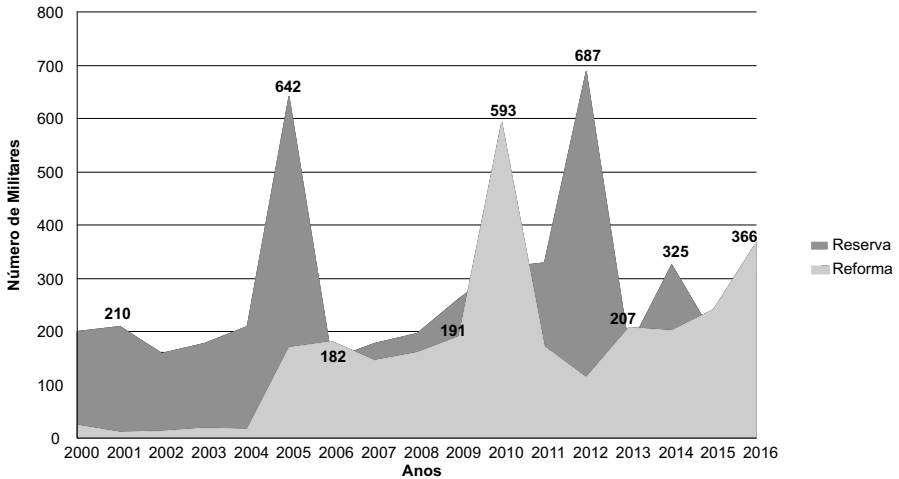


Figura 6 Militares que passaram pela reserva/reformados, por anos (2000-2016)

Fonte: Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército.

análoga verificou-se em 2012, com uma cifra que até supera mesmo o número de militares com passagem à reserva em 2005, pelo que em 2017 se voltará a verificar um novo pico de saída de militares para a reforma.

Um dado relevante é que a saída para a reserva é transversal e segue a mesma linha na categoria de Oficiais e na categoria de Sargentos. Verificamos que em 2005 os militares obstaram às medidas penalizadoras do Decreto-Lei nº197-A/2003 de 30 de agosto (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº166/2005 de 23 de setembro) optando pela passagem à reserva ao abrigo das condições do EMFAR de 1999 (Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho), apesar de ter sido criado um regime de salvaguarda para que o regime consagrado no decreto-lei não prejudicasse a passagem à situação de reserva ou de reforma dos militares que preenchiam as condições para tal até 31 de dezembro de 2005, independentemente da data em que a requeressem. No entanto, o texto legal não é clarificador, pois apesar de não colocar em causa a passagem à reserva ou reforma para esses militares, não define as condições em que essa transição é feita e quais as regras que se aplicam, nomeadamente ao nível do cálculo da pensão de reforma, dando assim lugar a interpretações distorcidas e equívocos que o legislador não obistou.

Os efeitos da suspensão do EMFAR em 2005 no que toca às condições de passagem à reserva, inibindo de o fazer todos aqueles que até 31 de dezembro de 2012 não tivessem completado 39 anos de tempo de serviço ou 53 anos de idade fizeram-se sentir neste ano até ao último mês. Recorda-se que até 2005 era de 36 anos de

tempo de serviço ou 55 anos de idade. Com a lei do orçamento de estado de 2013 passou para 36 anos de tempo de serviço militar e 55 anos de idade.

Em 2015, no EMFAR agregaram-se e consagraram-se um conjunto de medidas penalizadoras para os militares, entre as quais se destacam as seguintes determinações estatutárias: aumento do tempo mínimo de permanência nos postos; as condições de passagem à reserva; a alteração das regras de promoção na situação de adido (apenas após um ano no cargo); deixa de estar na situação de adido o militar em qualquer estrutura que integre o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA); aumento dos limites de idade para a passagem à reserva; tempos longos de permanência nos postos cimeiros da hierarquia, na categoria de oficiais e na categoria de sargentos. A estas medidas há que associar a redução de efetivos interligada, por sua vez, à alteração da estrutura orgânica das FFAA, situação que conduz a prazo à estagnação das carreiras. Alvitra-se a permanência prolongada nos postos mais baixos para a generalidade dos militares profissionais.

A retenção dos militares no Exército português revela-se como um dos grandes desafios que se colocam à instituição militar, o que justifica desde logo uma análise mais detalhada sobre o tempo de permanência na carreira dos militares na reserva e reforma. Tempo de serviço que é diverso quando se analisam as armas e serviços dos militares na reserva e reforma.

Diferentes tempos de permanência na carreira militar remetem para o interesse de se determinar o tipo de associação por armas e serviços, mas em paralelo indagar acerca dos motivos da passagem à reserva dos militares do Exército português.

Decorrente do anteriormente exposto, as alterações do quadro legislativo no período em análise têm correspondido, de grosso modo, à introdução de condições mais restritivas nos processos de transição para as situações de reserva e de reforma, e que os militares tendem a antecipar. Não obstante esta configuração da tendência evolutiva da legislação desde a anterior década, a diversidade dos motivos a que os militares podem recorrer para deixarem a sua situação de ativo corresponde a três tipos: requerimento, declaração e imposição.

Do universo em estudo, apenas 3,4% (167 militares) entraram na reforma sem que antes tivessem passado pela situação de reserva, o que significa que na generalidade dos percursos a reforma é antecedida por um período de transição, que nalguns casos poderá configurar uma pré-reforma.

Quanto aos motivos subjacentes à entrada na reserva, verifica-se que 16,3% fizeram-no por imposição institucional. O que remete para a constatação de que 83,6% dos militares, no período de 2000 a 2016, tomaram a decisão de alterar a sua situação profissional, requerendo a sua passagem à reserva (48%) ou

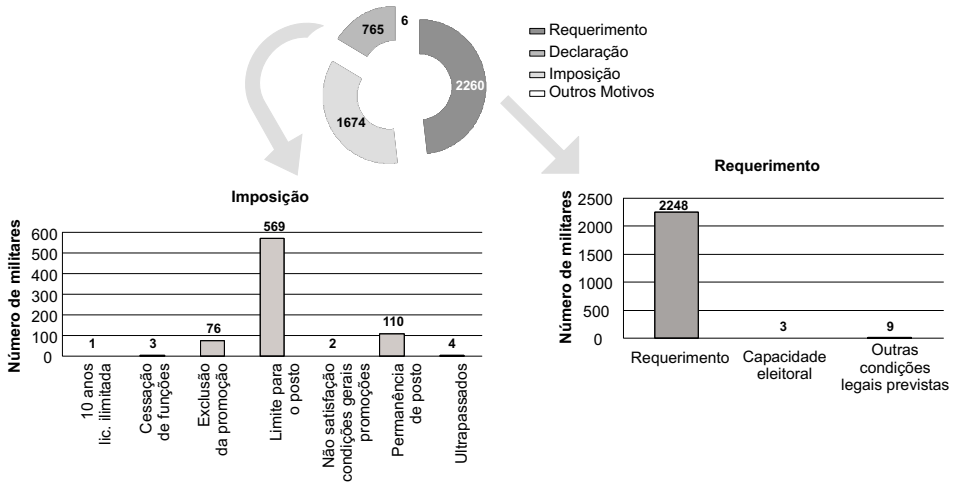


Figura 7 Motivos de passagem à reserva dos militares (2000-2016)

Fonte: Direção de Administração de Recursos Humanos do Exército.

tendo declarado a sua vontade (35,6%) em deixar a situação de militar no ativo. O que quer significar que só menos de 1/6 dos militares saíram do Exército por imperativo da organização militar, e que a sua passagem à reserva é pela esmagadora maioria dos casos uma opção do próprio militar, como se pode observar através da figura 7.

No que concerne aos motivos que determinaram uma reserva por imposição institucional a 765 dos militares, importa destacar o facto de 74,4 % do total destes militares terem terminado a sua carreira militar por limite de idade estabelecido para o respetivo posto; 14,3% por limite de tempo de permanência no posto e 9,9% por exclusão de promoção ao posto imediato. Motivações que se prendem com questões de gestão da carreira profissional (modelo *up-or-out*), e que remetem para uma análise mais detalhada por categorias e postos, nomeadamente para as situações de passagem à reserva por limite de idade no posto.

Dos militares que saíram por limite de idade no posto, 76,8% são Oficiais e apenas 23,2% pertencem à categoria de Sargentos.

No que concerne à análise da sua distribuição por postos observa-se que na categoria de Oficiais, 45,8% são Coronéis, 25,4% Oficiais Generais (MGen e TGen), 15,6% Tenentes-coronéis, 9,8% Majores e os restantes são Capitães. Já para a categoria dos Sargentos, a saída por limite de idade no posto ocorreu em 43,2% dos casos no posto de 1º Sargento, seguindo-se 31,8% para os Sargentos-ajudantes, 12,9% em Sargento-mor e 12,1% em Sargento-chefe.

E porque o EMFAR possibilita que o militar solicite, através de declaração escrita, a sua passagem à reserva “depois de completar 40 anos¹ de tempo de serviço militar e 55 anos de idade” (alínea c) do n.º 1 do artigo 153.º) do DL n.º 90/2015), no período em análise 35,6% militares do Exército português passaram à reserva por este motivo, e de uma forma transversal nas categorias de oficiais e de sargentos.

De referir que destes, 3,8 % passaram à reserva já ao abrigo do novo EMFAR (alínea c) do artigo 153) nos anos de 2015 e 2016, e que ao abrigo das disposições transitórias mantinham-se os regimes de passagem à reserva e reforma, salvaguardando-se as condições previstas no art. 3.º do DL n.º 166/2005.

Mas é no contexto do EMFAR de 2003, conjuntamente com o art.3 do DL n.º166/2005, que 75% dos militares passam à situação de reserva, facto que poderá corresponder a uma opção individual antevendo as alterações, de carácter mais restritivo, que iriam corresponder ao novo articulado legal sobre as condições de passagem à reserva.

Por seu turno, e cf. se observa no gráfico 6, quase metade do universo em estudo (48%), requereu a passagem à reserva, por ter 20 ou mais anos de serviço militar (cf. EMFAR 1999 e 2003). Podem ainda requerer o fim da carreira ao abrigo de outras condições legalmente previstas, como seja para participação política passiva / capacidade eleitoral (n.º 10 do artigo 31 do DL n.º 29/ 1982), embora estas situações sejam muito residuais, encontrando-se apenas um total de 12 militares.

No que concerne aos militares em situação de reforma, que correspondem a 58,1% do universo em estudo, apresentam como principal motivo de passagem a esta situação terem estado 5 anos na reserva fora da efetividade de serviço, apesar do limite de idade (60, 65 e 66 anos) assim como as situações de Deficientes das Forças Armadas e de Junta Hospitalar de Inspeção se apresentarem como razões de passagem à reforma.

Conclusões

A retenção de profissionais qualificados, e sobretudo o abandono precoce da carreira militar, constitui um problema que afeta a generalidade das instituições militares e como tal vem merecendo reflexão nos contextos nacionais e inclusivamente ao nível da NATO.

Neste artigo abordaram-se os processos de termo da carreira por via da transição para as situações de reserva e de reforma no Exército português. No universo em estudo (4872 militares do Quadro Permanente do Exército) verifica-se que a transição para a reserva é maioritariamente uma opção do militar. As saídas por

imposição estatutária não chegam a abranger 17%. O ingresso na reserva ocorre em média por volta dos 50 anos de idade no caso dos Sargentos e 52 anos no caso dos Oficiais. Idades de cessação da carreira com algum diferencial consoante as Armas/serviços, evidenciando-se uma tendência para saídas mais precoces nos militares oriundos de Armas/serviços com mais equivalência funcional no mundo de trabalho civil, aspeto consonante com o que outros estudos vêm evidenciando (por exemplo, Duchamp, 1990; Sminchise, 2016; Wilmoth & London, 2003).

Transversal às diferentes categorias e armas/serviços é o facto da esmagadora maioria dos militares reformados ter passado pela reserva, o que acrescenta interesse em conhecer detalhadamente as lógicas e os impactos em termos organizacionais e individuais, sobretudo se considerarmos o problema de retenção de efetivos que atualmente se coloca nas FFAA em geral e no Exército em particular.

A reserva e a reforma cumprem importantes funções inexoravelmente relacionadas com a condição militar. Por um lado, fazem parte do sistema de compensações e, nessa medida, integram os direitos e as expectativas inerentes ao horizonte da duração da carreira militar. Por outro lado, atuam como mecanismos reguladores da carreira, designadamente ao abrirem possibilidades de promoção para os mais jovens. Alterações nas condições de acesso a essas formas de mobilidade causam impacto nas opções de permanecer ou sair da carreira. Como se viu, entre 2000 e 2016, observam-se picos de intensidade na passagem à reserva (e depois na passagem à reforma) coincidentes com as alterações no Estatuto Militar.

A análise das alterações legislativas permitiu compreender o sentido das mudanças introduzidas que, no essencial, tornam mais rígida e restritiva a mobilidade entre a atividade/reserva/reforma, programando a carreira para um horizonte de 40 anos. Se, por um lado, tais mudanças representam necessidades de resposta do sistema em termos de retenção dos Recursos Humanos qualificados e de adaptação ao regime geral de aposentação (no caso da reforma); por outro lado, ao implicarem mais limitações no sistema de recompensas podem induzir insatisfação. Ora, de entre as vicissitudes e constrangimentos que podem impulsionar os militares a requerer a saída antes do limite de idade, uma evolução desfavorável no sistema de pensões, salários considerados baixos, uma colocação não desejada, ausência de perspectivas de carreira ou ainda o receio de alterações no âmbito da defesa estão normalmente entre as razões evocadas (Bailleul-Hugele et al. 2008; Duchamp, 1990; McNeill, Lecca & Wright, 1983; Sminchise, 2016; Spiegel & Shultz, 2003).

Importa então considerar os processos no duplo impacto, em termos organizacionais e em termos da expectativa dos militares e respetiva motivação quanto ao momento de cessar a carreira.

Neste artigo fez-se uma análise descritiva dos processos de mobilidade para a reserva e reforma, abarcando diferentes coortes geracionais que consequentemente prestaram serviço em contextos institucionais diferenciados, incluindo os que participaram na Guerra de África. Conhecer a diversidade de motivações, os respetivos percursos e trajetórias, as reconfigurações dos modos de vida decorrentes do abandono do uniforme e regresso à vida civil fazem parte dos objetivos a alcançar nas fases seguintes do projeto C-MILR3.

Notas

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

- 1 Condição de passagem à reserva que no EMFAR de 1999 e de 2003 correspondia a 35 anos de TSM e/ou 55 anos, respetivamente.

Agradecimentos

O presente artigo apresenta dados preliminares do Projeto de Investigação C_MILR3, a decorrer no Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). Os autores agradecem o apoio do CINAMIL, bem como do Exército português e, em particular agradecem à Direção de Administração dos Recursos Humanos do Exército, pela cédência de dados.

Referências

- Alves, J. H. E. (1999). A mulher e as Forças Armadas Portuguesas. *Nação e Defesa*, 88, 71- 80.
- Asch, B. J., & Warner, J. T. (1994). *A theory of military compensation and personnel policy*. Santa Monica, California: Rand.
- Baltazar, M. S. (2005). *As Forças Armadas Portuguesas. Desafios numa sociedade em mudança*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Bellino, R. (1969). Psychosomatic problems of military retirement. *Psychosomatics*, 10(5), 318-321.
- Bellino, R. (1970). Perspectives of military and civilian retirement. *Mental Hygiene*, 54(4), 580-583.
- Caforio, G. (1988). The military profession: Theories of change. *Armed Forces and Society*, 15(1), 55-69.
- Caplow, T., & Vennesson, P. (2000). *Sociologie militaire*. Paris: Armand Colin
- Carreiras, H. (2013). Mulheres, direitos e eficácia militar: O estado do debate. *Revista Militar*, (2536), 477-495.

- Carrilho, M. (1978). Principais tendências na sociologia militar – Literatura e selecção bibliográfica. *Nação e Defesa*, 7, 157-169.
- Creswell, J. (2014). *Research design – Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. Los Angeles: Sage Publications.
- Decreto-Lei n.º 22/1991 (1991). *Lei de alteração à Lei do serviço Militar (Lei n.º 30/87, de 7 de julho)*. *Diário da República I-A Série*. N.º 138/1991 (1991-06-19), 3170-3173.
- Decreto-Lei n.º 34-A/1990 (1990). *Aprova o estatuto dos militares das Forças Armadas*. *Diário da República Série I*. N.º 243/2016 (1990-01-24), 342-(2)-342-(61).
- Decreto-Lei n.º 84/2016 (2016). *Fixa os efetivos das Forças Armadas, em todas as situações, para o ano de 2017*. *Diário da República Série I*. N.º 243/2016 (2016-12-21), 4771-4773.
- Decreto-Lei n.º 90/2015 (2015). *Aprova o estatuto dos militares das Forças Armadas*. *Diário da República Série I*. N.º 104/2015 (2015-05-29), 3198-3253.
- Decreto-Lei n.º 123/1987 (1987). *Cria o quadro permanente das praças do Exército*. *Diário da República Série I*. N.º 243/2016 (1987-03-17), 1042-1044.
- Decreto-Lei n.º 166/2005 (2005). *Altera o Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, modificando o regime da passagem à reserva e à reforma dos militares das Forças Armadas*. *Diário da República Série I*. N.º 184/2005 (2005-09-23), 5692-5694.
- Decreto-Lei n.º 197-A/2003 (2003). *Altera o Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), e revoga os artigos 3.º, 5.º, 5.º-A, 6.º, 7.º, 31.º, 45.º, e 106.º do livro I, bem como os livros III e IV do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de janeiro*. *Diário da República Série I*. N.º 200/2003, 2º Suplemento (2003-08-30), 5752-(14)-5752-(73).
- Decreto-Lei n.º 236/1999 (1999). *Aprova o estatuto dos militares das Forças Armadas*. *Diário da República Série I-A*. N.º 236/99 (1999-06-25), 3792-3843.
- Duchamp, J.-L. (1990). L'abandon de l'uniforme, essai d'interprétation. Le retour à la vie civile des cadres militaires titulaires d'une pension de retraite. *Sociétés Contemporaines*, 3, 131-144. doi: 10.3406/socco.1990.969
- Giffen, M. B., & McNeil, J. S. (1967). Effect of military retirement on dependents. *Archives of General Psychiatry*, 17(6), 717-722.
- Gray, D. (2004). *Doing research in the real world*. Londres: Sage Publications.
- Janowitz, M. (1975). Changing patterns of organizational authority. The military establishment. Em *Military conflict: Essays in the institutional analysis of war and peace* (pp. 221-38). Beverly Hills, California: Sage.
- Johansen, R. B., Laberg, J. C., & Martinussen, M. (2014). Military identity as predictor of perceived military competence and skills. *Armed Forces and Society*, 4(3), 521-545.
- Kilpatrick, A. C., & Kilpatrick, E. G., Jr. (1979). Retirement from the military: Problems of adjustment. *Social Casework*, 60, 282-288.
- McNeil, J., Lecca, P., & Wright, R. Jr. (1983). *Military retirement: social, economic and mental health dilemmas*. New Jersey: Rowman and Allanheld.
- Ministério Defesa Nacional (MDN). (2015). *Defesa 2020*. Lisboa: MDN.
- Moreira, C. (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: ISCSP.

- Moskos, C. (1977). From institutional to occupation: trends in military organizations. *Armed Forces and Society*, 4(4) 41-50.
- Moskos, C. (1986). Institutional and occupational: Trends in Armed Forces: An update. *Armed Forces and Society*, 12(3), 377-382.
- Moskos, C. (2000). Towards a postmodern military?. Em S. A. Cohen (Ed.), *Democratic societies and their armed forces* (pp. 3-26). Londres: Routledge.
- Nuciari, M. (1994). Rethinking the military profession: Models of change compared. *Current Sociology*, 42(3), 7-21.
- Richter, G. (2017). Retention of medical officers in the German Armed Forces. *Res Militaris*, (5), 2-14.
- Romão, A., & Baltazar, M. S. (2015). Officiers au féminin de l'armée de terre au Portugal: Suivi des premières promotions. Em C. Weber (Dir.), *Les femmes militaires* (pp. 199-206). Rennes: Press Universitaires de Rennes.
- Rosado, D., Romão, A., Baltazar, M. S., Fonseca, D., & Lopes, H. S. C. (2017). Forças Armadas, cultura organizacional e valores partilhados: Estratégia, profissionalismo militar e desafios na gestão de recursos humanos do exército. Em *Proceedings of the II International Meeting of ISSOW, Work, Professions and Organizatizions* (pp. 331-347). Lisboa: APSIOT. Disponível em <http://www.apsiot.pt/index.php/publicacoes>.
- Segal, M. (1999). Funções militares das mulheres numa perspetiva comparada: Passado, presente e futuro. *Nação e Defesa*, 88, 15-43.
- Silva, M. N. (2017). O comportamento organizacional nas Forças Armadas. Em J. Vicente, & A. Baltazar (Coord.), *Cultura, comportamento e sensmaking* (pp. 91-159). Pedrouços: IUM.
- Sminchise, V. (2016). Military retention. A comparative outlook. *Journal of Defense Resources Management*, 7(12), 85-98.
- Spiegel, P. E., & Schultz, K. S. (2003). The influence of pre-retirement planning and transferability of skills on naval officers's retirement satisfaction and adjustment. *Military Psychology*, 15(4), 285-307.
- Stanford, E. P. (1971). Retirement anticipation in the military. *The Gerontologist*, 1, 37-42. https://doi.org/10.1093/geront/11.1_Part_1.37
- Sullivan, S. E., Carden, W. A., & Martin, D. F. (1998). Careers in the next millennium: Directions for future research. *Human Resource Management Review*, 8, 165-186.
- Szinovacz, M. E. (2003). Contexts and pathways: Retirement as institution, process and experience. Em A. G. Adams, & T. A. Beer (Eds.), *Retirement, reasons, processes and results* (pp. 6-52). Nova Iorque: Springer.
- Thomas, J. P., & Rosenzveig, C. (1982). French NCOs: Career strategies and attitudes. *Armed Forces and Society*, 8(4), 275-301.
- Tripathi, S. P. (2016). Retirement adjustment amongst the ex-servicemen. *Psychology*, 6(1), 488-490.
- Warner, J. T. (2008). *Thinking about military retirement*. Alexandria, Virginia: The Center for Naval Analyses.

Wilmoth, J. M., & London, A. S. (2003). Life course perspectives on military service: An introduction. Em J. M. Wilmoth, & A. S. London (Eds.), *Life course perspectives on military service* (pp. 1-18). Nova Iorque: Routledge.

Data de submissão: 03/05/2019 | **Data de aceitação:** 14/02/2020



NORMAS PARA AUTORES

SUBMISSION GUIDELINES

NORMAS PARA AUTORES

1. A *SOCIOLOGIA ON LINE* só aceita propostas para publicação de artigos originais, que não tenham sido anteriormente publicados nem que estejam em revisão noutra revista;
2. Os artigos poderão ser escritos em Português, Inglês, Francês, Espanhol ou Italiano;
3. Os artigos deverão ser submetidos para sociologiaonline@aps.pt;
4. A Direção da revista procede a uma avaliação inicial de todos os artigos. No caso dos artigos se adequarem à *SOCIOLOGIA ON LINE* e cumprirem as normas de publicação, encetar-se-á um processo de revisão que recorre a avaliadores/as externos/as e decorre no formato de duplo anonimato, segundo o qual os/as revisores/as desconhecem o nome dos/as autores/as e os autores/as desconhecem o nome dos/as revisores/as. Este processo inclui pelo menos dois/duas revisores/as. A decisão final de publicação pertence à Direção da *SOCIOLOGIA ON LINE*.
5. Todos os artigos serão sujeitos a um sistema de deteção de plágio, implicando a sua deteção o impedimento de publicação do trabalho submetido e de outras publicações durante um período de tempo a definir pela Direção da revista;
6. Os artigos propostos à *SOCIOLOGIA ON LINE* devem ser enviados num ficheiro Word, a corpo 12, fonte *Times New Roman* e espaço 1,5 sendo a sua revisão gramatical e sintática da responsabilidade dos/as autores/as;
7. Os artigos não deverão ultrapassar 9000 palavras, incluindo notas finais e referências bibliográficas. Os textos de reflexão e ensaios não devem ultrapassar 6000 palavras, e as resenhas as 1500 palavras;
8. Sugere-se que os autores sigam a seguinte estrutura geral de artigos: Introdução; Enquadramento teórico; Metodologia; Resultados; Conclusões; Agradecimentos (opcional); Notas (opcional); Referências;
9. As notas devem ser em número reduzido e apresentadas em corpo 10. A sua numeração será contínua, do início ao fim do artigo, e situar-se-ão no final do texto, imediatamente antes das “Referências”;
10. Os textos escritos em Português deverão incluir uma nota final que explicita a utilização ou não utilização do novo acordo ortográfico. Sugere-se a utilização de uma das seguintes opções “Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem/não escrevem segundo o novo acordo ortográfico”;
11. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em tabelas e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos. Os textos poderão apresentar no máximo 6 tabelas e 6 figuras. Os títulos de tabelas devem ser apresentados a **Bold**, centrados, em corpo

12 e fonte *Times New Roman*; deve ainda existir um espaço entre o texto e o título do gráfico/ tabela e um espaço entre o título e o respetivo gráfico/ tabela. Sempre que uma tabela fique cortada, deve transitar para a folha seguinte;

12. Os elementos não textuais devem ser enviados num ficheiro separado no seu formato original (Excel, SPSS, outros) ou nos seguintes formatos:

EPS (ou PDF): Desenhos vetoriais

TIFF (ou JPG): Imagens a cor ou em escala cinza: Resolução mínima de 300 dpi;

13. Os artigos devem ser acompanhados de um título em Português e em Inglês; um resumo de 150 palavras em Português e outro em Inglês (incluindo uma breve introdução ao estudo; uma referência às abordagens teórica e metodológica utilizadas; os principais resultados; a conclusão e a relevância do trabalho); 4 palavras-chave em Português e 4 palavras-chave em Inglês. Os artigos escritos noutras línguas que não as anteriores deverão adicionalmente apresentar um título, resumo e palavras-chave na língua original do texto;
14. Os dados de identificação de todos/as os/as autores/as terão de indicar as seguintes informações: instituição discriminada a três níveis (ex. Universidade; Faculdade; Departamento ou Unidade de Investigação); código postal; cidade; país e endereço de *email*. O autor de correspondência deverá apresentar a morada institucional completa;
15. No caso dos textos incluírem uma seção de “Agradecimentos”, esta deverá surgir após as “Conclusões” e antes das “Notas finais” e “Referências”;
16. As citações, as referências no texto e a referenciação bibliográfica devem obedecer às normas *APA 6th Edition*;
17. Os direitos de *copyright* são pertença da *Associação Portuguesa de Sociologia*. Todos os artigos encontram-se disponíveis livremente em <http://revista.aps.pt/pt/inicio/>

SUBMISSION GUIDELINES

1. *SOCIOLOGIA ON LINE* publishes original research on Social Sciences that was not previously published or that is not being considered for publication elsewhere;
2. Articles may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian;
3. Manuscripts must be submitted to sociologiaonline@aps.pt;
4. All articles are initially evaluated by the Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE*. Manuscripts that comply with the Journal's publication standards are independently evaluated by at least two experts. The Journal uses a double-blind peer review system, which means that the identities of the authors are concealed from the reviewers, and vice versa. The Direction of *SOCIOLOGIA ON LINE* is responsible for the final publication decision;
5. *SOCIOLOGIA ON LINE* uses a plagiarism detection software. Authors found to have plagiarized the work of others or their own will not be able to publish the submitted work and other publications in *SOCIOLOGIA ON LINE* during a period of time to be established by the Journal's Direction;
6. Manuscripts proposed to *SOCIOLOGIA ON LINE* must be submitted in a Word file with the text in 12-point Times New Roman and 1,5 line spacing. Authors are responsible for the grammatical and syntactical revision of the articles;
7. Manuscripts should not exceed 9000 words, including final notes and bibliography. Reflections should not exceed 6000 words, and book reviews 1500 words;
8. Authors are encouraged to follow the following general structure of papers: Introduction; Theoretical framework; Methodology; Results; Conclusions; Acknowledgments (if applicable); Notes (if applicable); References;
9. Notes should be used sparingly. In addition, they should be presented in 10-point Times New Roman, with continuous numbering, from the beginning to the end of the article. All notes must be placed at the end of the text, just before the "References";
10. Manuscripts written in Portuguese should include a final note stating whether they follow or not the spelling agreement;
11. Non-textual elements should be presented in tables or figures and identified with continuous Arabic numerals. A maximum of 6 tables and 6 figures is allowed. Table titles should be presented in 12-point Times New Roman, bold and centred. There should be a space between the text and the title of the table or figure and a space between the title and the corresponding table or figure. Tables/figures must be kept in one sheet;

12. Non-textual elements should additionally be sent in a separate file in their original format (Excel, SPSS, others) or in the following formats:
EPS (or PDF): Vector drawings
TIFF (or JPG): Color or grayscale images: 300 dpi minimum resolution;
13. All manuscripts must present a title in Portuguese and a title in English. In addition, all articles must present a summary of 150 words in Portuguese and a summary of 150 words in English (including a brief introduction to the study and its theoretical and methodological approaches; the major results; conclusion and the relevance); 4 keywords in Portuguese and 4 keywords in English. Articles written in languages other than the previous ones should also present a title, abstract and keywords in the original language of the text;
14. Authors must specify the following information regarding their affiliations: institution discriminated at three levels (*e.g.* University, School, Department or Research Unit); Postal Code; City; Country and e-mail address. The correspondence author must present the complete institutional address;
15. If the manuscripts include a section of “Acknowledgments”, this should be included after the “Conclusions” and before “Notes” and “References”;
16. Citations, references in the text and bibliographic references must comply with the APA 6th Edition;
17. The *Associação Portuguesa de Sociologia* retains copyright of all published manuscripts. All texts are freely available at <http://revista.aps.pt/en/home-page/>